

DAIANE BOELHOUWER MENEZES

**A CONSTRUÇÃO DE OLÍVIO DUTRA E TARSO GENRO
PELO JORNAL ZERO HORA ANTES DA
PRÉVIA QUE DEFINIU O CANDIDATO DO PT
AO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 2002**

Porto Alegre, 2005

DAIANE BOELHOUWER MENEZES

**A CONSTRUÇÃO DE OLÍVIO DUTRA E TARSO GENRO
PELO JORNAL ZERO HORA ANTES DA
PRÉVIA QUE DEFINIU O CANDIDATO DO PT
AO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 2002**

Monografia apresentada como pré-requisito para a conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, sob a orientação da Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto.

Porto Alegre, 2005

Esta monografia, apresentada por Daiane Boelhouwer Menezes, intitulada *A Construção de Olívio Dutra e Tarso Genro pelo jornal Zero Hora antes da prévia que definiu o candidato do PT ao governo do estado do Rio Grande do Sul em 2002*, foi apresentada no dia 13 de julho de 2005 na sala 310 da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, como pré-requisito para conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, tendo sido aprovada com conceito final A.

Porto Alegre, 13 de julho de 2005.

Prof. Me. Geraldo Valente Canali - Comunicação / UFRGS

Profa. Dra. Rosângela Marione Schulz - Ciências Sociais / UNISC

Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto (Orientadora) - Ciências Sociais / UFRGS

A análise monográfica, sobretudo na política,
corre maiores riscos porque mostra sempre, em parte,
o que os iniciados já sabem, mas sem o saberem verdadeiramente,
dando-lhes, posteriormente, a impressão de que sempre souberam disso.
Patrick Champagne

RESUMO

Este trabalho investiga o discurso do jornal *Zero Hora* referente a Olívio Dutra e Tarso Genro nos seis meses que antecederam à prévia eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) para escolher seu candidato ao governo do estado nas eleições de 2002. A questão a ser respondida por esta pesquisa é: como estes dois políticos foram construídos por *Zero Hora*? A hipótese levantada é a de que o jornal utilizou uma estratégia de deslegitimação na construção de Olívio Dutra e calou-se em relação a Tarso Genro devido ao maior choque de interesses de *Zero Hora* com as correntes internas do partido que sustentavam Olívio Dutra. A metodologia utilizada foi análise de discurso proposta pela Escola Francesa. Constatou-se que Tarso Genro, de fato, esteve muito menos presente no discurso de *Zero Hora* que Olívio Dutra. Os assuntos tematizados pelo jornal referiam-se, em geral, a aspectos da administração estadual considerados negativos como, por exemplo, a CPI da Segurança Pública, a postura contemplativa da Brigada Militar frente aos movimentos sociais, especialmente ao MST, e a questão da Ford. No entanto, a hipótese foi apenas parcialmente confirmada porque no que dizia respeito à disputa entre os dois políticos, ambos estiveram presentes no discurso de *Zero Hora* com espaços semelhantes, ainda que Tarso Genro possa ter se beneficiado do grande número de textos publicados com pesquisas favoráveis a sua candidatura.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de discurso. Jornalismo; Política; Zero Hora; Olívio Dutra; Tarso Genro.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	A ESCOLA FRANCESA DE ANÁLISE DE DISCURSO, O JORNALISMO E A POLÍTICA	8
2.1	A ESCOLA FRANCESA DE ANÁLISE DO DISCURSO.....	8
2.2	JORNALISMO E POLÍTICA	16
3	A EMPRESA JORNALÍSTICA, O PARTIDO, SEUS POLÍTICOS E A CONJUNTURA.....	22
3.1	A RBS E O JORNAL ZERO HORA.....	22
3.2	O PT, OLÍVIO DUTRA E TARSO GENRO	27
3.2.1	O Partido dos Trabalhadores.....	27
3.2.2	Olívio Dutra.....	32
3.2.3	Tarso Genro.....	33
3.3	A CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL E DE PORTO ALEGRE	34
3.3.1	As eleições de 1998	34
3.3.2	As eleições de 2000	45
4	A PESQUISA.....	51
4.1	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	51
4.2	ANÁLISE DO DISCURSO DO JORNAL ZERO HORA.....	51
4.2.1	Outubro de 2001	51
4.2.2	Novembro de 2001	60
4.2.3	Dezembro de 2001.....	68
4.2.4	Janeiro de 2002.....	75
4.2.5	Fevereiro de 2002	84
4.2.6	Março de 2002	94
5	CONCLUSÃO	105
	REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o discurso do jornal *Zero Hora* referente a Olívio Dutra e Tarso Genro nos seis meses que antecederam à prévia eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) para escolher seu candidato ao governo do estado nas eleições de 2002. A questão a ser respondida por esta pesquisa é: como estes dois políticos foram construídos por *Zero Hora*? A hipótese levantada é a de que o jornal utilizou uma estratégia de deslegitimação na construção de Olívio Dutra e calou-se no que dizia respeito a Tarso Genro devido ao maior choque de interesses de *Zero Hora* com as correntes internas do PT que sustentavam Olívio Dutra. Para tanto, são analisadas notícias publicadas de 16/10/2001 a 17/03/2002, assim como colunas de opinião, editoriais, cartas de leitores e artigos de opinião que mencionarem pelo menos um dos dois políticos.

O modelo teórico-metodológico utilizado por este trabalho é a Escola Francesa de Análise de Discurso. A análise de discurso proposta por esta escola, ao contrário de outros tipos que pretendem desvendar o que queria se dizer no que foi dito, deseja compreender o enunciado na singularidade de sua situação, através da determinação das suas condições de existência, da delimitação das suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, da demonstração de porque não poderia ser outro, e da explicação de como exclui os outros enunciados e ocupa um lugar que somente ele poderia ocupar (FOUCAULT, 2004). De outra forma, pode-se dizer que esta abordagem parte de uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer, colocando a exterioridade como marca fundamental (BRANDÃO, 2004). A explicação detalhada dos conceitos utilizados por esta perspectiva é apresentada no capítulo seguinte, juntamente com as premissas que nortearão a pesquisa no que concerne aos dois campos com que trabalha esta monografia, o jornalismo e a política.

No terceiro capítulo, consta um histórico da RBS e do jornal *Zero Hora*, assim como um histórico do PT e da trajetória de Olívio Dutra e Tarso Genro até o momento da

prévia. Além disso, apresenta-se a conjuntura que deu origem ao discurso da *Zero Hora* através de um recuo até as eleições de 1998 e 2000, pois nos períodos eleitorais os principais atos dos governos anteriores e a conduta recente dos candidatos com chance de vitória são rememorados.

No quarto capítulo, são expostos os procedimentos utilizados na pesquisa empírica e a análise realizada. Por fim, no quinto capítulo são apresentadas as conclusões alcançadas por este trabalho.

2 A ESCOLA FRANCESA DE ANÁLISE DE DISCURSO, O JORNALISMO E A POLÍTICA

2.1 A Escola Francesa de Análise do Discurso

A unidade mínima com que a análise de discurso da Escola Francesa trabalha é o enunciado. Diferentemente de uma frase e uma proposição, que podem ser reconhecidas enquanto tais ainda que retiradas de seus sistemas de referência, o enunciado, desde sua raiz,

delimita um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual [...] não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente: mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo. (FOUCAULT, 2004, p.111-112)

Para esclarecer melhor, Foucault dá o seguinte exemplo:

A afirmação de que a terra é redonda ou de que as espécies evoluem não constitui o mesmo enunciado antes e depois de Copérnico, antes e depois de Darwin; não é que, para formulações tão simples, o sentido das palavras tenha mudado; o que se modificou foi a relação dessas afirmações com outras proposições, suas condições de utilização e de reinvestimento, o campo da experiência, de verificações possíveis, de problemas a ser resolvidos, ao qual podemos remetê-las. (Ibid., p.116)

Os enunciados podem ser agrupados em formações discursivas. Uma formação discursiva “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (Ibid., p.133). Em outras palavras, trata-se do “que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocução, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada”. (FOUCAULT apud MAINGUENEAU, 1997, p.22). Partindo dessas definições de formação discursiva, pode-se dizer que os enunciados de *Zero Hora* que são analisados neste trabalho fazem parte de uma mesma formação discursiva porque refletem o que pode e o que deve ser dito a partir da posição que a *Zero Hora* ocupa na sociedade do Rio Grande do Sul, na conjuntura específica do período analisado.

Para a Escola Francesa de Análise do Discurso, o que importa não é quem diz, mas a partir de que lugar fala: “não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis” (MAINGUENEAU, 1997, p.14). Os sujeitos representam “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia” (PÊCHEUX apud BRANDÃO, 2004, p.44). Numa escola, por exemplo, há o “lugar” do diretor, do professor e do aluno. A relação entre os indivíduos que ocupam estes lugares se dá através da posição que o destinador e o destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, e da imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (BRANDÃO, 2004).

O sujeito é, nessa abordagem, “determinado pelo inconsciente e pela ideologia” (Ibid., p.78), o que quer dizer que os indivíduos não manipulam suas enunciações de acordo com um sentido por eles pretendido porque são dominados por imposições discursivas. Por isso, este tipo de análise de discurso não consiste em procurar as intenções dos indivíduos ao formular determinado enunciado (MAINGUENEAU, op. cit.), nem em analisar as relações entre um indivíduo e o que ele disse, mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo o indivíduo para que este seja sujeito de determinado enunciado.

As regras de formação das formações discursivas, então, não são coações que têm origem no pensamento ou na consciência dos indivíduos, mas também não são determinações formadas no nível das instituições ou das relações sociais e econômicas, elas têm seu lugar no próprio discurso e se impõem a todos os indivíduos que tentem falar neste campo discursivo (FOUCAULT, 2004).

A relação do discurso com as instituições e as relações socioeconômicas, ou seja, com as práticas não-discursivas é, portanto, uma relação necessária mas não causal. Não pode

existir, por exemplo, o discurso da censura às atividades culturais se não houver um órgão governamental que lhe dê suporte; não pode existir o discurso do internamento psiquiátrico se não houver hospícios. Entretanto, se “o discurso precisa de um aparato não-discursivo para ser enunciado”, por outro lado “ele renova este aparato no seu próprio interior; o discurso político-militar necessita do Exército como local de enunciação, mas este Exército é enunciado e transformado no interior do próprio discurso” (PINTO, 1989, p.24). Além disso, a prática discursiva é capaz de significar de múltiplas formas uma única prática não-discursiva. A cena de um policial batendo em um homem, por exemplo, pode receber uma série de significações através do discurso da lei, da marginalidade, da violência policial, do direito do cidadão, cada um significando a mesma cena de maneira diferente (Ibid.).

Existe, portanto, uma “reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso”. A face textual é a formação discursiva, e a face social é a comunidade discursiva, isto é, o grupo no interior do qual são produzidos os textos que dependem da formação discursiva. A comunidade discursiva “não remete unicamente aos grupos (instituições e relações entre agentes), mas também a tudo que estes grupos implicam no plano da organização material e modos de vida” (MAINGUENEAU, 1997, p.56). Os indivíduos que aderem a um discurso não apresentam o mesmo envolvimento nas comunidades, mas, ainda assim, elas representam uma condição essencial da constituição e do funcionamento de um discurso.

Em outras palavras, a representação do mundo e a organização dos homens são o direito e o avesso de uma mesma atividade, “uma doutrina revolucionária edifica-se ao edificar as organizações que lhe dão suporte prático, a formação de uma doutrina religiosa funde-se com a formação da comunidade hierárquica dos fiéis” (DEBRAY apud MAINGUENEAU, 1997, p.59-60). Com relação ao objeto de estudo deste trabalho, isto quer

dizer que não existe o discurso da *Zero Hora* separadamente do que os jornalistas e a instituição *Zero Hora* representam no plano da organização econômica e social, e vice-versa.

Os elementos que compõe uma formação discursiva são: os objetos de seus enunciados, os tipos de enunciação, os conceitos utilizados e suas escolhas temáticas.

O exemplo dado por Foucault para explicar a formação dos objetos é o discurso psicopatológico do século XIX. Para que se possa estabelecer a regra do aparecimento dos objetos que a psicopatologia se ocupou (agitações motoras, alucinações e discursos desviantes, perturbações ligeiras de comportamento, aberrações e problemas sexuais, lesões do sistema nervoso central, criminalidade e outros), e seu regime de existência, Foucault sugere que seja mostrado onde eles surgiram para que sejam analisadas as diferenças individuais que, segundo graus de racionalização, códigos conceituais e teorias, receberam a qualificação de doença, alienação, anomalia, etc. A superfície de emergência desses objetos provavelmente tenha sido a organização específica da família, do grupo social próximo, do meio de trabalho, da comunidade religiosa. Mas é o discurso psiquiátrico que lhes deu status de objeto e tornou-os nomeáveis. As instâncias de delimitação desse discurso foram: a medicina (instância superior que instaura a loucura como objeto), assim como a justiça (especialmente a penal), a autoridade religiosa, etc. (FOUCAULT, 2004).

Na análise de discurso realizada por esta monografia, os objetos do discurso de *Zero Hora* estudados são Olívio Dutra e Tarso Genro. Embora movimentos sociais, sindicatos e outros partidos possam fazer parte de sua superfície de emergência, é o PT quem lhes deu status de objeto. As instâncias de delimitação do discurso do PT são o campo político (entendido como campo de luta pelo poder público), os movimentos sociais e os meios de comunicação, que se apropriam do discurso político da mesma forma que a justiça penal se apropria do discurso psiquiátrico.

O segundo elemento que compõe uma formação discursiva são as modalidades enunciativas ou tipos de enunciação. A primeira questão, sugerida por Foucault para se descobrir o tipo de enunciação é: quem fala? Mais especificamente: “Qual é o status dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?” (FOUCAULT, op.cit., p.56). Para que as modalidades enunciativas fiquem claras, é necessário fazer relações com outros indivíduos ou grupos que possuem status próprios; verificar os traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade (seu papel, os direitos de intervenção e decisão que lhe são reconhecidos, etc.); descrever os lugares institucionais de onde o sujeito obtém seu discurso (onde encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação); por fim, descrever como as posições do sujeito se definem e se redefinem pela situação que ocupa em relação aos diversos domínios e grupos de objetos (Ibid.).

Os sujeitos das modalidades enunciativas que serão analisadas nesta pesquisa provêm do mesmo lugar institucional. Entretanto, o status desses sujeitos é diferente: nem todos que escrevem na *Zero Hora* possuem o mesmo grau de prestígio ou o mesmo papel; nem todos são “autorizados” da mesma maneira a falar sobre determinados assuntos.

O terceiro elemento que compõe uma formação discursiva são os conceitos. A formação dos conceitos, nesta perspectiva, não é abordada através de leis de construção interna aos conceitos, ou de sua gênese no espírito de um homem, mas através da sua dispersão anônima nos textos. O que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que são específicos a uma formação discursiva, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros. Estas relações entre conceitos se dão segundo esquemas de seriação, de grupamentos simultâneos, de modificação linear ou recíproca, em que eles podem “reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar em extensão ou em determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir, em

compensação, novos conteúdos semânticos”, gerando “formas de dedução, de derivação, de coerência, e também de incompatibilidade, de entrecruzamento, de substituição, de exclusão, de alteração recíproca, de deslocamento” de conceitos (FOUCAULT, 2004, p.66).

Antes de estabelecer relações entre os conceitos, é necessário descrever a organização do campo de enunciados em que os conceitos aparecem. Existe o *campo de presença*, composto por enunciados já formulados em outro lugar e retomados em um discurso, seja para verificação experimental, validação lógica, pura repetição, aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, comentário, busca de significações ocultas ou análise do erro; o *campo de concomitância*, formado por enunciados que se referem a domínios de objetos diferentes e que pertencem a tipos de discurso diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados porque servem de confirmação analógica, princípio geral, premissas aceitas para um raciocínio, modelos que podem transferir-se a outros conteúdos, ou instância superior com a qual é preciso confrontar e submeter proposições; e o *domínio de memória*, composto por enunciados que não são mais admitidos ou discutidos, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, redefinição, negação, continuidade e descontinuidade histórica (Ibid.). A memória discursiva, então, “separa e elege dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona” (BRANDÃO, 2004, p.99).

Além desses enunciados, deve-se procurar perceber as ausências, porque ao delimitar o que pode ser dito legitimamente, uma formação discursiva “circunscreve também uma zona do não-dizível, definindo o conjunto dos enunciados que devem ficar ausentes do seu espaço discursivo; delimita, dessa forma, o território do Outro que lhe é incompatível, excluindo-o do seu dizer”. A identidade de um discurso “se constrói na relação com um Outro presente linguisticamente ou não no intradiscurso” (Ibid., p.93).

Por fim, o quarto elemento de uma formação discursiva são as escolhas temáticas ou estratégicas que resultam em uma organização, segundo um grau de coerência e estabilidade, de conceitos, reagrupamentos de objetos e tipos de enunciação. A determinação das escolhas teóricas depende da função que o discurso estudado deve exercer em um campo de práticas não-discursivas e dos processos de apropriação do discurso. É necessário descrever o papel desempenhado pelo discurso analisado em relação aos que lhe são contemporâneos e vizinhos, verificar se o discurso está em relação de analogia, oposição, ou complementaridade com outros discursos (FOUCAULT, 2004).

Depois de definir o que é enunciado, o que é formação discursiva e o que a compõe, podemos dizer que o discurso é:

um conjunto de enunciados que se apóiam na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (Ibid., p.132-133)

Os discursos lutam entre si pelo poder de interpelar, de assujeitar indivíduos. Para explicar esta questão da interpelação ou do assujeitamento, Pinto dá o seguinte exemplo: A tem poder sobre B quando B modifica seu comportamento em função da presença de A. Se essa modificação de comportamento não se dá por causa de uma provável sanção negativa que A pode exercer sobre B, mas porque B se identifica completamente com A e toma o discurso de A para si, A interpela B e B passa a ser sujeito do discurso de A. Então, “o discurso só exerce poder pela identificação, pela adesão espontânea” (PINTO, 1989, p.36).

Um discurso institucionaliza-se quando consegue “encontrar seu lugar na pluralidade discursiva” (Ibid., p.39), e exerce uma relação de dominância quando se naturaliza, ou seja, quando perde “as conexões que mantinham com as condições sociais de produção [...] e se travestem de ‘verdade’ e ‘bom senso’” (PINTO, 1999, p.41-42). O discurso do jornal *Zero Hora*, além de ser um discurso institucionalizado, é um discurso dominante porque é amplamente assimilado pela sociedade riograndense.

Dentro do universo discursivo, constituído por todas as formações discursivas que interagem em uma determinada conjuntura, deve-se escolher um campo discursivo para tratar. Um campo discursivo é “um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região” (MAINGUENEAU, 1997, p.116). Ou seja, “as formações discursivas que constituem um campo discursivo possuem a mesma formação social, mas divergem na maneira de preenchê-la, o que faz com que se encontrem ou em relação polêmica, ou de aliança, ou de neutralidade” (BRANDÃO, 2004, p.90). O campo discursivo de que trataremos será o campo midiático, em que, simplificadamente, encontram-se aliados os grandes meios de comunicação e em (pretensa) relação polêmica com estes, a mídia independente.

Dentro de um campo discursivo, existem os espaços discursivos ou seus subconjuntos. Um espaço discursivo “liga pelo menos duas formulações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados” (MAINGUENEAU, op.cit., p.117). O espaço que será colocado em questão será o espaço dedicado à política pelo jornal *Zero Hora*, mais especificamente, o que diz respeito às formulações que tratam de Olívio Dutra e Tarso Genro.

A análise de discurso da Escola Francesa deve “não só justificar a produção de determinados enunciados em detrimento de outros, mas deve, igualmente, explicar como eles puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais” (Ibid., p.50). Em outras palavras, esta proposta se interessa por “interpretações construídas a partir de hipóteses fundadas na articulação das formações discursivas com as conjunturas históricas” (DUCROT, apud MAINGUENEAU, 1997, p.159). O objetivo deste trabalho é, justamente, construir uma interpretação do discurso de *Zero Hora* a partir da hipótese de que suas regras de formação optaram por determinadas estratégias em função da conjuntura que propiciou sua emergência (sua relação conflituosa com o PT em geral, mas mais ou menos conflituosa dependendo da

corrente do partido) e, se possível, explicar o reflexo que estas estratégias podem ter tido na organização social.

2.2 Jornalismo e Política

Embora a intenção não seja fazer um histórico dos meios de comunicação ou do jornalismo, é importante fazer um recuo até a década de 1940. Nesta década, a organização dos meios de comunicação brasileiros se consolidou na forma de economia de mercado, seguindo o modelo americano, ou seja, a lógica dos meios de comunicação como empresas comerciais, desvinculando-se de sua imagem de subserviência ideológica. Os jornais que constituem hoje a grande imprensa brasileira solidificaram-se quando se transformam “em veículos publicitários eficientes ante o emergente mercado consumidor urbano do pós-guerra” (LIMA, 2001, p.33).

O produto do jornalismo, segundo Ciro Marcondes Filho, é um produto “em dois mercados”. As programações de rádio e televisão, os jornais e as revistas são destinados aos consumidores destes bens simbólicos que, por sua vez, são vendidos às agências de publicidade. Os consumidores são dispostos em faixas etárias, econômicas, de interesses, de escolaridade, organizadas pelas pesquisas de mercado, e oferecidos aos anunciantes. O público para o qual estão destinados os bens simbólicos dos meios de comunicação e os anúncios publicitários é o mesmo, portanto, a redação dos veículos deve manter o seu conteúdo afinado com os espaços publicitários que vende (FONSECA, 2003).

A questão que o editor de um jornal se coloca todos os dias, mas que vale para os editores dos outros meios de comunicação, é: o que há de novo no mundo hoje que “caiba” na ideologia do meu jornal, não se confronte com os que o sustentam economicamente e conquiste leitores (BERGER, 1998). Alguns veículos menores tentam manter uma postura diferente, mas são raros os que realmente conseguem fugir deste esquema.

Os jornalistas, normalmente, são profissionais “assalariados, mais ou menos bem pagos, que trabalham num mercado mais ou menos saturado e competitivo, em redações com determinadas dimensões hierárquicas” (BERGER, op.cit., p.20). O grau de autonomia de um jornalista depende da posição que ele ocupa no jornal e da concentração da imprensa em sua região que, se for alta, e geralmente é, leva à insegurança no emprego e torna o mercado mais propenso a baixos salários. Estas condições de produção marcam as relações entre os jornalistas e suas fontes, tornando-os mais propensos a acatar a versão dos anunciantes e dos proprietários (Ibid.).

A seleção das informações que os meios de comunicação vão noticiar depende de uma série de critérios comuns a quase todos os jornalistas. Seguem as sistematizações de dois dos autores que estudaram estes critérios.

Mauro Wolf divide o valor da notícia em critérios: 1) relativos à importância e ao interesse da notícia, determinados pelo nível hierárquico dos indivíduos implicados, quantidade de pessoas que o acontecimento envolve ou pode envolver, importância futura que o acontecimento pode ter, e pela proximidade geográfica, cultural ou outro tipo de relação estreita com determinada localidade. 2) relativos ao produto, que dizem respeito ao acesso do veículo ao acontecimento (se é possível cobri-lo com os recursos pessoais e técnicos disponíveis), e à notícia em si, que necessita romper com a normalidade, ser breve, atual e dizer respeito a um tema que ainda não esteja saturado na edição em questão. 3) relativos ao meio de comunicação, às características de cada meio, por exemplo, uma reportagem para a TV deve levar em conta a necessidade de captação de imagens e privilegiar acontecimentos que ocorrem no exato momento ou pouco antes da reportagem ser veiculada, diferentemente de uma reportagem feita para jornal. 4) relativos ao público, utilizados pelos jornalistas para noticiarem o que é interessante ao seu público. Estes critérios podem ser mais largos ou restritos devido à concorrência que há em determinada região: havendo somente um jornal, a

população não tem opção de procurar outro que tenha critérios diferentes. 5) relativos à concorrência, que fazem com que, em decorrência do medo de deixar de noticiar o que os outros veículos noticiarão, as empresas mantenham jornalistas nos mesmos locais potencialmente geradores de notícias (correspondentes em estados ou países importantes, jornalistas em órgãos dos poderes do Estado, etc.), levando à concentração das coberturas em determinadas personalidades, a coberturas cada vez mais parecidas e à distorção informativa (FONSECA, 2003).

Berger fala dos graus de seleção das notícias. A seleção de primeiro grau diz respeito à possibilidade de um fato entrar no circuito informativo. A seleção de segundo grau realiza a hierarquização dos acontecimentos através do editor, que atribui determinada importância ao fato, “decide a forma de tratar o assunto, escolhe o jornalista para realizar a cobertura, opta por fotografar ou não”. Por fim, a seleção de terceiro grau exerce “a função de tematização que, mais do que expor os temas, centra atenção em alguns” (BERGER, 1998, p.50).

Uma outra questão perpassa produção das notícias: a objetividade. Segundo Tuchman, a objetividade na divulgação de um fato é utilizada como estratégia pelos jornalistas para se protegerem dos riscos da profissão. Por causa dos exíguos prazos de entrega das matérias, o risco de serem repreendidos pelos superiores e processados por difamação é permanente. Quatro ações, teoricamente, deveriam garantir a objetividade: a) ouvir os dois lados, de maneira que pareça que o repórter deixou para o leitor decidir quem disse a verdade; b) apresentar provas complementares para ilustrar uma determinada afirmação, como documentos, fotos, gravações de som, imagens e até depoimentos de outras pessoas; c) usar aspas ao inserir a opinião das fontes, de modo que pareça que os jornalistas não interferiram em nada, embora a seleção das fontes e opiniões publicadas seja feita pelos

repórteres; d) usar a pirâmide invertida, que estrutura as informações, colocando primeiro as mais importantes: quem, o quê, quando, onde, por quê e como (OLIVEIRA, 2004).

Apesar de todas estas estratégias utilizadas para que as matérias publicadas pelos meios pareçam imparciais, muitas pessoas compreendem que elas carregam a visão de mundo da empresa. Uma pesquisa realizada pelo META Instituto de Pesquisa mostrou que 61% das pessoas classificavam como parcial a cobertura que os meios de comunicação realizam da política, contra 33% que acreditavam na sua isenção (SILVEIRA, 2002).

De qualquer forma, o fato é que a mídia é hoje o principal lugar onde a política se desenvolve e também um ator da política. O deslocamento da política da praça para a tela não representa por si só desvirtuamento ou submissão à lógica midiática. Trata-se de uma adaptação da política a este novo tipo de sociedade, estruturada e ambientada pelos meios de comunicação (RUBIM, 2000). Políticos utilizam-se da mídia para fazer contato com eleitores do mesmo modo que eleitores buscam na mídia suporte para suas escolhas (FONTOURA, 2002). O mais complicado é o fato da mídia resolver se posicionar como um ator político, reivindicando a representação da sociedade (RUBIM, op. cit.). Uma das maneiras que os meios de comunicação utilizam para se colocarem como representantes da sociedade é mostrar que sua opinião é a mesma opinião da maioria da sociedade. Para isto, primeiramente, uma empresa de comunicação faz, por exemplo, uma campanha desacreditando determinado político ou instituição. Depois, ela encomenda pesquisas de opinião e divulga o resultado, induzido por ela, de que a opinião pública despreza determinado político ou instituição (SCHULZ, 2002). Ou seja, os instrumentos que deveriam avaliar a opinião das pessoas foram redefinidos de modo a valorizar ainda mais a comunicação política. Em função disto, alguns passaram a acreditar que fazer política é fazer uma boa comunicação e ter boas cotas de popularidade, o que abre muito espaço para publicitários e especialistas em marketing que, segundo a crença, podem modificar os resultados das pesquisas de opinião através de

exibições midiáticas, como se os receptores não tivessem opiniões políticas prévias (CHAMPAGNE, 1996).

A mídia passou a desempenhar funções que antes eram atribuídas aos partidos políticos, como: “definir a agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública; gerar e transmitir informações políticas; fiscalizar a ação das administrações públicas e canalizar as demandas de parcelas expressivas da população junto ao governo” (LIMA apud SCHULZ, 2002, p.33). No que diz respeito à fiscalização das ações das administrações públicas, o jornalismo investigativo, por um lado, cumpre esta função, denunciando as irregularidades, mas por outro, contribui para “disseminar a desconfiança e a rejeição à política e suas instituições, colocando sérios obstáculos à legitimidade do próprio regime democrático que busca servir” (PORTO apud SCHULZ, 2002, p.55).

A mídia mantém uma atitude de desconfiança em relação à política, ao mesmo tempo em que se constitui como canalizador de confiança, como agente moralizador da política, ou seja, constrói sua credibilidade e legitimidade em cima da destruição da credibilidade e da legitimidade dos políticos. Estes, por sua vez, costumam entrar no jogo dos meios de comunicação e procurar o próprio veículo que os atacou para fazer sua defesa (SCHULZ, 2002). Já em 1848, o filósofo Soren Kierkegaard pensava: “De fato, se a imprensa diária, tal como acontece com outros grupos profissionais, tivesse de pendurar um letreiro, seus dizeres deveriam ser os seguintes: aqui homens são desmoralizados com a maior rapidez possível, na maior escala possível ao preço mais baixo possível” (BERGER, 1998, p.38).

Os tratamentos concedidos às informações que falam sobre temas políticos “têm sido marcados por banalizações, vulgarizações, sensacionalismos e espetacularizações” (OLIVEIRA, 2004, p.93). É fato que o público que assiste e se declara interessado pelas emissões políticas aumentou. No entanto, este interesse se deve ao que a mídia anda propondo como “política” – algo explicitamente concebido e organizado para interessar audiências mais

amplas, muito diferente do que tradicionalmente se chamava de política e que suscitava apenas o interesse dos militantes antecipadamente convencidos (CHAMPAGNE, 1996).

3 A EMPRESA JORNALÍSTICA, O PARTIDO, SEUS POLÍTICOS E A CONJUNTURA

3.1 A RBS e o jornal Zero Hora

Nos anos 60, os jornais que disputavam a preferência dos gaúchos eram: o *Correio do Povo*, a *Folha da Tarde* e a *Folha da Manhã*, da Companhia Caldas Júnior; o *Diário de Notícias*, do grupo Diários Associados; a *Última Hora*, de Samuel Wainer; e o *Jornal do Comércio*, da família Jarros.

Com o golpe militar, a *Última Hora* saiu de circulação. O jornal foi comprado e, aproveitando sua estrutura, no dia quatro de maio de 1964, *Zero Hora* começou a circular. Seu editorial dizia: “nasce um novo jornal. Autenticamente gaúcho. Democrático. Sem compromissos políticos. Nasce com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades” (BERGER, 1998, p.52). Enquanto a *Última Hora* tinha sido um jornal popular, integrado à proposta política do populismo e do nacionalismo, *Zero Hora* representava as forças modernizadoras e liberalizantes do modelo implantado depois de 1964 (CAPPARELLI, 1997).

Ainda na década de 1960, a família Sirotsky adquiriu a TV Gaúcha, que se tornaria afiliada da Rede Globo. Em 1970, os Sirotsky assumiram o controle total de *Zero Hora* e formaram o complexo de comunicação Rede Brasil Sul (RBS), expandindo suas rádios, emissoras de tevê e jornais para o interior do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Atualmente, a RBS conta com

6 jornais, 25 emissoras de rádio, um portal de internet, 2 emissoras locais de televisão, uma gravadora, uma operação voltada para o segmento rural e uma empresa de logística. Possui ainda 18 emissoras de TV afiliadas à Rede Globo - trata-se da maior rede regional de TV da América Latina - e a Rede Gaúcha Sat de rádio, com 120 emissoras afiliadas, distribuídas em dez estados brasileiros. (GRUPO, 2005)

De acordo com a lei que regula a comunicação no Brasil, a Lei de Imprensa de 1967, a RBS opera irregularmente. Uma mesma entidade poderia ter no máximo quatro rádios

AM e seis FM por localidade, três AM de alcance regional e cinco emissoras de TV em VHF em todo País, obedecendo ao limite de duas por estado. Segundo o relatório “Donos da Mídia”, de 2002, elaborado pelo Instituto de Estudos e Pesquisa em Comunicação, esta situação de irregularidade é comum no Brasil. No setor de mídia eletrônica, por exemplo, seis redes privadas dominam o setor no país (a Globo, a Record, o SBT, a Bandeirantes, a Rede TV! e a CNT) e estão vinculadas a 140 grupos afiliados que controlam um total de 667 TVs e rádios (FONSECA, 2003).

O domínio do mercado de *Zero Hora* foi facilitado pelo controle que tinha dos canais de televisão e emissoras de rádio, conquistados em função da habilidade econômica do grupo e do apoio pelo poder central (CRUZ apud CAPPARELLI, 1997). Dos grandes jornais que existiam na década de 60, restou *Zero Hora* e o *Correio do Povo*. Os jornais regionais existentes possuem tiragens insignificantes e não representam concorrência à *Zero Hora*. Aqueles que detêm um mercado promissor são adquiridos pelo grupo, como foi o caso do jornal *O Pioneiro* de Caxias do Sul (BERGER, 1998) e do *Diário de Santa Maria*.

Em 2004, a circulação de *Zero Hora* foi de 180.367 exemplares, ocupando a 5ª posição no ranking dos jornais brasileiros, e do *Correio do Povo*, de 176.377, na 6ª posição. Ainda que visto dessa maneira eles pareçam praticamente empatados, há de se considerar que o jornal *Diário Gaúcho*, também da RBS, teve uma circulação de 137.947 exemplares neste mesmo ano, ficando na 8ª posição no ranking (CIRCULAÇÃO, 2005), e que, além disso, o grupo RBS conta com mais veículos de comunicação que o grupo Sistema Guaíba-Correio do Povo, formado apenas pelo *Correio do Povo*, a Rádio Guaíba e a Televisão Guaíba.

Na RBS há um sistema de referência mútua entre seus diversos veículos: “A manchete confirma o que o último noticiário do dia anterior indicou como *o acontecimento*” e

enquanto prepara-se para sair ou está no carro, o leitor pode “ouvir” a *Zero Hora*, pois a programação matutina da Rádio Gaúcha lê e comenta o noticiário do dia a partir do jornal e re-entrevista as pessoas que opinaram nele ou serão chamadas para esclarecer a informação noticiada. (BERGER, op.cit., p.59)

Dessa maneira, o jornal faz propaganda do noticiário da TV, o rádio faz propaganda do jornal e, não raro, um jornal faz referência a outro do mesmo grupo. Um exemplo dessa referência a outro jornal aparece na cobertura de *Zero Hora* sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Segurança Pública, em que lembrou freqüentemente que as denúncias de Jairo Carneiro foram feitas aos repórteres do *Diário Gaúcho*.

O que para a RBS é muito bom, para os outros veículos representa “concorrência desleal, pois não há outro grupo com esta concentração de veículos, e, estes, para anunciar-se com um bom retorno, devem fazê-lo na RBS, pagando o preço de mercado” (BERGER, 1998, p.60). Além da economia com os anúncios, o grupo também economiza na produção de informação, em função da polivalência funcional, implantada pelo segundo processo de informatização de *Zero Hora*, terminado em 1996. Assim,

jornalistas são contratados por um salário e devem desempenhar funções de repórter ou editor em *Zero Hora*, apresentar programas numa das emissoras de rádio, discutir os fatos do dia anterior publicados no jornal ou comentar esses mesmos fatos no estúdio de televisão instalado na redação do jornal. (CAPPARELLI, 1997, p.118)

Esta nova divisão do trabalho dentro do jornal teve origem ainda na década de 70, quando foi extinto o cargo de copidesque, que fazia correções e adequava o texto às normas editoriais do jornal. Depois, com o primeiro processo de informatização do jornal e a utilização do texto já digitado pelo próprio repórter, foi a vez de se extinguir os cargos de digitador e revisor (Ibid.). Deste momento em diante, o repórter ficou plenamente responsável por seu texto, sendo revisadas pelo editor-chefe de *Zero Hora*, por exemplo, apenas algumas matérias especiais, a capa, a contra-capas, a página 2 e 3 do jornal (FONSECA, 2003). Na segunda etapa de informatização, foram feitos 400 modelos pré-prontos de páginas “com estruturas fixas, com datas, cartolas em lugares fixos, fios com espessuras definidas e possibilidades de anúncios em dimensões moduladas, após discussões com o setor comercial”. Também as fotos foram caracterizadas por tamanho. Os textos enviados para os

diagramadores já levam em consideração os modelos, aumentando a velocidade da produção e levando o jornal a fechar suas páginas duas horas mais cedo (CAPPARELLI, 1997, p.121).

Desde 1993 existe em *Zero Hora* o Plano de Participação nos Resultados, em que todo funcionário recebe um salário mensal e um bônus anual (de um a dois salários extras), caso sejam cumpridas as metas estabelecidas para as equipes e para cada um. No plano individual, um repórter avesso a deslocamentos muito longos, por exemplo, pode ter como meta a produção de reportagens em que tenha que viajar; outro pode propor pontualidade, seja em relação ao início de seu trabalho ou em relação ao fechamento das matérias. Já a redação, “pode estabelecer como meta em determinado período um crescimento em credibilidade junto ao público enquanto que o setor industrial pode visar a uma diminuição de perda de papel na fase de impressão” (Ibid., p.122).

Apesar da liderança da RBS e da aquisição recente dos dois jornais anteriormente citados, a situação financeira do conglomerado recentemente esteve complicada. O grupo, depois de comprar a CRT, teve problemas com seu parceiro, o grupo espanhol Telefônica, no leilão da Telebrás e se desfez de parte do patrimônio para saldar dívidas. A Net Sul foi vendida para a Globocabo e o portal de Internet ZAZ (hoje Terra) para o grupo espanhol Telefônica.

O estopim da crise financeira da RBS se deu no final de 1998, do que se pode concluir que os anúncios do governo do estado passaram a ter mais importância, já que o estado sempre foi um grande anunciante. Segundo Guaracy Cunha, coordenador de Comunicação Social do governo Olívio Dutra, “os gastos com publicidade oficial na RBS, em 1997, foram de 73 milhões de dólares e, em 1998, 65 milhões de dólares”; o governo Olívio, por sua vez, possuía a estratégia de “trabalhar mais com os pequenos e médios veículos de comunicação, o que resultou em decréscimo de aplicação nas grandes empresas” (FONSECA, 2003, p.38). Precisar o montante investido em publicidade é difícil já que em outra fonte os

valores encontrados foram R\$ 31 milhões, em 1997, e R\$ 69 milhões, em 1998 – mais do que a Coca-Cola teria gastado no mesmo período (MARQUES, 1998). De qualquer forma, foram valores significativos que Olívio, poucos dias antes da posse, disse que seriam reduzidos, “visando apenas anunciar ações da administração, e não mais para a promoção pessoal como ocorreu com o governo que encerra o seu mandato” (FONSECA, 2003, p.47).

Em novembro de 1998 e janeiro de 1999 houve ameaça de que não haveria recursos para pagar o salário dos funcionários. Enquanto o PT ainda comemorava a vitória de Olívio, “Nelson Sirotsky pensava em movimentar recursos da sua conta pessoal para pagar os salários dali a alguns dias” (Ibid., p.42). Devido à cobertura visivelmente tendenciosa feita pela RBS das eleições de 1998, o grupo, buscando aumentar sua credibilidade, iniciou a campanha publicitária “A vida por todos os lados”. Entre as ações que visavam mostrar uma *Zero Hora* mais plural, estavam:

- a) A passagem da crônica de Luiz Fernando Veríssimo, intelectual de pensamento notadamente vinculado à esquerda, para a página 3 e em periodicidade diária, a partir de 29/03/1999; b) Abertura de espaço para uma coluna assinada por Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, também no primeiro semestre de 1999. (Ibid., p.167)

Entretanto, ainda que *Zero Hora* publique em igual periodicidade a coluna de Luiz Fernando Veríssimo e a página de José Barrionuevo, este notadamente vinculado à direita, isto não significa equilíbrio porque os dois ocupam níveis hierárquicos diferentes. Barrionuevo também produz comentários para outros veículos da RBS “além de transitar por toda a redação durante a rotina de produção de ZH, vendo o que está sendo feito, oferecendo subsídios, reunindo-se com a editora executiva e outros editores da política para a troca de informações (e opiniões)” (Ibid., p. 207)

A divisão espacial da redação de *Zero Hora* também demonstra o status diferenciado do colunista. A redação

é um amplo espaço, sem divisórias, no qual estão praticamente todos os jornalistas. Há apenas quatro salas fechadas ao fundo da redação: a do diretor de redação, Marcelo Rech, com uma pequena ante-sala onde está sua secretária; a de José

Barrionuevo; a dos editoriais; e a da arte. No andar da redação, nenhum outro colunista ou editor possui sala, apenas Barrionuevo. (FONSECA, 2003, p.207)

Um sentimento de gratificação e de orgulho entre os que compõem a redação alimenta o “ego” do jornal: “são os escolhidos, privilegiados, e estão no melhor lugar” (BERGER, 1998, p.66). Para manter estes sentimentos e conquistar leitores, *Zero Hora* faz uma série de auto-referências divulgando seu crescimento (com gráficos, números e resultados de pesquisas); os prêmios que recebem seus profissionais (são especialmente valorizados os que premiam matérias de denúncia política ou de crítica ao sistema, como maneira de demonstrar que o jornal não é porta-voz do poder); prestando conta das coberturas políticas (tentando comprovar numericamente que deu espaços iguais para os candidatos); e utilizando expressões como “falou com exclusividade para Zero Hora” (Ibid., p.67).

3.2 O PT, Olívio Dutra e Tarso Genro

3.2.1 O Partido dos Trabalhadores

A idéia de criar um Partido dos Trabalhadores surgiu no início de 1979, durante o IX Congresso de Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo. Integrantes de movimentos sociais e sindicais aprovaram a proposta dos metalúrgicos de Santo André de se unirem na construção de um partido. Em 1º de maio de 1979, é lançada a Carta de Princípios do PT, que dizia que: “a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução dos seus problemas” (LUSSANI, 2003, p.49). Em 10 de fevereiro de 1980 o Manifesto do PT é aprovado e assim surge o Partido dos Trabalhadores. Entre os diversos setores presentes na sua fundação, encontram-se movimentos populares e associativos, representantes de igrejas (militantes da Teologia da Libertação), professores universitários, intelectuais, sindicalistas e diversas outras organizações como a

Ação Popular Marxista Leninista (APML), Política Operária (Polop), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ala Vermelha (ALA), Convergência Socialista (CS), Democracia Socialista (DS). A corrente Liberdade e Luta (Libelu) aderiu um ano após a fundação do PT e, em 1985, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), um racha do Partido Comunista do Brasil, também se filiou ao PT. (OLIVEIRA, 2004, p.75)

É necessário que se reconheça a singularidade da sociedade brasileira para poder compreender o surgimento e consolidação de um partido político como o PT, que se afirmou classista e se propôs socialista em uma sociedade sem tradição de organizações deste tipo, no momento em que no mundo desenvolvido partidos assim eram substituídos por partidos de indiferenciação de classe e fraco referencial ideológico, interessados na busca de voto das amplas massas populares, ou tragados por movimentos sociais fluidos, autonomistas e antiinstitucionais. O Partido dos Trabalhadores surgiu na região mais industrializada do país, o ABC paulista. O estado de São Paulo apresenta os maiores índices de desenvolvimento econômico do Brasil, com alto grau de urbanização e uma economia dinâmica sofisticada, conseqüentemente, com maior complexidade social e maior diversidade cultural. Além disso, o PT foi fundado em “uma década que se caracterizou, no Brasil, pela eclosão de movimentos sociais de cunho massivo e, também, pelo início do recente processo de transição democrática” (CÉSAR, 2002, p.19).

Na metade da década de 70, parcelas significativas das elites políticas e econômicas e dos segmentos sociais populares começaram a se mobilizar e se contrapor ao regime ditatorial e seu aparato institucional-legal, através da revitalização de instituições que foram cooptadas ou silenciadas pela ditadura e da organização de setores empresariais, grupos de intelectuais, estudantes, membros das chamadas “classes médias”, trabalhadores industriais, donas-de-casa, moradores das periferias urbanas e desempregados. Enquanto nos países desenvolvidos os movimentos sociais buscavam autonomia frente a um Estado de bem-estar que se revelava incapaz de satisfazer demandas diferenciadas, quase sempre não relacionadas diretamente às necessidades sociais básicas, no Brasil, em função da crise do

“milagre econômico brasileiro”, as demandas tiveram caráter mais material e imediato. A população em geral reivindicava melhores salários, mais empregos, mais investimentos em saúde, saneamento básico, transporte coletivo e moradia. Os empresários reivindicavam o rompimento das amarras tecnoburocráticas impostas às suas iniciativas pelo Estado.

No âmbito político, lutava-se pela liberdade de associação e organização, direito de ir e vir, habeas corpus, anistia aos presos e perseguidos políticos, reconstitucionalização do país e eleições diretas. A essas lutas também se somaram

as lutas pela ampliação dos direitos culturais e comportamentais, como a emancipação feminina, as liberdades sexuais das chamadas minorias, deflagradas concomitantemente em quase todo o mundo ocidental desenvolvido. A postura autonomista e antiinstitucional, característica dos novos movimentos sociais, assumia, no Brasil, um caráter de luta aberta contra o Estado autoritário. (CÉSAR, op.cit., p.48-49)

Com toda esta pressão, o próprio Estado tomou a iniciativa de permitir uma nova organização partidária. O PT nasceu, então, “como o coroamento do processo de (re)ativação da participação popular, no espaço da sociedade civil, vivido no país durante a década de 70” (Ibid., p.51). Foi visto pela esquerda e pelo centro como divisor das oposições. A direita, ainda que considerasse este aspecto, via o PT como ameaça às pretensões do governo de controlar a sociedade civil pela postura autonomista e antiinstitucional que o partido adotava.

Na construção de seu projeto político-societário, o partido não conseguiu decidir-se entre duas concepções: o enfrentamento de classes e ruptura da institucionalidade vigente; ou a democratização dessa institucionalidade através do reconhecimento da alteridade e da interlocução de classes. Como consequência, a compreensão dos sujeitos sociais que o partido se propunha a representar também sofreu variações. Mas “ainda que, à primeira vista, isto possa dar ao PT uma aparência de ambigüidade, na verdade, é esta tensão que, somada à composição diversificada de sua base social de sustentação, fazem dele um partido contemporâneo à sociedade brasileira atual” (Ibid., p.242). Ao longo de sua história a segunda

concepção ganhou mais espaço frente à primeira, em função da maior presença do partido no cenário político do país e da crise mundial do projeto socialista.

Não se pode classificar o PT como um partido classista de molde tradicional, integrado prioritariamente por trabalhadores empregados no setor secundário da economia. Entretanto, está distante do padrão de indefinição classista que caracteriza os partidos “ônibus” ou “aguarra-tudo” das sociedades capitalistas desenvolvidas; assemelha-se muito mais às características dos partidos multiclassistas contemporâneos. A base social do PT compõe-se majoritariamente de assalariados de renda média e escolaridade elevada e de parcela considerável de assalariados rurais e de pequenos proprietários rurais e urbanos, sendo os operários uma minoria. O partido

rompe, sem dúvida, com o padrão tradicional brasileiro de exclusão dos setores sociais populares da arena de disputa política. Não são, entretanto, segmentos sociais tradicionalmente excluídos os que o compõem em sua maioria. De origem recente, esse bloco compõe-se dos segmentos sociais integrados ao processo de modernização recente do país, compondo parcela significativa da força de trabalho e, em diferentes graus, do mercado consumidor. (CÉSAR, op.cit, p.136)

O PT, até a realização das prévias de 2002, denunciava o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e propunha:

renegociação da dívida externa; suspensão imediata de todas as privatizações; fortalecimento dos bancos públicos com direcionamento do crédito para apoio às micro, pequenas e médias empresas; reforma agrária imediata e massiva, acompanhada de política agrícola que estimule pequenas e médias propriedades e a agricultura familiar; fomento à economia solidária e política nacional de emprego com redução da jornada de trabalho e fomento aos programas de qualificação profissional (LUSSANI, 2003, p.50-51).

O crescimento eleitoral do PT no país se deu do seguinte modo: em 1982, o partido conquistou as prefeituras de Diadema/SP e Santa Quitéria/MA, e elegeu oito deputados federais e 13 estaduais. Nas eleições de 1985, conquistou a prefeitura de Fortaleza e, em 1986, elegeu 39 parlamentares às Assembléias Estaduais e uma bancada de 16 deputados para a Assembléia Nacional Constituinte. Em 1988, o Partido chegou a 33 prefeituras, entre as quais, a de São Paulo, Porto Alegre e Vitória, e elegeu cerca de mil vereadores em todo o país. Nas eleições de 1989, Luís Inácio Lula da Silva disputou a

Presidência e chegou ao segundo turno, mas perdeu para Fernando Collor de Mello. Em 1990, o PT ganhou seu primeiro senador, Eduardo Suplicy, além de 35 deputados federais e 81 estaduais. Em 1992, o PT elegeu 54 prefeitos, mais de mil vereadores, mas perdeu São Paulo e outros importantes municípios que governava. Dois anos depois, Lula perdeu a eleição presidencial para Fernando Henrique Cardoso, eleito no primeiro turno, mas o PT elegeu 49 deputados federais, 89 estaduais, quatro senadores e os governadores do Distrito Federal e do Espírito Santo. Nas eleições municipais de 1996, duplicou o número de administrações municipais, elegendo 115 prefeitos e 1.341 vereadores. Entretanto, sofreu derrotas importantes em cidades onde já governava, como Diadema (três gestões consecutivas), Santos (duas gestões), Belo Horizonte, Goiânia e Londrina. Em 1998, Lula perdeu novamente para FHC, que se reelegeu, mas o partido ganhou em estados como o Acre, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, além de eleger sete senadores, 60 deputados federais e 90 estaduais (LUSSANI, op.cit.). Nas eleições de 2000, o partido elegeu 185 prefeitos e 1.977 vereadores (RESULTADOS, 2005).

No estado do Rio Grande do Sul, o crescimento do partido se deu da seguinte forma: em 1982, o PT concorreu ao governo com Olívio Dutra, que ficou com apenas 1,32% dos votos do eleitorado gaúcho. Nas eleições estaduais de 1986, o candidato do partido foi Clóvis Ilgenfritz, que fez 5,33% dos votos (OLIVEIRA, 2004). Em 1988, obteve suas quatro primeiras prefeituras no estado: Porto Alegre (com Olívio Dutra, que venceu a disputa contra Antônio Britto), Ronda Alta, Severiano de Almeida e Rio Grande, elegendo 125 vereadores (LUSSANI, op.cit.). Em 1990, o PT concorreu ao governo com Tarso Genro, que ficou com 7,9% de votos (OLIVEIRA, op.cit.), e foram eleitos quatro deputados federais e cinco estaduais. Nas eleições de 1992, o PT venceu pela segunda vez a prefeitura de Porto Alegre, desta vez com Tarso, além de eleger outros sete prefeitos e 171 vereadores. Em 1994, mesmo tendo perdido a eleição para o governo do estado (desta vez, Olívio perdeu para Antônio

Britto, mas fez 47,8% dos votos), o partido elegeu sete deputados federais e oito estaduais. Em 1996, além de eleger pela terceira vez consecutiva o prefeito de Porto Alegre, com a vitória de Raul Pont já no primeiro turno, o PT elegeu 25 prefeitos e 353 vereadores no estado (LUSSANI, 2003). Nas eleições de 1998, Olívio venceu Britto, fazendo 49,49% dos votos, e aumentou a bancada de deputados estaduais de seis para doze parlamentares. A bancada de deputados federais teve o acréscimo de uma cadeira, de sete foi para oito (MARQUES, 1998). Se dependesse dos gaúchos, Luís Inácio Lula da Silva teria sido eleito presidente nesta eleição e também nas duas anteriores (1989 e 1994). Nas eleições de 2000, o partido ganhou seu quarto mandato na prefeitura de Porto Alegre, novamente com Tarso, e elegeu 35 prefeitos e 375 vereadores no RS (RESULTADOS, 2005).

3.2.2 Olívio Dutra

Olívio Dutra nasceu num rancho de chão batido em uma fazenda do município de Bossoroca, região das Missões, em 10 de junho de 1941. Segundo ele, conheceu a pobreza ao abrir os olhos pela primeira vez. Seu pai, Cassiano Xavier, e sua mãe, Amélia Dutra, fizeram um trajeto de quinze dias de carreta de Bossoroca até São Luiz Gonzaga, onde Olívio se criou e seu pai se tornou carpinteiro (LUSSANI, 2003).

Em função das condições financeiras de sua família, teve que trabalhar desde cedo. Primeiro ajudou seu pai a construir casas (MARQUES, op.cit., p.119). Depois, começou a trabalhar no Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), sendo posteriormente transferido para a capital gaúcha. Em 1975, foi eleito Presidente do Sindicato dos Bancários. Foi um dos fundadores do PT, em 1979, e exerceu o cargo de Presidente do Partido no estado até 1986. Em 1982, foi o primeiro candidato a governador pelo PT, ficando em quarto lugar. Quatro anos mais tarde, foi eleito Deputado Federal, sendo o candidato mais votado do partido no estado. Por este mandato, foi considerado Constituinte Nota 10 pelo relatório de avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (LUSSANI, op.cit.).

Nas eleições de 1988, tornou-se Prefeito de Porto Alegre, contrariando todas as pesquisas de opinião que o colocavam em quarto lugar (FONSECA, 2003). Em 1994, perdeu para Antônio Britto, no segundo turno, as eleições para governo do estado, voltando a exercer o cargo de Presidente do PT gaúcho, em 1995. No ano seguinte, aposentou-se como bancário e, em 1998, foi eleito governador no segundo turno das eleições, vencendo Britto. É formado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUSSANI, 2003).

3.2.3 Tarso Genro

Tarso Genro nasceu em 6 de março de 1947 e, ao contrário de Olívio Dutra, teve contato com a política desde criança. Seus pais foram fundadores do PTB na sua cidade natal, São Borja, e aliados de João Goulart, apesar de sempre manterem distância em relação a Leonel Brizola. Tarso passou a infância sendo vizinho de Jango e do irmão de Getúlio Vargas, Protásio. Depois que a família se mudou para Santa Maria, seu pai, Adelmo, foi vereador e vice-prefeito pelo PTB, cassado pelo regime militar quando ocupava este último cargo. Adelmo era uma referência da oposição no município. Sua casa era local de aglutinação de militantes e tinha como freqüentador, inclusive, Pedro Simon.

Tarso Genro e seu irmão, Adelmo Filho, cursaram Direito na Universidade Federal de Santa Maria e ingressaram no MDB, onde foram dirigentes da Juventude do partido, órgão criado e apoiado por Pedro Simon. Também fizeram parte uma tendência chamada “Oposições Populares”, cujos integrantes tinham posições ligadas ao marxismo e faziam uma leitura crítica do trabalhismo, qualificando-o como populista (GRILL, 2003). Em 1968, aos 21 anos, Tarso foi eleito vereador de Santa Maria, mas renunciou ao cargo no mesmo ano em protesto às cassações de políticos pelo governo militar (TARSO, 2002). Em 1971, perseguido pelos militares, Tarso teve que se exilar no Uruguai, onde Jango o manteve escondido em uma fazenda.

Após sua militância no MDB, Tarso participou e dirigiu o Partido Revolucionário Comunista (PRC) e teve um engajamento inicial no Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido que, em função da resistência familiar ao brizolismo, abrigou por um tempo a família Genro. Adelmo Genro foi o primeiro presidente da sigla em Santa Maria e concorreu à vice-prefeitura, em 1982, enquanto Adelmo Filho era candidato a deputado estadual. Neste ano, todos apoiaram a candidatura de Pedro Simon ao governo do estado.

Tarso se mudou para Porto Alegre e ingressou no PT, assim como seu irmão. Seu pai migrou para o PSB e foi seu aliado nas principais campanhas. Em 1986, Tarso disputou a eleição para deputado federal, fez 48 mil votos e ficou com a primeira suplência da bancada (GRILL, 2003). Dois anos depois, foi eleito vice-prefeito de Porto Alegre na chapa de Olívio Dutra. Ficou alguns meses no cargo e, do final de 1989 até 1990, assumiu a cadeira deixada por Olívio na Câmara dos Deputados, pois nas eleições de 1986 havia ficado como primeiro suplente. Em 1990, concorreu a governador, mas não se elegeu. Acabou voltando a exercer o cargo de vice-prefeito até junho de 1992, quando se licenciou para disputar a prefeitura, que assumiu em 1993. Em 2000, foi eleito prefeito da capital pela segunda vez (TARSO, 2002).

3.3 A conjuntura do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre

3.3.1 As eleições de 1998

Para as eleições de 1998, o PT decidiu que, se houvesse mais de um pré-candidato, a escolha dos candidatos aos cargos majoritários aconteceria através do voto direto dos filiados. No Rio Grande do Sul, o partido tinha dois pré-candidatos: Tarso Genro e Olívio Dutra. Tarso tinha o apoio das correntes internas moderadas do PT e Olívio, das correntes mais à esquerda. A extensão do poder de decisão aos que não participavam dos debates programáticos era vista pelas tendências mais à esquerda como ameaça às posições dos que

acompanhavam organicamente a vida partidária e possibilidade de maior influência externa nas decisões do partido.

Tarso Genro parecia levar vantagem com a prévia, pois ocupava “com regularidade espaços com visibilidade na mídia” e desfrutava “de um alto conceito com as camadas midiáticas das bases sociais e políticas do PT” (MARQUES, 1998, p.28). O principal argumento dos que defendiam sua candidatura era que “ele ampliaria a votação da Frente Popular em setores sociais recalcitrantes a uma opção apoiada internamente pelas correntes ‘mais à esquerda’, e externamente pelo MST” (Ibid., p.29). Além disso, como prefeito de Porto Alegre, Tarso havia concluído seu mandato com 70% de aprovação.

No que concerne a Olívio Dutra, o argumento central dos que o defendiam era de que “o problema do projeto democrático popular nunca fora as classes medianas da sociedade, ou os empreendedores de médio porte, mas a ausência de uma interpelação eficiente junto ao ‘pobretariado’” (Ibid., p.29).

Os jornais freqüentemente publicavam notas sobre a iminência de uma divisão no PT. No caso de *Zero Hora*, o principal local da divulgação deste tipo de notícia era a Página 10 de José Barrionuevo. Quase um ano antes da prévia do partido, Barrionuevo já começava a analisar as tendências internas do PT e as campanhas dos pré-candidatos. Além de servir de local para as especulações do colunista e para as respostas das correntes internas do partido às suas especulações, a Página 10 também serviu de lugar para debate entre as próprias correntes (SCHUSTER, 2002). Trata-se de uma situação curiosa já que, segundo o estatuto do partido, as tendências não poderiam assumir expressão pública ou fazer circular material próprio em âmbito externo ao PT (PARTIDO, 2001). Júlio Quadros, presidente do partido entre 1997 e 2001, lembra que este não deveria ser o comportamento oficial, porque fragiliza o partido, mas confirma que “há no PT pessoas que estimulam a briga com Barrionuevo” e “acabam passando informações internas” (SCHUSTER, op.cit, p.170).

Alguns exemplos dos debates travados na coluna: Barrionuevo especulou sobre a saída do partido de setores mais radicais que prejudicaram as negociações com o PDT; no dia seguinte foi publicada resposta da Articulação de Esquerda dizendo que aquilo se tratava de um jogo político desqualificado dos moderados para combater a candidatura Olívio e garantia que os radicais não iam deixar o partido. Dias depois, sobre este mesmo tópico, Barrionuevo publicou que Tarso tinha proposto o enquadramento dos segmentos mais radicais; Miguel Rosseto, da Democracia Socialista, rebateu a afirmação de Tarso dizendo que os problemas de disciplina “se localizam na direita do PT, tanto em aspectos éticos quanto pragmáticos”; na mesma linha, a Articulação de Esquerda propôs que o que devia ser enquadrado era o oportunismo eleitoral e o carreirismo de alguns integrantes do partido. O debate entre as correntes seguiu com declarações que condenavam a postura da Articulação de Esquerda e da Democracia Socialista, dizendo que não contribuíam para o fortalecimento do partido. Barrionuevo publicou a sugestão de Raul Pont de que Tarso aceitasse ser vice de Olívio; Tarso respondeu que não era soldado do partido e só admitia concorrer ao governo do estado ou à Presidência da República (SCHUSTER, op.cit.).

Antes da prévia, duas matérias pagas, uma subscrita por professores e economistas e outra por advogados, foram publicadas declarando apoio à pré-candidatura de Tarso Genro. Por causa disto, a Executiva Estadual aprovou “um esclarecimento proibindo iniciativas do gênero, por exporem o partido às idiossincrasias hostis e serem um fator de desequilíbrio para a manifestação dos militantes de poucas posses”, e por não seguirem “a orientação partidária de manter o debate no âmbito interno do partido” (MARQUES, 1998, p.31). Sobre a exposição das correntes internas do PT na Página 10, não houve referência.

Nas votações, Olívio recebeu 49,9% de adesões contra 48,9% de Tarso. Foram apenas 191 votos de diferença. Tratava-se de uma eleição cujas regras eram aplicadas pela primeira vez e, por isso, “houve distintas interpretações sobre os procedimentos da votação

em algumas municipalidades”. A Comissão Executiva Estadual analisou os recursos impetrados e acatou como procedentes os pedidos de impugnação das urnas únicas de seis cidades e de uma urna em São Miguel das Missões e outra em Piratini. Urnas de dois municípios foram deixadas sub judice a fim de colher mais informações para ulterior apreciação. No entanto, estas urnas “não alterariam o resultado apurado” (MARQUES, op.cit., p.32). Parte da imprensa deixou de lado o fato do PT ter escolhido seu candidato para problematizar o resultado da apuração.

No que diz respeito ao candidato a vice-governador, a tendência Coletivo Carneiro Cruz colocou o nome de Clóvis Ilgenfritz para ser avaliado na Convenção Estadual. Mas, como Clóvis havia apoiado Olívio, apesar de pertencer ao espectro do PT Amplo, perdeu a legitimidade para ser representante da ala moderada do partido. Em seu lugar, o vice-prefeito de Porto Alegre, José Fortunatti, foi o escolhido. Entretanto, as vertentes mais à esquerda não permitiram que Fortunatti concorresse em função das declarações precipitadas que havia feito sob a tensão dos instantes finais das votações prévias. Não houve acordo. A vaga foi preenchida através de votação no plenário da Convenção, que escolheu o deputado federal Miguel Rosseto.

Os integrantes do PT Amplo ficaram ressentidos com a dupla derrota. Tarso recusou-se a entrar na chapa como vice ou como candidato a senador, apesar das pesquisas apontarem-no como favorito ao Senado, superando Pedro Simon. Preferiu fazer parte da Coordenação da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Somente no segundo turno, com a agenda mais livre, empenhou-se na campanha de Olívio (Ibid.).

Olívio Dutra da Frente Popular (PT, PCdoB, PSB e PCB), seria, então, o adversário do governador Antônio Britto, sustentado pela coligação Rio Grande Vencedor (PMDB, PPB, PTB, PSDB, PFL, PL, PSD, PSC, PSL, PRP e PTdoB). As pesquisas de opinião realizadas por diferentes institutos de pesquisa indicavam que Britto seria reeleito no

primeiro turno. Sua situação era privilegiada: tinha o aval do presidente Fernando Henrique Cardoso, também candidato à reeleição. A tentativa do PSDB gaúcho de lançar o vice-governador Vicente Bogo como candidato ao governo foi barrada pelo presidente e o partido acabou se aliando a Britto (LUSSANI, 2003).

Os temas mais debatidos, pela mídia ou pelos candidatos, no período eleitoral foram:

- A conjuntura econômica do país, que combinava a supervalorização do real em relação ao dólar, juros elevados (incompatíveis com as atividades industriais e comerciais), arrocho salarial e a abertura comercial indiscriminada, o que provocou prejuízos enormes ao parque produtivo nacional (MARQUES, 1998).

- A situação econômica do estado. O desempenho do PIB do RS foi de -5,0% em 1995, 0,5% em 1996, 6,1% em 1997 e -0,5% em 1998, uma média de 0,27% ao ano durante os quatro anos de governo de Britto. No mesmo período, a média do crescimento do PIB no Brasil era de 2,57% (ESTATÍSTICA, 2005). Segundo dados SEBRAE, “a cada dez microempresas geradas, sete fechavam em menos de três anos. Nos registros da Junta Comercial, em 1994 foram decretadas 261 falências e/ou concordatas; em 1997 essas triplicaram para 651” (MARQUES, op.cit., p.23). Em 1998, as atividades industriais e comerciais apresentaram evolução negativa de 3,2% e 3,1%, respectivamente. As exportações tiveram queda de 9,3%, sendo o setor de calçados, primeiro produto da pauta de exportações, o mais afetado, apresentando um resultado negativo de 16,4% (LUSSANI, op.cit.).

- A agricultura. O orçamento da Secretaria da Agricultura para 1998 previa 1,53% do orçamento do estado, quantia inferior ao orçamento da Assembléia Legislativa, embora a Secretaria da Agricultura possua bases físicas nos 467 municípios gaúchos. A agropecuária cresceu 3,7% no estado, entre 1995 e 1997, contra 12,3% no País. Especificamente na lavoura, houve queda de 8,2%. Uma das causas para estes resultados foi a abertura

indiscriminada das fronteiras para o Mercosul. Em São Borja, por exemplo, 40% dos trabalhadores que labutavam no campo ficaram desempregados (MARQUES, 1998).

- A reforma agrária (esquecida pelo governo Britto) e o MST, apontados como forma de se alcançar a paz social ou o caos e a violência.

- Desemprego. A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, que concentra cerca de 40% da população economicamente ativa do estado, apresentava a cada ano índices piores: em 1995, a taxa mínima de desemprego foi de 9,1% e a máxima de 12,5%; em 1996, a mínima, 10,8% e a máxima, 14,3%; em 1997, 12,2% e 14,2%; e até outubro de 1998, a mínima tinha sido 13% e a máxima 16,9% (ESTATÍSTICA, 2005).

- As privatizações de empresas públicas estratégicas. Britto foi o primeiro governador a privatizar estatais no país, vendendo parte da CEEE, em 1997. Em 1998, privatizou a CRT e várias outras empresas estavam na fila (LUSSANI, 2003). Este tema foi abordado tanto pelo lado do barateamento e melhoria dos serviços que decorreria da privatização, como pelo lado do desemprego gerado pelo enxugamento das empresas (na CEEE, foram dispensados cinco mil trabalhadores) e da má avaliação do patrimônio público. O Banco Meridional, por exemplo, foi avaliado em R\$ 416 milhões, pelo balanço de 1995, e oferecido no edital de venda por R\$ 171 milhões (MARQUES, op.cit.).

- Os incentivos fiscais dados pelo governo a grandes grupos econômicos multinacionais, como a GM, Ford, a Dell Computer, Navistar, etc. e sua relação com o crescimento do estado e a geração de empregos.

- As contas do estado. Somados os 80% gastos com pessoal (patamar alcançado na gestão de Britto), com os 15% gastos com a administração da engrenagem pública e os 13% do pagamento da dívida, o total ultrapassava os 100%, furo tapado com a venda do patrimônio público. O déficit operacional do estado pulou de R\$ 246 milhões em 1995 para mais de R\$ 800 milhões em 1996 e 1997. A receita do ICMS, que representava 93% da

Receita Tributária do RS, ficava menor a cada ano. Britto, ao apoiar a Lei Kandir, fez com que o estado perdesse mais de R\$ 200 milhões na arrecadação de 1997.

- A renegociação da dívida mobiliária pelo governo Britto que comprometeu 13% da receita líquida do estado por 30 anos. Trouxe embutida a privatização do que restou da CEEE e, posteriormente, do Bannisul, da Corsan, da Procergs, entre outras. Caso deixasse de cumprir alguma parte do acordo com o governo central, ficou estabelecido que a despesa anual subiria para 17% da receita.

- O Orçamento Participativo (OP) mobilizou setores empobrecidos da população da capital (aproximadamente 20 mil pessoas, em 1998), que se envolveram com as plenárias realizadas nas vilas e nos bairros para definir as prioridades para o orçamento dos anos seguintes. Segundo uma pesquisa realizada pela Frente Popular no período eleitoral, 68,6% dos eleitores riograndenses responderam que a participação popular, da maneira como ocorria em Porto Alegre, era muito importante. Não foi por acaso que no último ano de seu governo Britto aprovou a “Consulta Popular”, que destinaria 1% do total do orçamento para 1999. A grande mídia, no entanto, manteve silêncio sobre a experiência ou “atacou-a frontalmente sob o pretexto de que os mecanismos de deliberação direta do OP significavam uma ameaça à democracia representativa (em geral) e às atribuições da Câmara Municipal de Vereadores (em particular)” (MARQUES, op.cit., p.42).

No ano eleitoral de 1998, *Zero Hora* apoiou e enalteceu as ações do governo do estado e do governo federal tanto em editoriais quanto nas notícias. As bandeiras defendidas pela RBS eram as mesmas que estavam sendo implementadas pelos governos gaúcho e federal: a defesa das privatizações, a modernização do estado, o enxugamento da máquina pública, a necessidade de reformas estruturais (previdenciária, administrativa, trabalhista), o fim dos privilégios para os funcionários públicos e o Plano Real (LUSSANI, 2003).

Enquanto isto, na Página 10 do jornal, crescia a tensão entre o colunista e o PT. As respostas do partido, que antes eram enviadas através de notas a serem publicadas na própria página, em agosto passaram para espaços pagos. O fato que motivou esta prática foi a decisão da justiça, em primeira instância, de condenar o então presidente do PT Ronaldo Zülke e o coordenador de campanha de Olívio Laerte Meliga, por crime eleitoral decorrente da acusação feita pela Frente Popular, em 1994, de corrupção na Previdência Social enquanto Britto era o Ministro da pasta. Barrionuevo acusava o PT de não haver se manifestado contra o crime cometido pelos dois. A resposta do PT, em nota paga, defendeu seus dirigentes e acusou a Página 10 de estar comprometida com a candidatura de Britto. Barrionuevo replicou que “as respostas à nota estão contidas nas sentenças de condenação” e que o resto era “jogo eleitoral” (SCHUSTER, 2002, p.147). Depois disto, iniciou-se um longo ciclo de acusações de Barrionuevo, direitos de respostas concedidos pela Justiça na Página 10 e notas pagas publicadas pelo partido.

O tom das notas pagas ficava cada vez menos cordial, chegando o partido a afirmar que a RBS possuía estreita relação com a candidatura de Britto e que “milhões de gaúchos perderam com o governo Britto”, mas a “RBS, proprietária do jornal *Zero Hora*, ganhou muito” (Ibid., p.156). A indignação do partido não era à toa: enquanto o jornal publicava como manchete as pesquisas eleitorais que davam a vitória para Britto já no primeiro turno, o partido até se conteve, mas quando, no dia seis de setembro, *Zero Hora* publicou uma pesquisa que dava a vitória para Britto também em Porto Alegre, considerada reduto do PT, a reação não podia ser outra. Este fato levou o diretor regional do Ibope a dizer que “a ‘margem de erro’ para a capital não era a mesma para o universo total do RS. Se, para este, a margem era de 3%; para aquela era de 6,5%” (MARQUES, 1998, p.95).

Mas isto foi pouco em comparação ao que ocorreu em 11 de setembro, quando o vereador do PSB Hélio Coberllini, ex-petista, subiu à tribuna da Câmara para criticar a

Coordenação da campanha da sua coligação que, segundo ele, deveria adotar uma linha mais propositiva e menos polarizadora e propor a troca de Olívio por Tarso (MARQUES, op.cit.).

Barrionuevo já vinha construindo um ambiente propício para dar sentido ao discurso de Coberllini. No começo de agosto, afirmou que “Tarso Genro foi chamado para mudar a linha de campanha de Olívio Dutra ao governo gaúcho, que entrou em crise. As últimas pesquisas apontam queda do petista. Uma ala do partido, minoritária até o momento, quer trocar Dutra por Genro” (SCHUSTER, 2002, p.158). Além disso, chamou a atenção sobre a possibilidade de “voto camarão” dos setores que apoiavam Tarso, que talvez só fizessem campanha para os deputados e não para Olívio. A resposta veio novamente na própria coluna, através de um dos coordenadores do PT Amplo que dizia que não haver possibilidade de ocorrer tal coisa. No começo de setembro, Barrionuevo ainda insistiu, dizendo que havia “consenso entre os mais experientes observadores políticos: o PT começou a perder a eleição na prévia interna que escolheu o candidato a governador. Dispensou seus melhores nomes da chapa majoritária” (Ibid., p.160), ou seja, Tarso.

Embora a Frente Popular tenha silenciado sobre o episódio Coberllini depois da nota de 12 de setembro, em que disse que ele não merecia os votos de quem queria derrotar FHC e Britto e que sua candidatura não tinha mais respaldo da Frente Popular, o assunto permaneceu na coluna até a última semana de setembro (Ibid.).

Voltando às pesquisas publicadas por *Zero Hora*, em outubro, antes das votações do primeiro turno, o jornal transformou em manchete apenas uma pesquisa que apontava a vitória de Britto. As outras duas, que mostravam a possibilidade de segundo turno, não se transformaram em manchetes, foram apenas chamada de capa (LUSSANI, 2003).

No primeiro turno, Britto venceu com 46,40% dos votos válidos (2.319.302 votos) contra 45,92% de Olívio Dutra (2.295.503 votos), uma diferença de apenas 0,48% dos votos válidos (23.799 votos).

No segundo turno, não houve nenhum “episódio Coberllini”, mas houve apreensão judicial de *Zero Hora* nos dias 24 e 25 de outubro, a véspera e o dia da eleição. Sábado porque continha propaganda eleitoral irregular do presidente FHC, que colocava em risco o pacto federativo ao insinuar que o RS receberia mais benefícios da União se Britto vencesse. Domingo porque o jornal saiu sem o direito de resposta da Frente Popular. A direção do jornal justificou que os anúncios

foram programados simultaneamente na sexta-feira para as edições de sábado e domingo, como ocorre normalmente. Zero Hora começou a imprimir a edição de domingo no seu horário de sempre, horas antes de ser noticiada da decisão judicial. Em nenhum momento, o jornal descumpriu determinação da Justiça Eleitoral em relação a anúncios de qualquer partido. (MARQUES, 1998, p.102)

O resultado do pleito foi 50,78% dos votos para Olívio contra 49,22% para Britto, uma diferença de menos de 100 mil votos.

Em 27 de outubro, depois da vitória de Olívio Dutra, Barrionuevo disse que “Tarso Genro assegura que não integra o secretariado e não tem planos de disputar a sucessão de Olívio em 2002. Transfere residência para São Paulo ou Brasília, como sucessor natural de José Dirceu na presidência nacional do PT” (SCHUSTER, 2002, p.166). Tarso respondeu, através de carta publicada na coluna, que a discussão da sucessão da presidência do PT só deveria começar em 1999, que sua meta era dar sustentação ao governo Olívio e cumprir suas funções de dirigente nacional do PT. “Cordialmente, Tarso Genro” (Ibid., p.167).

Como se pôde constatar, a Página 10 de *Zero Hora* tinha uma relação intensa com o Partido dos Trabalhadores. Barrionuevo disse, em 2001, que: “O PT gosta de criticar a Página 10, mas é a primeira que eles lêem. Aliás, eu escrevo para o PT. O PT lê a Zero Hora pela Página 10 e eu dedico 80% para o PT. E não é só crítica”. Para se ter um exemplo, no segundo semestre de 1998, dos 1.367 tópicos da coluna, 675 eram sobre o PT. O segundo partido mais citado foi o PMDB, com 233, seguido do governo estadual (liderado pelo PMDB) com 105 tópicos. No segundo semestre de 1997, quando ainda não havia entrado o ano eleitoral, o PT foi citado em 449 tópicos contra 229 do PMDB e 355 do governo estadual,

de um total de 1974 tópicos (SCHUSTER, op.cit., p.169). A Página 10 mostra-se como espaço que propõe discussões políticas, que são aceitas pelo PT (que responde às informações, conjecturas e opiniões de Barrionuevo), revelando capacidade de agendamento do jornal sobre o partido.

A tentativa de favorecer Britto através das pesquisas eleitorais publicadas em *Zero Hora* foi tão evidente que mereceu um editorial chamado “As pesquisas no devido lugar”, publicado em 15 de novembro de 1998, que dizia que “pesquisas eleitorais continuarão a ser publicadas no jornal, mas ganharão um aspecto francamente coadjuvante em sua cobertura” (MARQUES, 1998, p.116).

O clima tenso da campanha eleitoral fez com que Antônio Britto quebrasse a tradição de passar o cargo ao sucessor, deixando o protocolo para seu vice-governador. O governo prometia ser difícil já que a base aliada de Olívio tinha apenas 20 dos 55 deputados na Assembléia Legislativa, onze parlamentares do PT, sete do PDT, um do PSB e uma do PCdoB. Ao longo da legislatura, a situação se agravou quando, ainda em 1999, o deputado do PSB se transferiu para o PPS e, no segundo ano da gestão, o PDT rompeu com o governo, ficando a base aliada restrita a 12 deputados (OLIVEIRA, 2004).

A oposição produziu, com o apoio da mídia, uma série de fatos políticos e denúncias desde o começo do governo. Entre eles estão: a contratação de Cooperativa de Produção de Vídeo, sem licitação, pelo secretário de Comunicação, ex-diretor dessa cooperativa; o desrespeito do governo às negociações anteriormente estabelecidas com a Ford; conflitos na área da segurança pública; a exigência de punição dos responsáveis pela depredação do relógio comemorativo aos 500 anos da descoberta do Brasil; a contestação na Justiça do Orçamento Participativo estadual; a estreita relação do Secretário da Agricultura José Hermeto Hoffman com o MST e os conflitos gerados, em virtude dessa relação, com os

grandes produtores rurais representados pela FARSUL; e os confrontos entre funcionários públicos estaduais e o governo por melhoria salarial (SILVEIRA, 2002).

As denúncias e os fatos políticos criados pela oposição foram uma tentativa de mostrar a contradição entre o discurso de campanha e prática do novo governo, ressaltando o despreparo dos secretários e a desordem causada pela inexperiência dos governantes.

3.3.2 As eleições de 2000

A Frente Popular, liderada pelo PT, encontrava-se no comando da Prefeitura de Porto Alegre há 12 anos. Tarso Genro foi escolhido como candidato do partido na prévia disputada com Raul Pont e José Fortinati, que ocupavam, respectivamente, o cargo de prefeito e vice-prefeito de Porto Alegre. O principal argumento a favor de Tarso dizia respeito à sua maior viabilidade eleitoral, já que havia concluído sua gestão na prefeitura com cerca de 70% de aprovação (FONTOURA, 2002). Além disso, Tarso tinha excelente imagem na cidade, era visto como administrador competente, dinâmico, inteligente e moralmente inatacável. No entanto, o processo da prévia acabou provocando ressentimentos entre os que apoiaram os outros candidatos, que acusaram Tarso de personalismo e individualismo. Estes fatos tiveram como efeito a desmobilização da militância petista, até porque Tarso venceu as prévias com uma grande quantidade de votos dos filiados não-militantes (SILVEIRA, *op.cit.*), exatamente o que temiam os setores mais à esquerda do partido, como foi anteriormente comentado.

Para a oposição, a decisão do PDT de optar por candidatura própria em vez de aliar-se ao PT foi muito importante. A decisão se deu porque a maioria dos integrantes do partido acreditava que o PDT precisava demarcar território, evitar que fosse sobrepujado pelo PT. Alceu Collares empenhou-se pessoalmente na defesa dessa tese porque foi denunciado como corrupto pelo PT quando era governador. A outra candidatura importante foi a de Yeda Crusius, do PSDB, que já havia concorrido nas eleições municipais anteriores e conquistado a segunda colocação, com 27% dos votos (FONTOURA, *op.cit.*).

Tarso, que havia iniciado a disputa com 43% das intenções de voto, não conseguiu ampliar significativamente este número até duas semanas antes das eleições, quando a militância petista entrou de fato na campanha. Até então a mobilização da militância mais ativa, partidária dos pré-candidatos derrotados nas prévias, tinha sido pequena em função das desavenças internas geradas pela prévia (SILVEIRA, 2002).

Os dois candidatos que lideraram a disputa e que foram ao segundo turno das eleições não eram de partidos com os quais a RBS tinha um discurso afinado. Tarso ocupou muito mais a Página 10 de Barrionuevo que Collares. O primeiro ocupou 40,3% do espaço da coluna em julho, 47,9% em agosto e 46,4% em setembro, enquanto que o segundo ocupou nestes meses, respectivamente, 13,4% 16,4% e 10,7%. Das vezes em que Tarso foi citado, recebeu uma avaliação predominantemente positiva e neutra, como pode se constatar na tabela a seguir (FONTOURA, 2002, p.65):

Avaliação/ Mês	Julho	Agosto	Setembro
Positiva	25,9%	45,7%	5,1%
Neutra	44,4%	45,7%	56,4%
Negativa	29,6%	8,6%	38,5%

No que se refere ao que foi publicado pela Página 10 sobre o PT, ao contrário, a avaliação é bem mais negativa (Ibid., p.66):

Avaliação/ Mês	Julho	Agosto	Setembro
Positiva	16,7%	3,8%	7,1%
Neutra	38,9%	15,4%	45,2%
Negativa	44,4%	80,8%	47,6%

Da mesma forma, a avaliação das citações negativas sobre o governo de Olívio, também no período de julho a setembro, representavam 76,9%, 66,7% e 71,9% (FONTOURA, op.cit., p.67). A partir destes dados podemos concluir que a cobertura realizada por Barrionuevo de Tarso era bem mais amena e positiva que a cobertura realizada do partido e do governo do estado.

A situação econômica do estado apresentava bons índices: em 1999 crescera 3% e em 2000 cresceria 4,4% (ESTATÍSTICA, 2005). A balança comercial cresceu 71% e a indústria impressionou com seus 12,71% de crescimento. Levantamentos feitos pelo IBGE, não muito divulgados por *Zero Hora*, apontavam, em julho, queda no índice de desemprego na região metropolitana pelo terceiro mês consecutivo; em agosto, queda pelo quinto mês consecutivo do índice de desemprego de Porto Alegre; em setembro, nova queda no índice de desemprego da região metropolitana.

A campanha eleitoral também foi pouco explorada pelo jornal, limitando-se, praticamente, a divulgar pesquisas eleitorais. Mas nesta eleição as pesquisas não foram transformadas em manchete como nas anteriores, havia somente uma chamada na capa que remetia às páginas de política onde a pesquisa era apresentada. Esta novidade se deu em função da crise de credibilidade já mencionada pela qual o jornal passou após as eleições de 1998, que fez com que *Zero Hora* publicasse um editorial sobre as pesquisas na época e outro em 16 de julho de 2000, no qual explicava as novas regras adotadas, entre elas, a de não valorizar as pesquisas de opinião a ponto de transformá-las em manchete. Excluindo-se as matérias sobre as pesquisas, especificamente sobre PT houve uma manchete sobre a expulsão do tesoureiro do partido e uma matéria sobre a contratação supostamente irregular da empresa responsável por montar a estrutura para o carnaval de Porto Alegre (FONTOURA, op.cit.).

Ao contrário da situação econômica do estado e da campanha eleitoral, dois temas ganharam com frequências as páginas do jornal: a questão da segurança e a febre aftosa. Uma

média de 12% do espaço de *Zero Hora* nos três meses de campanha (julho a setembro) foi ocupada por matérias relativas a crimes e violência. A volta da febre aftosa no rebanho gaúcho também teve bastante destaque na mídia. Animais sacrificados, novos focos da doença, a proibição de feiras agropecuárias onde fosse necessário o deslocamento dos animais, tudo virava notícia. Ambas questões foram colocadas pela mídia como consequência da incompetência do governo do estado (FONTOURA, 2002).

Apesar das denúncias feitas pela mídia e pelos adversários, o índice de rejeição de Tarso não cresceu muito no decorrer da campanha. Havia iniciado em 16% e chegou a 23%, o segundo percentual mais baixo entre os cinco candidatos competitivos. As principais denúncias diziam respeito à doação de 60 mil reais de um dos proprietários da empresa Adubos Trevo à campanha ao PT, que foi considerada suspeita por causa de um empréstimo que havia sido concedido à empresa pelo Banrisul, presidido por João Verle, candidato à vice-prefeito na chapa de Tarso (o PT respondeu que o empréstimo a Adubos Trevo tinha sido aprovado ainda no período do governo de Antônio Britto); à CPI do Carnaval, instalada para averiguar a contratação da empresa responsável por montar a estrutura para o carnaval de Porto Alegre, que não tinha sede própria nem endereço (a prefeitura respondeu que a contratação foi feita pela Associação das Entidades Carnavalescas, que foi legal e que o serviço prestado com eficiência, e a CPI não conseguiu levantar provas das irregularidades); o desfalque do ex-tesoureiro do PT Jairo Carneiro no caixa das finanças, que resultou na sua exclusão do Diretório Estadual (a oposição denunciou o fato como prova de que o PT tinha entre seus quadros dirigentes pessoas desonestas); e as irregularidades no Clube de Seguros da Cidadania, formado por dirigentes do PT, que teria utilizado a posição do partido na máquina pública para vender seguros aos funcionários e comprar uma sede para o PT com os recursos arrecadados. Sobre este assunto, o PT respondeu que o Clube era legal, que não forçou qualquer venda de seguros através de influência política e que os membros do Clube

processariam Collares, o autor da denúncia, por calúnia e difamação. Em função disto, o partido obteve direito de resposta em duas ocasiões (FONTOURA, op.cit.).

Collares, diferentemente de Tarso, aumentou bastante seu nível rejeição devido à estratégia do candidato de contrapor-se à percepção majoritária dos eleitores de que a administração da prefeitura estava realizando um bom governo (SILVEIRA, 2002).

Outros fatos foram utilizados contra o PT, mas de forma menos enfática, como: os altos impostos cobrados em Porto Alegre (ex.: ISSQN, IPTU etc); os níveis de violência e o sentimento de insegurança vivido pela população, discurso afinado com o de *Zero Hora*; o desconhecimento, por parte da população, de quem era João Verle, o vice de Tarso, que assumiria a prefeitura caso Tarso viesse a concorrer para o governo do estado em 2002; e o índice de desemprego, sempre lembrando o desemprego gerado pela não instalação da Ford no RS (FONTOURA, op.cit.).

A questão da Ford teve vida longa no discurso da oposição, chegando até as eleições de 2002. Apesar do investimento ser financiado pelo estado através de obras de infraestrutura, de empréstimos sem correção monetária, juros de 6% ao ano, carência de 15 anos para iniciar o pagamento, isenção de impostos e garantia de um empréstimo do BNDES no valor de US\$ 550 milhões, a cartola – uma ou mais palavras colocadas abaixo da editoria e em cima do título da matéria quando um assunto merece destaque e provavelmente vai se manter em pauta durante um tempo – do caderno de Economia de *Zero Hora* era “A Conquista do Investimento”. Nas 49 edições que compreenderam o início e o fim do impasse, 29 capas tiveram presente o tema. Se for contado a partir do dia que Olívio confirmou que não liberaria a parcela de R\$ 68 milhões para a Ford, foram 25 capas em 34 dias, ou seja, 73,5% das capas do período. A defesa do Ford foi tamanha que um dos editoriais a favor da manutenção do contrato terminava pedindo: “Senhor governador, não deixe que o Rio Grande regrida!” (FONSECA, 2003, p.117).

Para contrabalançar a campanha dos adversários e da mídia, os programas eleitorais de Tarso mostravam-no como o candidato que poderia dar continuidade ao que estava sendo feito pela Prefeitura e realizar novas ações para a melhoria da cidade, além de fazer alguns ataques às administrações municipal e estadual de Collares e mostrar a vinculação de Yeda Crusius ao governo federal e a Paulo Maluf do PPB (partido do seu vice). A defesa das realizações feitas pela Administração Popular e a ênfase dada ao orçamento participativo, como característica distintiva das gestões petistas e elemento vital para a valorização da cidadania, também estiveram presentes nos seus programas (FONTOURA, 2002).

Considerando que Barrionuevo representava de algum modo a linha editorial de *Zero Hora*, podemos estabelecer uma comparação entre os índices de informações positivas publicadas sobre Tarso na Página 10, durante o primeiro turno, e na *Zero Hora* em geral, no segundo turno. No primeiro caso, a média das citações positivas nos três meses que antecederam às votações (julho, agosto, setembro) ficou em torno de 25,5%, enquanto que, no segundo turno, as matérias positivas que envolviam Tarso Genro alcançaram 58,3%. O índice de Collares foi menor: 39,8% (SILVEIRA, 2002). Pode-se concluir, então, que entre Tarso e Collares a *Zero Hora* preferia o primeiro.

Tarso foi obrigado a incorporar em seus programas elementos que a princípio não estavam presentes, devido aos ataques dos adversários e dos fatos noticiados pela mídia. Entretanto, as acusações se direcionavam muito mais ao PT como um todo e ao governo do estado que a Tarso Genro, a julgar pelos assuntos em pauta e pelos números apresentados.

4 A PESQUISA

4.1 Procedimentos de pesquisa

Para realizar a análise de discurso, primeiramente, foram separados todos os textos que diziam respeito a Olívio Dutra e Tarso Genro. Numa segunda etapa, eles foram identificados segundo o tipo de texto (notícia, coluna de opinião, carta do leitor, etc.), e o assunto do qual tratavam.

Os textos que mencionam os políticos somente para dizer que “estavam presentes” em algum evento, que os citavam apenas como referência de outras pessoas (como “Maria Dolores Aurélio, viúva do motorista de Olívio, Celso Rui de Almeida”), ou ainda, que se referiam aos pré-candidatos somente para dizer que ambos iriam participar da prévia, foram excluídos do corpus de análise.

Depois desta seleção, a análise se focalizou nos temas que predominaram no período: a CPI, a disputa de Olívio e Tarso para ser o candidato do PT ao governo do estado, a reforma agrária, a questão da Ford, os Fóruns (Social Mundial, das Autoridades Locais e da Educação), a segurança pública, em especial, a postura da Brigada Militar, a questão do funcionalismo e os projetos de IPTU progressivo da prefeitura e de modificação das alíquotas do ICMS. A análise foi feita mês a mês.

4.2 Análise do discurso do jornal Zero Hora

4.2.1 Outubro de 2001

A escolha temática feita por *Zero Hora*, de 16 a 31 de outubro de 2001, para organizar seu discurso relacionado aos objetos Olívio Dutra e Tarso Genro, foi a focalização na questão da CPI da Segurança Pública e, secundariamente, na disputa dos pré-candidatos e na reforma agrária. Com muito menos ênfase aparece também o Fórum Mundial de Educação e a questão da saída da Ford do estado.

Como a Comissão Parlamentar de Inquérito da Segurança Pública iniciou seus trabalhos em abril, antes de começar a análise, será feita uma pequena retrospectiva.

As CPIs são instrumentos do Poder Legislativo para fiscalizar as ações do Poder Executivo. Em algumas situações, porém, “estes instrumentos restringem-se às disputas político-partidárias e desviam o foco das investigações, transformando-se em privilegiados palcos de enfrentamento para atrair os holofotes da mídia” (OLIVEIRA, 2004, p.55). Este foi o caso da CPI da Segurança, que tinha como propósito investigar as causas da criminalidade no estado, tema recorrente nos veículos da RBS desde o começo do governo Olívio (de julho a setembro de 2000, segundo dados já citados, *Zero Hora* dedicava em média 12% do seu espaço para notícias relativas a crime e violência), mas acabou investigando o suposto envolvimento do governo petista com o jogo do bicho.

A vinculação do governo à contravenção apareceu um mês após a instalação da CPI, quando dois delegados da Polícia Civil falaram que o ex-chefe de Polícia Luiz Fernando Tubino teria dito, ao assumir o cargo em 1999, que a partir daquele momento o dinheiro pago a policiais por banqueiros do jogo do bicho seria encaminhado a obras sociais do governo estadual. Depois, mais dois entre doze delegados chamados para depor confirmaram tal informação. Quando foi ouvido, Tubino disse nunca ter dado orientações neste sentido.

Em 22 de junho, uma cópia da conversa gravada entre o ex-tesoureiro do PT Jairo Carneiro (expulso do partido por desvio de dinheiro) e os jornalistas do *Diário Gaúcho* foi entregue à CPI. Na fita, Jairo dizia que a sede estadual do PT e a campanha de Olívio foram financiadas com dinheiro doado por bicheiros através do Clube da Cidadania.

Em julho houve recesso parlamentar e os trabalhos só foram retomados em agosto. Neste mês, temas diversos e sem maiores desdobramentos foram discutidos. Em outubro, a CPI decidiu convocar para depor cerca de 30 pessoas ligadas ao PT, em especial,

doadores do Clube da Cidadania. A maioria confirmou a doação, mas algumas pessoas alegaram que não sabiam que as verbas teriam como finalidade a compra da sede do partido.

No dia 26 de outubro, foi tornada pública uma gravação de uma conversa ocorrida em 1999 entre o presidente do Clube da Cidadania, Diógenes de Oliveira (Secretário Municipal dos Transportes de Porto Alegre na primeira administração petista e amigo do governador) e o delegado Tubino. Na conversa, Diógenes dizia falar em nome de Olívio e sugeria a Tubino que a Polícia Civil não reprimisse bicheiros, com quem o PT teria uma relação muito boa. Olívio negou qualquer ligação com o jogo do bicho e afirmou que não autorizou Diógenes a falar em seu nome. Posteriormente, o próprio Diógenes reconheceu que usara o nome do governador sem autorização ou conhecimento deste. O PT publicou uma nota de esclarecimento à população em todos os veículos de comunicação, deixando os da RBS de fora. Este fato gerou um editorial na *Zero Hora* que reclamava da “evidente discriminação publicitária” dos seus veículos, que divulgavam com amplitude e independência os resultados da CPI, “configurando-se um gerenciamento no mínimo duvidoso do dinheiro público”, e dizia que o PT deveria esclarecer à opinião pública “os pontos obscuros deste mal contado episódio de tráfico de influência, relações promíscuas e carteiraços”(OLIVEIRA, 2004, p.61). Os deputados de oposição cogitaram abrir um processo de *impeachment* contra o governador, mas recuaram por temer que tal proposta o transformasse em vítima e acabasse por beneficiá-lo. A partir desse momento, a CPI passou a ter repercussão nacional, com manifestações da direção do PT. Diógenes de Oliveira se desfilou do partido para evitar sua expulsão.

No que diz respeito à análise propriamente dita, dos 32 textos selecionados desta segunda quinzena de outubro, apenas seis foram publicados entre o dia 16 e o dia 26. Neles ainda apareciam menções às denúncias feitas pelo ex-tesoureiro do PT Jairo Carneiro ao *Diário Gaúcho* sobre a utilização do dinheiro vindo do jogo do bicho para a compra da sede

do partido e o financiamento da campanha de Olívio, assim como, com menos ênfase, a afirmação de Jairo Carneiro de que tinha inventado tais acusações porque havia sido expulso do PT. Em três destes textos o PT teve espaço para dizer que a focalização da CPI nas denúncias de Jairo era uma tentativa de encobrir o fracasso do tratamento das questões da segurança, que o único objetivo da CPI era manter o governo sobre suspeita. A acusação de que Tubino teria dito a delegados que o jogo do bicho deixava de ser uma questão de polícia para ser uma questão do estado também apareceu uma vez.

Já do dia 27/10 ao dia 31/10, os textos sobre o assunto se multiplicaram, com uma média de mais de cinco por dia, por causa da divulgação da gravação da conversa de Tubino com Diógenes. Dos 28 textos deste período, 18 falam da relação do jogo do bicho com o PT, sendo que destes, 12 reproduziam parte da frase tal como foi dita na gravação, segundo a qual o partido teria “uma relação muito boa e muito estreita com esse pessoal do Carnaval e do jogo do bicho”, 13 continham o pedido de Diógenes a Tubino para que não reprimisse o jogo do bicho e 14 mencionavam o fato de Diógenes ter dito estar falando em nome do governador. Em cinco textos, além de haver a vinculação do jogo do bicho com a campanha de Olívio, há vinculação deste com a campanha de Tarso, através da citação da frase completa de Diógenes: “ao longo desta campanha do Olívio e da outra, do Tarso, e das outras, nós sempre tivemos uma relação muito boa, muito estreita, com esse pessoal do Carnaval e do Jogo do Bicho”. Interessante notar que esta conversa se deu no início de 1999 e que a última campanha de Tarso tinha sido em 1992. De qualquer forma, esta questão não foi tematizada pelo jornal e não voltou a ser mencionada nos outros meses.

No dia 29/10, dos seis textos publicados, três apresentavam Diógenes dizendo que tinha falado em nome do governador sem autorização, que estava fazendo “bravata”. As denúncias de Jairo Carneiro foram mencionadas em três textos, dois deles lembrando que ele, posteriormente, havia dito que inventara as denúncias e um explicando que Jairo dissera que

mentiu para se vingar da expulsão. Os integrantes do partido tiveram espaço em 13 dos 28 textos. A maioria falou que Diógenes, com certeza, não tinha autorização do governador e que havia sido uma iniciativa pessoal, sem que o partido ou o governo tivesse qualquer envolvimento. Em um texto, o partido disse que a CPI era uma tentativa de atingir a imagem do governo e de Olívio; em outro, que o que estava em jogo não era a conduta de um integrante do PT, mas o projeto político do partido; e em um último, que as denúncias da CPI haviam sido feitas por pessoas que estavam tendo que responder por irregularidades na prática de suas profissões (caso dos delegados que acusaram Tubino de dizer que o jogo do bicho não era mais uma questão de polícia). Por três vezes o partido falou da banda podre da polícia, uma delas especificamente de suas relações com o jogo do bicho, apresentando, inclusive, um relatório sobre os casos. As denúncias relativas a Tubino foram lembradas duas vezes. Em nove matérias foram pedidas maiores explicações e investigações sobre o episódio, majoritariamente por integrantes do próprio partido, mas também pelo jornal, que dedicou duas manchetes e um editorial sobre o caso. A possibilidade de *impeachment* do governador é citada em dois artigos da editora de política da *Zero Hora* Rosane de Oliveira, em que dizia que os parlamentares provavelmente não levariam a idéia a cabo porque corriam o risco de transformar Olívio em vítima e acabar por beneficiá-lo.

Outros enunciados compuseram o campo da presença do discurso de *Zero Hora*, enunciados que foram formulados em outro lugar e retomados, neste caso, por pura repetição ou em função de uma tentativa de validação (não muito) lógica. Também houve enunciados que formaram o domínio de memória, enunciados que não são mais discutidos, mas que, neste caso, estabeleciam laços de filiação, de continuidade histórica com o enunciado em questão. Barrionuevo em duas ocasiões relacionou a gravação da conversa de Diógenes com a ida da Ford para a Bahia, porque ocorreram na mesma época, como se uma coisa desse mais sentido a outra. Em uma das vezes disse que se tratava de um governo que, além desses fatos,

permitia que o relógio comemorativo aos 500 anos de descobrimento do Brasil fosse depredado e que o MST se achasse no direito de dar ordens à polícia; na outra, lembrou que dez anos antes de mandar a Ford embora, Olívio tinha feito uma desastrada intervenção nas empresas de ônibus da capital. Rosane trouxe à tona outra parte das denúncias de Jairo Carneiro sobre o episódio do empréstimo do Bannisul à empresa Adubos Trevo.

A questão da Ford também apareceu em três cartas do leitor. Esta é uma modalidade enunciativa que não possui o mesmo peso que uma coluna diária de opinião, como a de Barrionuevo, por exemplo, ou uma notícia do jornal. É um lugar em que *Zero Hora* pode dizer que oferece uma visão da “vida por todos os lados”, permitindo cartas que destoem da sua linha editorial. Uma das cartas dizia que se Olívio assumiu o estado com a previsão do deputado Busatto de que três meses depois não haveria recursos para pagar os funcionários, ele fez bem em optar por não investir na Ford e pagar os salários e que, além disso, Antonio Carlos Magalhães já tinha admitido que ameaçou FHC de ir para a oposição se a Ford não fosse para a Bahia. Outra dizia justamente o contrário, que se indignava com a atitude do governador de atribuir a ACM a saída da empresa do RS, que ele tinha que assumir a responsabilidade do fato. A última lamentava que nos festejos de inauguração da Ford na Bahia tivessem esquecido de agradecer a Olívio, que permitiu que o mais moderno complexo automotivo do mundo, projetado para Guaíba, acabasse sendo instalado em solo baiano.

Sobre a disputa entre os pré-candidatos, ela é mencionada em 15 textos da última quinzena de outubro, 12 vezes em colunas de opinião, modalidade enunciativa mais aberta a especulações e interpretações, 11 na de Barrionuevo e uma na de Rosane de Oliveira. Seis textos falavam de apoios conquistados pelos candidatos: quatro favoráveis a Tarso (Maria do Rosário, do MCS, Paulo Ferreira, do PT Amplo; o próprio PT Amplo e a Rede; Marisa Formolo e Roque Grazziotin, da Articulação de Esquerda de Caxias; e o vereador de Santa Cruz Ari Thessing,) e três a Olívio (a Democracia Socialista e a Unidade Popular Socialista;

os pequenos agricultores e assentados; Donilso Marcon e Adão Pretto, em nome da Articulação de Esquerda e do MST). Seis textos falavam que Tarso estava de alguma maneira ampliando seu espaço dentro do partido, três deles relacionado esta ampliação diretamente à CPI e um ao Fórum Mundial de Educação. Foram quatro os textos que citaram a CPI, todos de Barrionuevo: o primeiro falava que, em decorrência dela, ninguém apostaria na viabilidade da candidatura do governador à reeleição; o segundo, que ela impediu que a Esquerda Democrática firmasse uma posição a respeito de que candidatura apoiar; o terceiro, que o Olívio deixou de ser páreo para Tarso pelas explicações que teria que dar durante a campanha; e o quarto, que os quadros intermediários do partido entendiam que o governador, epicentro da crise, não teria como evitar desgaste na campanha eleitoral.

A promessa que Tarso havia feito de terminar seu mandato de prefeito é lembrada em quatro textos, assim como sua posição de se apresentar como candidato somente se estivesse convicto de que disporia de maiores chances que Olívio, porque esta não era uma questão individualista, mas de necessidade partidária. A preocupação de que se Tarso vencesse as prévias seria o mesmo que admitir que o partido não tinha tido um bom desempenho no governo apareceu em três textos. As brigas que existiram dentro do partido por causa da prévia de 1998 apareceram duas vezes, uma levantando a suspeita de que o processo talvez não tivesse sido limpo.

Ainda estão presentes nos textos: a definição, desde aquele período, da segurança como tema predominante para a campanha de 2002; a ligação do governador com o MST, trazendo, inclusive, para o domínio de memória o caso do assassinato de um soldado da BM a golpes de foices, em 1990, por um grupo de sem-terras que, depois disso, foi se abrigar no Paço Municipal, com o aval de Olívio, então prefeito de Porto Alegre; e as vantagens e desvantagem de cada um dos pré-candidatos: Olívio – possuía mais carisma entre os petistas e vínculos orgânicos partidários mais fortes por ter sido fundador do PT e ter presidido duas

vezes o PT-RS, o que o tornava mais conhecido no interior; mas possuía maior índice de rejeição, o desgaste de ser governo, questões polêmicas como a saída da Ford, a segurança pública e a insatisfação do MST e dos pequenos agricultores com a política agrária do Piratini (no mesmo dia foi publicado outro texto que dizia que os movimentos haviam superado suas divergências com o governo). Tarso – estava melhor colocado nas pesquisas e tinha menor índice de rejeição, sua administração não enfrentava o mesmo desgaste que a de Olívio, conseguia atrair votos de eleitores que tradicionalmente votavam e partidos mais conservadores e conquistar mais apoios externos; mas, como foi anteriormente mencionado, havia prometido que cumpriria todo o seu mandato e poderia abrir espaço para os adversários alegarem que o próprio PT, ao escolher Tarso, achou insatisfatório o desempenho do governo.

Outra questão recorrente nesta segunda quinzena de outubro foi a reforma agrária. Dos dez textos sobre o assunto, três falaram sobre o relacionamento do governo com o MST. O primeiro dizia que não ia bem desde que a Brigada Militar (BM) havia expulsado integrantes do movimento com cassetete e bomba de gás lacrimogêneo do Ministério da Fazenda e que o frei Sérgio Göergen e David Stival, ambos ligados ao MST, haviam saído da Secretaria de Agricultura. O marco do rompimento teria sido a invasão da Secretaria da Agricultura. O texto ainda dizia que a crise não era admitida pelos integrantes do Piratini, que alegavam que o papel do MST era pressionar o governo e que o movimento não estava decepcionado com o fato de Olívio não conseguir cumprir a promessa de assentar 10 mil famílias (promessa lembrada por mais um texto), pois sabiam que o poder de desapropriação de terras era do governo federal. O segundo texto dizia que o MST havia superado as divergências com o governo do estado com a escolha de Antônio Marangon, oriundo do MST, para a Secretaria da Reforma Agrária e a eleição de David Stival para a presidência do PT-RS. Além disso, dizia que o MST se mostrava satisfeito com a política agrária de Olívio, que havia assentado 4,3 mil famílias desde 1999. O terceiro falava que em uma situação de

reintegração de posse, os sem-terra efetivamente deixaram o local, “em sintonia com o desejo governamental”.

Mas mais presente, aparecendo em seis dos dez textos sobre reforma agrária, foi a reclamação dos produtores rurais sobre a indisposição do governo de mandar a BM reprimir as ocupações, o não cumprimento dos órgãos policiais de seu dever de garantir segurança no campo, o tamanho do efetivo que era insuficiente para cumprir as decisões judiciais e a possibilidade de conflitos armados entre as milícias organizadas pelos proprietários e o MST. O PT teve espaço para se defender em quatro textos. Em um deles disse que as decisões judiciais de reintegração de posse eram cumpridas, ainda que com atraso; noutra, que o governo não impedia as invasões porque o efetivo militar era pequeno para garantir que não haveria derramamento de sangue; e em dois textos aparecia o governador, “com o dedo em riste”, dizendo que não houve situação em que uma ordem judicial não tivesse sido cumprida. Além do governador, em um dos textos um integrante do governo falou que eles não apoiavam as invasões, que elas desgastavam o governo, mas que era o preço que pagavam por respeitar o MST e por entender que reforma agrária não se resumia a uma questão de polícia.

Este tratamento do MST como uma questão social e não policial ainda foi lembrado em outro texto. A preferência de Olívio de enfrentar os ataques da oposição e a fúria dos fazendeiros a colocar a BM em um confronto contra as foices e facções dos sem-terra, também foi mencionada. Mais ou menos nessa mesma linha, um terceiro texto trouxe em seu campo de presença afirmações de Olívio feitas em 1994, em que dizia que evitaria a “situação-limite” de uma desocupação, mas que caso ocorresse, “não iríamos de antemão jogar a polícia lá só porque recebemos uma ordem e porque está na constituição”. Nestes três textos não é dado espaço para o governo se manifestar.

A questão das eleições relacionada à reforma agrária apareceu em dois textos que falavam de um protesto que o governador tinha enfrentado na região da fronteira. O protesto

teria sido um dos maiores do governo de Olívio, com centenas de produtores rurais (foi manchete, inclusive), e fez com que o governador tivesse que deixar a cidade protegido pela BM. Um texto disse que se tratava de uma amostra de como andava a popularidade de Olívio na fronteira. O outro disse que a região, que tinha feito a diferença para a eleição do governador, cobrava seu empenho em rechaçar os sem-terra e que, se para os não-militantes a visita de Olívio poderia parecer uma afronta, “rendeu dividendos ao governador junto à clientela petista, importante ante as possíveis prévias”.

Mereceu manchete uma matéria que discorria sobre as irregularidades encontradas pelo Incra: 512 famílias teriam abandonado, vendido ou trocado as terras em função do atraso dos financiamentos, das rotas de escoamento ruins, da falta de máquinas e do terreno pedregoso, problemas que aconteceram em assentamentos federais e também em assentamentos realizados pelo governo Olívio.

Cinco textos falaram sobre o Fórum Mundial de Educação, citado anteriormente como um dos modos através do qual Tarso tinha conquistado mais espaço. Em todos eles Tarso é enaltecido porque o evento foi uma iniciativa da prefeitura, porque a proposta inicial da Carta do Fórum foi elaborada por ele ou porque foi coordenador de alguma conferência. O governador apareceu em quatro dos cinco textos como parceiro que aderiu ao evento.

4.2.2 Novembro de 2001

Neste mês a CPI continuou sendo o assunto mais tematizado no jornal. Houve o depoimento de Diógenes, em que ele reafirmou que não tinha autorização do governador e que havia dado um “carteiraço” durante a conversa com o delegado Tubino. Após oito horas respondendo a perguntas dos deputados, teve taquicardia e foi levado ao hospital. Através de uma ação judicial, o relator da CPI entrou na residência de Diógenes e saiu de lá com documentos e suas agendas pessoais e telefônicas. Houve neste mês um ato de desagravo ao governador, em que militantes petistas lotaram a Praça da Matriz. A manifestação teve a

presença do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e de lideranças nacionais do partido (OLIVEIRA, 2004).

O relatório final da CPI indiciou 41 pessoas, entre elas o governador, secretários do estado, militantes petistas e o próprio PT. As denúncias contra Olívio foram posteriormente arquivadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Estadual e pelo Supremo Tribunal Federal por falta de provas.

Foram 106 os textos que tratavam do tema, uma média de mais três textos por dia. As denúncias de Jairo Carneiro, seu desmentido e seus motivos constaram em apenas quatro textos. No entanto, a relação do jogo do bicho com a sede do partido e a campanha de Olívio esteve presente, sem ser vinculada a Jairo, em outros dez textos, inclusive falando da decisão do partido de devolver o prédio. As denúncias contra Tubino apareceram somente em três textos, mas a menção de que o dinheiro recolhido dos bicheiros iria para obras sociais constou em outros três. A questão de Diógenes foi a mais presente: 25 vezes foi mencionado que ele havia pedido a Tubino que não reprimisse o jogo do bicho, 18 vezes que ele falou em nome de Olívio, 24 que ele estava usando o nome do governador indevidamente ou sem autorização, e oito vezes que ele deu um “carteiraço”. Desta vez, somente em cinco textos apareceram as suas palavras textuais, dizendo que o partido tinha uma relação “muito boa, muito estreitas” com os bicheiros, mas por 15 vezes o envolvimento foi mencionado em outros textos. Um dos textos, um artigo de opinião, chegou a dizer que era “quase uma amabilidade” falar deste envolvimento para quem tinha ligação com as Farc e pretendia fazer uma transformação social sob a inspiração de Fidel Castro.

Em 28 textos apareceram defesas de Olívio. O próprio governador se defendeu negando que tinha autorizado qualquer pessoa a falar em seu nome, mas a maior parte das defesas foi feita por outras pessoas, especialmente integrantes do partido, que falavam da injustiça que estava sendo cometida com um homem honesto, de integridade moral intocável.

Mais de dez textos continham a defesa de Lula ou se remetiam a ela. Lula disse que Olívio estava entre as cinco pessoas mais honestas do país e lembrou, entre outras coisas, que depois de ser prefeito, Olívio se negou a viver de funções partidárias e voltou a ser funcionário do Banrisul.

Em 36 textos apareceram ataques do partido à CPI, pelos mais diversos motivos: porque foi transformada em campanha eleitoral, porque deixou de lado a questão da segurança, porque tinha somente a finalidade de destruir a credibilidade do partido e desestabilizar o governo, porque foi movida por revanchismos, porque se tratava de uma manobra da oposição para desviar a atenção de medidas impopulares que o governo federal queria implantar (mudanças na CLT, por exemplo) e da mídia (inclusive da RBS, porque estava ameaçada de não receber verbas publicitárias do estado), e porque permitiu que a banda podre da polícia utilizasse a CPI para tentar ligar o governo com o jogo do bicho de modo a pressioná-lo. Quando o relatório final da CPI foi apresentado, foi censurado pelo partido por ser inconsistente, mal-intencionado, leviano, improcedente, e por se tratar de “vilania” política. Além disso, classificaram a ameaça da apresentação de outras fitas (houve dois textos com este conteúdo, um deles dizendo que era com a voz de Olívio) como forma de intimidação e chantagem. A banda podre da polícia foi mencionada em nove textos que diziam que aquele era o governo que mais a combatia e que não era por causa das pressões que vinha sofrendo que iria deixar de lado a limpeza que estava executando.

Tarso apareceu em treze textos (editorial, colunas de opinião, cartas do leitor, artigos de opinião e notícias) dizendo que reconhecia que nenhum partido era uma comunidade de anjos e que, como todo agrupamento de homens, o PT podia cometer erros; que as denúncias eram graves e mereciam explicações; que esta tinha sido uma lição política para prevenir futuros deslizes. Em alguns textos foi classificado como uma das poucas vozes sensatas do partido.

A necessidade de investigações, de explicações e até de punições esteve presente em 23 textos. Algumas vezes levantada por integrantes do partido, outras por pessoas de fora, e até em editoriais do jornal. Foi cobrado pelas pessoas de fora do partido que Olívio pediu que fossem punidos aqueles que o caluniaram mas não incluiu Diógenes entre eles.

A relação do Clube da Cidadania com o PT foi citada em sete textos. Olívio e Tarso apareceram defendendo que o partido voltasse a ser financiado somente pela contribuição dos militantes e rompesse o vínculo com a entidade, o que acabou acontecendo. Também esteve presente em quatro textos a ligação entre Olívio e o Clube da Cidadania: três textos falavam da quebra de sigilo telefônico de Diógenes, que mostrou muitas ligações para o gabinete do governador; um deles demonstrava a ligação estreita e de longa data entre os dois; o quarto texto dizia que Daniel Verçosa Gonçalves, diretor do Clube, tinha uma procuração de Olívio, assinada na época da compra do prédio, na qual Olívio tinha o nomeado seu “bastante procurador” para tratar de assuntos particulares e do PT.

Onze textos se referiam ao desagravo de Olívio ou a atos de solidariedade a ele. Um dos textos possuía no campo da presença, novamente, a questão da Ford. Rosane Oliveira lembrava que esta era a segunda manifestação especial em momento de crise do governo, que a primeira tinha sido uma semana depois da reação da oposição na questão da Ford. Em cinco textos foram feitas comparações de Olívio e Diógenes com Collor e PC Farias.

Depois de ter saído o relatório da CPI, estiveram muito presente no discurso de *Zero Hora* o indiciamento do governador e as acusações que foram feitas a ele (improbidade administrativa e crime de responsabilidade), aparecendo em 15 textos. Já a possibilidade de *impeachment* apareceu em sete.

Um dos advogados de Tubino disse que este tinha conversado com Olívio antes de encontrar-se com Diógenes e que o governador teria dito: “Pode ir, o companheiro Diógenes é de nossa total confiança e vai falar em meu nome e em nome do PT”. Entretanto,

o advogado que representava Diógenes na CPI disse que ele havia perguntado a Tubino se tinha conversado com o governador e ele havia negado. Esta questão foi citada em três textos. Em outros dois, a denúncia do advogado é retomada juntamente com a afirmação de Tubino de que o governador não sabia da conversa.

Um texto, contendo a degravação da conversa de Jairo Carneiro com os repórteres do *Diário Gaúcho*, trazia Jairo dizendo que Olívio tinha relutado, mas acabou autorizando que as verbas conseguidas com o jogo do bicho fossem investidas na sede e na campanha.

Outros enunciados estiveram presentes na formação discursiva da *Zero Hora*, como: Olívio seria ingênuo, omissos ou desleixados, na melhor das hipóteses; até poderia ser honesto, mas estava muito mal assessorado, porque considerando o histórico de Diógenes, nada era surpreendente; o PT tinha que entender que as denúncias não vinham da mídia ou da oposição, mas do próprio partido (cartas do leitor); o PT teve desde o início uma postura de não-investigação; o PT se esquecia, quando dizia que a CPI não passava de manobra da “oposição de direita”, que muitos integrantes da oposição, inclusive o relator da CPI, estiveram irmanados com os petistas na última eleição, e que, desta maneira, o PT estava aceitando que fazia coligações com os reacionários (artigos de opinião); o relatório da CPI ia abalar o patrimônio ético do PT e atingir em cheio a imagem do governador; Olívio estava igual a governadores de outros partidos, como José Ignácio (PSDB), do Espírito Santo, que também se declaravam vítimas de perseguições políticas; se Olívio fosse de outro partido, o PT já estaria grafando seu nome nos muros com dois eles, igual a Collor (Barrionuevo).

A disputa entre os dois pré-candidatos foi o segundo tema mais frequente neste mês, presente em 20 textos, mas nem próximo à CPI, que esteve presente em 106 textos. O tipo de enunciação de 12 dos 20 textos foram colunas de opinião. Muitos textos falaram da influência da CPI no processo de escolha do candidato do PT. Dois falaram que o grupo palaciano estava pensando em outro candidato para enfrentar Tarso, “um nome sobre o qual

não repouse qualquer dúvida sobre o comportamento ético”. Outros dois mencionaram que os estragos do escândalo do Clube da Cidadania no governo Olívio e no PT iriam ser avaliados pelo grupo de Tarso. Por duas vezes foi falado que devido ao desgaste, Olívio deveria ficar afastado da próxima eleição, especialmente por ser temerário concorrer à reeleição sem saber o que lhe esperava. Também foi dito que “no âmbito estadual, a base não está disposta a cerrar fileiras em torno do governador, atingido em cheio pelas maquinações de um de seus amigos mais leais, talvez o mais próximo”; que “Olívio Dutra vai governar o último ano de seu mandato sob suspeita, e o PT vai enfrentar a campanha eleitoral sob investigação de corrupção”; que dada a conjuntura, qualquer eleição deixaria o PT “na lanterninha”; que Tarso pediu adiamento do registro dos candidatos para a prévia porque “o partido deve estar profundamente unificado neste momento difícil, e qualquer discussão em torno de candidatos leva à desunião”; que se Tarso vencesse a prévia os gaúchos imaginariam que Olívio foi derrotado em face do desgaste que sofreu com a CPI e que, de alguma maneira, os eleitores da prévia se comoveram com o relatório da CPI, ou seja, que se Tarso derrotasse Olívio, o próprio PT teria dado razão às conclusões da CPI; que a crise ia respingar em Tarso, mesmo que não tivesse ligação com o Clube da Cidadania; e, depois da avaliação do CEPA/UFRGS, apareceu em dois textos que Tarso não tinha sofrido desgastes com a CPI. Sobre a idéia de que Olívio tinha que ser o candidato para que não parecesse uma confissão de culpa pelo escândalo do Clube da Cidadania ou que seu governo tinha tido um mau desempenho, Tarso disse que era um argumento ofensivo ao governador porque ele não precisava de uma candidatura para limpar seu nome, que não estava maculado ou sujo, e que este argumento abriria a possibilidade dos adversários dizerem que Olívio foi o candidato para tapar o sol com a peneira. Além disso, disse que usar uma candidatura para defender uma personalidade é uma visão que partia de um personalismo inaceitável no partido.

Outra questão que mereceu destaque foi a pesquisa realizada pelo CEPA/UFRGS. Seus percentuais apareceram em cinco textos e os seus resultados foram os seguintes: Britto ficaria tecnicamente empatado com Tarso; com Olívio, ficaria com uma vantagem maior. Na pesquisa espontânea Britto atingia 12,7% das preferências, Tarso, 11% e o governador, 7,5%. No levantamento anterior, realizado em setembro, Britto tinha 11,1%, Tarso, 9,9%, e Olívio, 7%. A pesquisa apontava que Zambiasi perderia de Tarso, mas ganharia de Olívio, e que Olívio tinha a maior rejeição (39,3%), seguido por Britto (29,8%). Tarso teve a segunda menor rejeição, de 10,2%, perdendo só para Fortunati, que não estava entre os candidatos mais competitivos. No segundo turno, numa eventual disputa entre Tarso e Britto, eles também permaneceriam empatados tecnicamente, Olívio perderia para Britto e Zambiasi venceria os dois petistas. Rosane de Oliveira avaliou que os resultados não poderiam ser creditados à CPI porque tinha sido a quarta pesquisa do CEPA no ano e em todas os percentuais do governador ficaram na mesma faixa. Tarso disse que os percentuais dele e de Olívio apontavam a reeleição do PT, independentemente do candidato, que seus índices eram superiores aos de Olívio por causa do desgaste natural de quem está no governo e que levava em mais consideração os índices de rejeição que os de intenção de voto. Foi ressaltado que o índice de rejeição de Tarso era baixíssimo e que ele estava muito bem colocado nas pesquisas, enquanto que Olívio perdia para todos e tinha um índice de rejeição que batia recorde, e que Olívio era “a pedra no sapato de Lula” (Barrionuevo).

A possível renúncia de Tarso tendo cumprido pouco mais de um quarto do mandato foi lembrada em quatro textos. Sua posição de apresentar como candidato apenas se estivesse convicto de que disporia de maiores chances, em um. Dois textos falaram que Tarso estava ampliando espaço, um deles, especificamente, por causa das repercussões da CPI.

Sobre Olívio foi falado em dois textos que ele não tinha cumprido as promessas de campanha. Também foi lembrado que “desde maio de 1999, a Assembléia cozinha em

fogo brando um pedido de impeachment do governador Olívio Dutra, por ter rompido o contrato com a Ford”. A questão da Ford apareceu ainda em outra matéria de *Zero Hora* que trazia fatos que a oposição poderia levantar contra o governo do estado. Além da Ford, a posição contemplativa da Brigada Militar nas invasões de terra promovidas pelo MST e na depredação do relógio dos 500 anos do Descobrimento, o que resultou em ação judicial contra três oficiais da BM por omissão diante do ato de vandalismo; o aumento da criminalidade; os critérios de promoção e trocas de comando na Brigada, especialmente a promoção do capitão Arakem Petry Rodrigues a major porque ele estava respondendo a processo na Justiça Militar, acusado de omissão no caso da destruição do relógio dos 500 anos, e a destituição do coronel Tarso Marcadella do comando do policiamento da capital, cuja causa teria sido o confronto entre PMs e sindicalistas da CUT na inauguração do novo terminal do Aeroporto Salgado Filho; o descontentamento de categorias de servidores públicos com a política salarial do governo; a criação de novos cargos e nomeação de servidores, principalmente para a educação e segurança, o que, na opinião da oposição, contrariava as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, que obrigava os estados a reduzirem os custos com a folha de pagamento; e a CPI.

A postura do governo frente ao MST foi mencionada em três textos. Um deles trazia o primeiro comandante da Brigada no governo Olívio, o coronel Roberto Ludwig, que disse que a BM era orientada a agir como anjo da guarda do MST, que entre invadidos e invasores, deveria proteger os invasores. Ele concluía que “igual espírito orientou a ação da Brigada na depredação do relógio”. Outro texto falava que na região da fronteira havia grande tensão em decorrência das invasões do MST. O último trazia para o domínio da memória um documento da primeira candidatura de Olívio ao Piratini, em 1982, que dizia: “Abaixo o sistema repressivo da segurança nacional; desmantelamento do aparelho de repressão; formação de um sistema de milícias populares; instrução gratuita do manejo das armas”.

Barrionuevo dizia que não era a doutrina atual do PT, mas que milícias estavam em formação, no MST e na Brigada.

A questão da segurança pública também foi mencionada em três textos. Um deles falava da polêmica promoção do capitão Arakem Petry Rodrigues, citada anteriormente como um dos pontos que a oposição poderia levantar contra o governo do estado. Outro texto falava da redução dos interstícios, que faria com que oficiais que ocupavam posto de capitão no início do mandato de Olívio fossem promovidos a coronel no final do governo petista, o que o colunista julgava ter como finalidade “transformar a Brigada em milícia de um partido”. O terceiro texto trazia dois projetos apresentados pelo Piratini para área da segurança: a classificação de cargos e vencimentos do Instituto-Geral de Perícias (IGP), órgão que mereceu capítulo à parte no relatório da investigação parlamentar em razão da falta de estrutura, reorganizando o quadro de servidores, e a implantação da Corregedoria-Geral da Secretaria da Justiça e da Segurança, com a finalidade de fiscalizar e orientar a Polícia Civil, a Brigada Militar, a Superintendência dos Serviços Penitenciários e o IGP, deixando somente o Departamento Estadual de Trânsito fora do âmbito da corregedoria.

4.2.3 Dezembro de 2001

Neste mês, com o relatório da CPI pronto, a disputa foi o tema mais freqüente, ainda que a CPI não tenha sido esquecida. O tema esteve presente em 20 textos. Os apoios conquistados por Tarso apareceram em três. Dois deles tratavam de um abaixo-assinado que pretendia chegar a 15 mil nomes “para consolidar o nome do prefeito como candidato de consenso, criando condições políticas para que renuncie ao cargo faltando dois anos e nove meses para o término do mandato”; e outro era relativo ao apoio dado pelo Movimento Esquerda Socialista (MES), representando a opinião da maioria do Cpers, que em seu último congresso tinha aplaudido Tarso, enquanto Olívio tinha levado “aplausos e muitas vaias”. O MES acreditava que o prefeito tinha melhores condições de vencer a eleição e que asseguraria

avanços no que dizia respeito ao salário do magistério. A promessa de Tarso de cumprir todo o mandato ou a menção de que caso fosse o candidato do partido ao governo cumpriria pouco mais que um quarto do mandato esteve presente em sete textos. Sua disposição de só disputar as prévias se as pesquisas mostrassem que tinha maior viabilidade eleitoral apareceu em quatro textos.

Até o dia 20 deste mês, Olívio ainda não tinha falado claramente que era candidato à reeleição. Quando perguntado, respondia com evasivas como: “Eu sou um militante do partido empenhado em reeleger o projeto no estado e em nível nacional”. Chegou até a citar Tarso Genro, Raul Pont e Miguel Rossetto como “quadros da melhor valia”. Esta situação gerou muitos textos dizendo que Tarso estava aumentando seu espaço. Um deles dizia que na principal cidade do interior, Caxias do Sul, governada por um representante de corrente adversária (Pepe Vargas, da DS), Tarso tinha sido ovacionado por cerca de 1,2 mil pessoas; outro, que a candidatura de Tarso até poderia crescer, mas que se ele vencesse, poderia dar a impressão de que o PT deu razão à CPI. Seis textos chegaram a dizer que, por causa do desgaste político e socioeconômico do governador, o PT (inclusive as correntes que sustentavam Olívio e ainda o apoiavam) começava a cogitar concorrer sem Olívio, aumentando as chances de Tarso. A prova disso seria que Rossetto tinha colocado seu nome a disposição do partido. Dois textos mencionaram que a “chapa dos sonhos” dos moderados seria composta por Tarso e Pont, e um completava a chapa com Olívio e Paim para o Senado. Um terceiro texto também falava do desejo dos moderados que Olívio concorresse ao cargo de senador. Olívio parecia tão fora da disputa (embora houvesse uma nota no meio disto tudo dizendo que a Unidade Popular Socialista, de Laerte Meliga, continuava apostando tudo no governador), que Rosane de Oliveira chegou a cogitar que “O silêncio do governador Olívio Dutra em relação a suas pretensões para 2002 e o bom desempenho do prefeito Tarso Genro nas pesquisas tornam inevitáveis as especulações sobre quem será... o candidato a vice-

governador”. Mas, então, apareceram dois textos em que Olívio avisava que era candidato à reeleição e descartava a hipótese de concorrer a qualquer outro cargo que não fosse o que ele ocupava então. Sobre a prévia, falou que queria enfrentar os adversários e não companheiros do PT. No dia anterior, esteve no encontro estadual do MST, apoio importante para sua eventual candidatura. Barrionuevo disse que Olívio era o candidato dos sonhos de uma oposição que temia Rossetto e Tarso. Já Tarso, sobre a possibilidade de ser o candidato do partido, disse que isto não significava deslegitimar o governo Olívio, nem desqualificar uma eventual candidatura do governador, mas “partir de um juízo político sobre a conjuntura, inclusive observando as próprias pesquisas”. A pesquisa do Datafolha, que ilustrava um quadro diferente do mostrado pela pesquisa do CEPA, ainda não havia saído. Tarso fez também uma defesa do governo, trazendo para o campo da presença que os apóstolos do governo Britto tinham dito que em março de 1999 Olívio já não conseguiria pagar o salário dos funcionários, e que era um governo incomparável pela sua sobriedade, responsabilidade e forma com que tratava as políticas públicas essenciais. Barrionuevo, por sua vez, falou que o governo de Olívio estava completando três anos sem dizer a que tinha vindo, sem deixar qualquer marca, que amargava uma difícil situação financeira e tinha implantado uma versão desastrosa do falado “jeito petista de governar”, que teve sucesso nos sucessivos mandatos na prefeitura de Porto Alegre.

Sobre as conclusões tiradas da pesquisa do CEPA/UFRGS, de que Tarso não tinha se desgastado com a CPI e que Olívio “era a pedra no sapato de Lula”, houve várias respostas na página de Barrionuevo. Uma dizia que não tinha encontrado base para a conclusão de que Olívio era uma pedra no sapato do PT porque Lula obteve um crescimento de 6% no RS (e que via nisto “armação golpista da direita com apoio da mídia”); outra dizia que, como Tarso não tinha sofrido desgaste com a CPI, não havia candidato para ganhar dele; a terceira dizia que achava que o colunista estava protegendo a candidatura do prefeito; e a última, trazia as

seguintes perguntas para o colunista: “Acreditas que é mais fácil derrotar o Tarso?” ou “Um petista intelectual é preferível a um petista bancário?”

Três textos se referiam ainda ao melhor posicionamento de Tarso na pesquisa do CEPA/UFRGS, um deles lembrando também os 10,2% de rejeição de Tarso contra 39% de Olívio. Os dados da pesquisa do Datafolha também apareceram em três textos. A pesquisa mostrou Britto na frente de Olívio Dutra e Tarso Genro, mas Olívio ficou com 2% de intenções de votos a mais que Tarso. Quanto aos índices de aprovação dos governos de dez estados, Olívio ficou em penúltimo, deixando a décima posição que ocupou no levantamento realizado em junho. Nesta pesquisa, o índice de reprovação de Olívio foi de 30%. Um dos textos dizia que o resultado da pesquisa complicava o consenso que vinha sendo construído em torno de Tarso e dava ânimo aos defensores da candidatura do governador. Outro, que Olívio não era o último na lista de aprovação por “milésimos”. E o terceiro que o governador deveria ser o candidato de consenso do PT porque Tarso tinha dito que só concorreria se tivesse larga vantagem sobre Olívio, o que não havia sido verificado nas últimas pesquisas.

A prévia de 1998 esteve novamente presente no discurso de *Zero Hora* quando Rosane de Oliveira disse que Tarso havia dado a entender que estava na hora de acabar com a hegemonia da DS provavelmente como troco pelo isolamento imposto pela corrente a ele e a seus companheiros em 1998, quando Tarso não quis ser vice de Olívio.

A questão da CPI, relacionada diretamente com a disputa, apareceu em dois textos, lembrando que ela serviria como forte munição na campanha eleitoral, pois as “trapaças” cometidas pelo Clube da Cidadania tinham o respaldo de altos dirigentes do PT.

Sobre a CPI, especificamente, foram 16 textos. Dois deles apresentavam uma defesa de Olívio, falando da sua honestidade e integridade. Três apresentavam ataques à CPI, dizendo que ela não investigou a segurança, que permitiu que a banda podre da polícia se fortalecesse, que seu relatório era inconsistente, que tinha a finalidade de mostrar que o PT era

igual aos outros partidos, que fora movido por antipetismo e pela incapacidade de aceitar um governo de esquerda. Outro texto afirmava que o PT era igual ou pior que os outros partidos, que Olívio ficava apenas falando que era sério e tentando desqualificar o trabalho da CPI. Três textos falavam que a sede do partido tinha sido comprada com o dinheiro do jogo do bicho, sendo que dois deles mencionavam que a campanha de Olívio também tinha sido favorecida por este dinheiro e que a sede ia ser devolvida ao Clube da Cidadania. Barrionuevo se manifestou dizendo que, além de devolver a sede, o PT tinha que devolver o dinheiro do Clube que foi utilizado na campanha. Cinco textos falavam do indiciamento do governador e dois, da possibilidade de *impeachment*.

Um texto ainda trazia o combate à banda podre da polícia levado a cabo pelo governo e outro, os atos de solidariedade a Olívio planejados pelo partido. Outro texto citava o “carteiraço” de Diógenes, seu pedido para que o bicho não fosse reprimido, e considerava que quem se beneficiava do “carteiraço” eram os banqueiros do jogo do bicho, que deixariam de ser reprimidos, e o partido, que receberia dinheiro em troca de permitir que eles trabalhassem em paz, através do Clube da Cidadania. Dizia que não tinha passado pela cabeça de ninguém que Diógenes estivesse praticando corrupção em proveito próprio, que como PC Farias do PT-RS, buscava proveito para o partido. Além disso, especulava que Diógenes só tinha parado de dar “carteiraços” porque fora atendido, porque a polícia parou de pressionar os bicheiros. Barrionuevo, em um texto disse que o Ministério Público iria desconsiderar o que não tivesse fundamento, como deveria ser o caso de Olívio sob o enfoque improbidade; em outro, falou de uma manifestação de gatos, tigres, coelhos, ursos e veados em frente ao Palácio Piratini, em alusão à CPI. Outro texto disse que Olívio perdeu a credibilidade porque não moveu nenhum tipo de processo contra quem acusou de ter usado indevidamente seu nome, ou porque tinha medo, ou porque era conivente. Há, também, um texto em que Olívio disse que nenhum partido exigiu uma investigação tão ampla de todas as suposições

levantadas pela comissão, que o PT agiu rigorosamente com os que estavam envolvidos em procedimentos inadequados. Disse, também, que o crescimento do partido trazia problemas como a falta de controle, caso do Clube da Cidadania, que era uma idéia boa, mas que o partido não controlava, o que acabou gerando problemas, ainda que as suposições da oposição de dinheiro mal havido não tivessem sido comprovadas. Enfim, que a melhor forma de arrecadar recursos para o partido era através da contribuição dos militantes.

A questão da segurança foi mencionada em dez textos. Dois ainda falavam dos critérios utilizados pelo governo Olívio nas promoções da Brigada Militar que os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado acabaram por anular. Outro texto apresentava o projeto de lei que o governo preparava para estabelecer novos critérios para ascensão de praças e oficiais. Dois textos traziam críticas ao governo, um porque ele havia provocado estragos com a constante quebra de hierarquia na BM e outro porque a Brigada andava tendo uma postura contemplativa nas invasões de terra e manifestações, enquanto que ela tinha que ser repressiva, em nome da ordem, pois não se podia “confundir movimento social com baderna, com terrorismo, com desrespeito à propriedade”. Uma carta do leitor ironizava: “após três anos de assaltos, seqüestros relâmpagos, badernas e invasões, o porto-alegrense pode respirar mais aliviado. Foi tomada uma medida eficaz contra a criminalidade: o Palácio da Polícia trocou de nome para Central de Polícia”. Os outros quatro textos eram notas que tratavam de medidas implementadas pelo governo para melhorar a segurança: uma sobre a informatização das delegacias; outra sobre o reforço de 307 soldados recém-formados no Curso Básico de Formação Policial Militar; e duas notas sobre a entrega para a Polícia Rodoviária Estadual de uma viatura Blazer.

Uma carta do leitor reclamava que o governo fazia que não via os prejuízos causados pelo MST através de invasões de terras, prédios, anarquias etc; que os arruaceiros ficavam impunes e ainda eram tratados como heróis, o que era uma vergonhosa omissão.

A Ford foi citada em três textos. Um deles dizia que a expulsão da montadora fez com que o Rio Grande do Sul perdesse credibilidade, o que levaria muito tempo para recuperar; outro, que no rastro desta perda escapou um valor incomensurável de investimentos; o terceiro era um comentário de leitor na coluna de Barrionuevo que dizia que Olívio não tinha mandado a Ford embora, mas que se tivesse feito, teria o seu aplauso.

As propostas de Tarso de implantar o IPTU progressivo e de Olívio alterar as alíquotas do ICMS estiveram presentes em 13 textos. Cinco textos tratavam somente do IPTU, um tratava de ambas propostas e sete do ICMS. Sobre o IPTU, os textos trataram mais das negociações de Tarso na Câmara e da retirada do projeto por falta de apoio da maioria dos vereadores. Os textos não esclareciam exatamente do que se tratava o projeto, mas mostravam Tarso exagerando “na crítica ao avaliar o comportamento da Câmara, sem a humildade de quem foi derrotado em suas pretensões. Chegou a dizer, num arroubo, que ‘é o projeto de IPTU mais bem-acabado e mais bem-construído do país’” (frase que aparece em dois textos), e dizendo que “as bancadas repeliram o projeto de uma maneira político-partidária”. A coluna de Paulo Santana tratava das duas questões como aumento de impostos e criava uma teoria para tentar justificar que a finalidade do PT não era meramente arrecadatória: “Há uma mente poderosa no PT ou várias mentes que entende que é preciso cada vez mais escarpelar o contribuinte (...) com todos os gaúchos pobres, não restará mais aos gaúchos, todos, agora por unanimidade, outro caminho senão se tornarem petistas. É o processo de monopólio da consciência política via empobrecimento dos contribuintes”. A alteração das alíquotas do ICMS foi proposta através do Programa de Incentivo ao Crescimento. Nos textos sobre o assunto também estiveram muito mais presentes as negociações e as possibilidades de aprovação do que a explicação do projeto em si. Quando era explicado era caracterizado como aumento de impostos. Apenas a coluna de Paulo Santana deu espaço para que o vice-governador defendesse que se tratava de justiça tributária, pois o governo estava propondo a

redução do imposto de mais de 40 produtos, “todos eles de consumo popular e com enorme importância para a vitalidade da economia gaúcha”, e o aumento das alíquotas das telecomunicações, cigarros e bebidas apenas para equilibrar a arrecadação estadual e fazer com que a carga tributária final resultasse menor para a maioria da população. Quando a Assembléia rejeitou o projeto, houve um texto que disse que o aumento de impostos pressupunha confiança do parlamento no governo e que “Olívio Dutra não construiu esta confiança nas relações entre os dois poderes em três anos”.

4.2.4 Janeiro de 2002

Em janeiro, cresceu o número de textos sobre a disputa dos candidatos, foram 39 textos. Sobre os apoios de Tarso, foram 14. O lançamento da pré-candidatura do prefeito com o apoio de seis correntes aparece em quatro textos. Um deles dizia que apesar do apoio de cabos eleitorais de peso e de representantes de correntes que em 1998 estiveram com Olívio, Tarso ainda estava distante de ser ungido nome de consenso. Os apoios formalizados neste mês foram: do PT Amplo, que representava 18% do diretório estadual (2), do Movimento de Construção Socialista (3), do Fórum Socialista Solidário, corrente que era de Fortunati, da corrente Força Sindical, liderada por Renato Guimarães e apoiadora de Olívio nas prévias de 1998, da seção da Capital da Ação Democrática, dos prefeitos Eliseu Chaves de Viamão (2), Luiz Fernando Mainardi de Bagé (2), Daniel Bordignon de Gravataí (2), José Luiz Stédile de Cachoeirinha (4), nome importante da tendência Articulação de Esquerda, que segundo Barrionuevo deveria “colocar a corrente na lista de seus apoiadores”, Elivir Desiam de Estância Velha, do vice-prefeito de Santa Maria, Paulo Pimenta (3), dos deputados Marcos Rolim, Maria do Rosário (5), padre Roque Grazziotin (2), Luiz Fernando Schmidt (2), Luciana Genro (2), dos Secretários Renato Oliveira da Ciência e Tecnologia, Cláudio Langone do Meio Ambiente, Adão Villaverde do Planejamento (3), da presidente do Cpers Juçara Dutra, do vice-presidente do diretório estadual do PT Paulo Ferreira, do secretário da

Cultura da prefeitura de São Paulo Marco Aurélio Garcia, dos vereadores Estilac Xavier e Aldacir Oliboni e de integrantes da Brigada Militar e da Polícia Civil.

Os apoios a Olívio estiveram presentes em 13 textos e vieram da Democracia Socialista (3), que representava 22% do diretório estadual, da corrente Fórum de Ação Socialista, da corrente Esquerda Democrática (4), da Ação Democrática em nível estadual (embora a seção da capital apoiasse Tarso), do deputado federal Adão Preto (3), dos deputados estaduais Dionilso Marcon (3), Cecília Hypolito (2), Ronaldo Zülke, Elvino Bohn Gass, Edson Portilho e José Gomes, da vereadora da capital Helena Bonumá (2), dos Secretários Lucia Camini da Educação (3) e Antônio Marangon da Reforma Agrária (2), do Secretário executivo do Pró-Guaíba Renato Ferreira, apesar dos “verdes” do PT apoiarem Tarso, do chefe da casa Civil Flávio Koutzii, do ex-prefeito Raul Pont, do prefeito de Pontão Néelson José Grasselle, do líder nacional do MST João Pedro Stédile, do PSB e do PC do B.

Duas correntes se apresentaram como indecisas ou divididas: a Articulação de Esquerda estava dividida e a Ação Democrática (2) ainda não tinha oficializado sua posição. A Esquerda Democrática acabou optando pela candidatura de Olívio como forma de desagravo à pressão sofrida por conta da CPI.

O argumento de Tarso de que só iria deixar o cargo se tivesse certeza de ter um maior potencial eleitoral (através dos resultados da pesquisa do Ibope) apareceu em 11 textos. Esteve presente em 2 textos que Olívio não deixava claro se era candidato ou não. Em uma carta do leitor aparece a seguinte pergunta: “se o PT, que é o partido do governador, tem dúvida quanto à conveniência de tê-lo como candidato, o que esperar do eleitor?”. A exigência de Tarso de que seu nome fosse consenso caso os resultados fossem semelhantes ao último levantamento do CEPA/UFRGS apareceu três vezes e sua preferência em dar prioridade ao mandato da capital, duas. O resultado favorável a Tarso do CEPA/UFRGS nos diferentes cenários e o recorde de rejeição de Olívio apareceu quatro vezes e a pesquisa do

Datafolha com as intenções de voto em Olívio levemente superiores, duas vezes.

A importância dada à pesquisa do Ibope mereceu uma coluna de Paulo Santana, que trouxe para o campo da presença as críticas que os petistas faziam ao Ibope, a quem acusavam de manipular a opinião pública com dados maquiados. O colunista disse que esta valorização da pesquisa podia ser uma tentativa de Tarso tirar de cima de si o peso de ter prometido que cumpriria o mandato até o fim. Se a pesquisa demonstrasse a preferência por ele, teoricamente o mesmo eleitorado que o elegeu prefeito daria-lhe licença para quebrar a promessa, a vontade popular legitimaria sua candidatura. A supervalorização de Tarso da pesquisa foi criticada por Olívio e por seus apoiadores em quatro textos. Olívio defendeu que os critérios deveriam ser a conversa séria, respeitosa e fraterna, que eles eram um governo da Frente Popular e que o PSB, PCdoB e PCB também deveriam ser protagonistas do processo.

Pouco antes da divulgação da pesquisa do Ibope, Tarso apareceu em três textos incluindo novos critérios que deveriam ser levados em conta para confirmar ou retirar sua candidatura, como “a capacidade de coesão interna dos postulantes e as manifestações da sociedade”. Disse que a viabilidade eleitoral deveria ser medida pelo índice de rejeição. Em um destes textos Tarso falou que andava observando “uma postura de sectarização do governo do estado, que já decidiu que o militante Olívio Dutra sintetiza o projeto do PT”.

A pesquisa do Ibope foi mencionada em quatro textos e teria indicado “ligeira vantagem” para Olívio, principalmente numa decisão em primeiro turno. Tarso teria um melhor desempenho em um eventual segundo turno, além de apresentar um índice de rejeição 15% menor que o do governador. Tarso, no entanto, afirmou que os resultados obtidos demonstravam a conveniência de sua indicação, que estavam mantidas todas as razões para a sua candidatura. Um dos textos disse, ainda, que entre os nomes petistas, incluindo Olívio, Tarso obteve a melhor colocação para o Senado. Outro dado da pesquisa é que 64% dos entrevistados tinham conhecimento da investigação da CPI da Segurança Pública, enquanto

que outros 36% disseram desconhecer o assunto. Dois textos falavam que os números desfavoráveis ao partido deram-se em decorrência da administração de Olívio.

A discussão entre as correntes via Página 10 também aconteceu no período que antecedeu as prévias de 2002. A vereadora da capital Helena Bonumá, da DS, defendeu que a experiência da Frente Popular na capital, o maior emblema do partido, corria o risco de descontinuidade caso Tarso deixasse o cargo antes da hora. O vereador de Santa Cruz do Sul Ari Thessing, responsável pelo primeiro abaixo-assinado de apoio à candidatura de Tarso, “provocou” Helena dizendo que se Tarso deixasse o cargo, João Verle, da mesma corrente que ela e em quem a vereadora deveria confiar, assumiria. Helena Bonumá rebateu as críticas de Thessing dizendo que a trajetória do vice-prefeito da Capital, João Verle, o credenciava a qualquer função pública. Barrionuevo completou: “Começou a guerra dentro do PT”.

Tarso foi acusado por um vereador de ficar mais fora da cidade do que dentro dela, em função estar viajando pelo estado em campanha para a prévia, e que por isso não sabia dos problemas da capital, como esgotos dentro das casas, crianças nas ruas, buracos, etc.

O Fórum também foi motivo de disputa entre a prefeitura e o governo do estado. Um texto diz que existiam dois fóruns: o de Olívio e o de Tarso. O governo estadual estava participando da coordenação do Fórum Social Mundial (FSM), mas não era o responsável por todos os detalhes. Já o Fórum de Autoridades Locais, integrava a programação oficial, mas era uma iniciativa da prefeitura. Tarso se orgulhava de ter conseguido, com suas relações pessoais e políticas, garantir a presença de prefeitos de cidades como Roma, Paris, Bruxelas, Barcelona e até Gdansk, na Polônia. Enquanto que o FSM era um encontro da esquerda, o Fórum de Autoridades Locais aceitava participantes de qualquer ideologia, desde que aceitassem ouvir críticas ao atual modelo de globalização.

Sobre a decisão do Ministério Público Estadual (MPE) de arquivar a denúncia da CPI contra Olívio, um texto dizia que Tarso não teria nada a ganhar se a decisão tivesse sido outra, mas que a indefinição até a prévia teria enfraquecido o governador.

Especificamente sobre a CPI da Segurança foram nove textos. Seis deles falavam do indiciamento do governador e cinco, que o governador havia sido isentado pelo MPE, que arquivou a denúncia de sua competência, a de improbidade administrativa. Seis textos lembraram que outras acusações da CPI, de crime eleitoral e de responsabilidade, por exemplo, seriam julgadas por outras instituições, como a Assembléia Legislativa e da Justiça Eleitoral. Em três textos apareceu o partido atacando ou se defendendo, dizendo que: a viagem dos parlamentares a Brasília para divulgar o relatório da CPI revelava “a falta de convicção nos resultados produzidos”; o relatório da CPI não continha elementos concretos e as acusações não passavam de “vilanias políticas”, descontente com a eleição de Olívio; o governador se sentia injustiçado pelas tentativas de estigmatizar o PT e seus dirigentes.

Foi levantada a suspeita de que o MPE poderia ter escolhido os dias do FSM para divulgar sua decisão não por acaso, que a finalização dos trabalhos tinha sido prometida para fevereiro e que a escolha do dia foi “extremamente infeliz”. Esta suspeita apareceu em três textos, na coluna de Barrionuevo, de Rosane e no editorial “Na hora errada”.

A possibilidade de *impeachment* apareceu em um texto, mas como na maioria das outras vezes em que foi mencionada, para dizer que seria a última coisa que os deputados iriam fazer para não transformar Olívio em vítima. Outro texto trouxe um procurador regional eleitoral dizendo que a denúncia contra o governador de abuso de poder econômico durante as eleições por transporte irregular de material de campanha pela empresa de ônibus Planalto deveria ser arquivada pelo Tribunal Regional Eleitoral porque devia ter sido feita no máximo 15 dias após a diplomação do candidato e porque se Olívio fosse condenado, seria considerado inelegível por três anos, tempo que já havia expirado.

Sobre segurança foram publicados oito textos. Três deles traziam o episódio do seqüestro do loteação 350 da linha Santana, todos ressaltando que o final feliz foi decorrente do trabalho conjunto das polícias civil e militar, do seu comportamento irrepreensível. Um deles elogiava o secretário da Segurança José Paulo Bisol, dizendo que teve uma das primeiras vitórias de sua contestada política de segurança; outro elogiava a tranqüilidade e a firmeza de Olívio, ao autorizar seus órgãos de segurança a promover o diálogo necessário com o seqüestrador.

Um texto lembrava que o governo Olívio prendeu mais pessoas que as gestões anteriores. Outro falava do sistema de rodízio na Polícia Rodoviária Estadual criado pelo secretário da Segurança, que determinava a troca de cem patrulheiros experientes das estradas por cem policiais militares que estavam nos quartéis, idéia que contrariou setores do próprio governo, deixando o secretário dos Transportes Beto Albuquerque desconfortável com a situação. Uma carta do leitor dizia que quando soube que o governador participou de manifestações pedindo providências quanto à segurança, compreendeu o porquê do caos na área: o governador desconhecia o artigo da Constituição que dizia que a segurança pública era dever do estado.

Dois textos falavam de trocas no primeiro escalão da BM e traziam para o campo da presença o fato do coronel Carlos Alberto Santos estar respondendo a processo por omissão e dano agravado referente à destruição do Relógio dos 500 anos. Um deles também falava da questão da unificação das polícias, com posicionamentos contra e a favor. Dois textos trouxeram a mudança de cargo do coronel Tarso Marcadella como causada pela repressão de manifestantes da CUT que tentavam impedir o acesso ao aeroporto Salgado Filho, no dia da sua inauguração.

Oito textos trouxeram a questão da desvinculação do Colégio Tiradentes da BM, a maior parte deles, cartas de leitores. Três textos apresentaram argumentos contra e a favor, e

os outros cinco, somente contra. Contra a desmilitarização do colégio foi dito que ele funcionava como um elo entre a comunidade e a corporação, que seria desfeito; que estavam desmantelando a escola pública com o maior índice de aprovação no vestibular da UFRGS; que era um colégio exemplar e o governo, por ser incapaz de melhorar os demais, resolveu nivelar por baixo; que o Colégio Tiradentes seria destruído apenas porque não havia sido criado pelo governo Olívio; que o governo não percebia que estava prejudicando seus próprios eleitores, que não tinham condições de pagar por uma boa escola para seus filhos e viam nesse colégio a única opção de um ensino mais qualificado; e que o vice-governador tinha escrito uma carta para os pais em que afirmava que não haveria alterações na administração, que a BM continuaria com a responsabilidade de administrar os aspectos pertinentes à parte estrutural da escola e a Secretaria de Educação seguiria sendo sua mantenedora. Em resposta a este último argumento, o governo disse que o debate em torno do Tiradentes estava sendo feito partindo de falsificações e que “as escolas públicas têm de ser administradas por professores, não por policiais militares ou quaisquer outros profissionais não habilitados”. Também foi dito, em defesa da desmilitarização, que com a Constituição de 1988, o Tiradentes teria perdido o objetivo de preparar para carreira na BM; que o governo garantia a manutenção dos professores e alunos; que a Secretaria da Educação discordava da reserva de vagas para filhos de oficiais da Brigada, estabelecida no processo de seleção, e da exigência de testes de aptidão física, que contrariavam o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Fórum Social Mundial e o Fórum das Autoridades Locais também estiveram presentes no discurso de *Zero Hora* deste mês através de nove textos. Dois textos falavam dos gastos da prefeitura de 818 mil reais, especialmente com Fórum de Autoridades Locais, e da expectativa de faturamento do município de 17,3 milhões de reais com os eventos. Um deles também falava do investimento do governo estadual de 2,3 milhões de reais, da estimativa de

que o valor deixado pelos visitantes fosse de 23,5 milhões de reais, e que só entre os valores do Imposto sobre Serviços e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços a arrecadação chegasse a 2,2 milhões. Dois textos falavam da participação direta do governo do estado na conferência “Um mundo sem guerras é possível”, proposta por Olívio porque “o mundo não pode se submeter nem ao terrorismo de Bin Laden, nem ao terrorismo de Estado de George Bush”, e no Orçamento Participativo dos Gastos de Guerra, uma espécie de assembléia do OP para discutir o destino dos recursos hoje gastos em ações bélicas. Um destes textos também falava da sugestão de Olívio ao comitê organizador que as próximas edições do FSM continuassem se realizando no RS.

Os investimentos da prefeitura foram questionados em três textos por não haver previsão orçamentária para tanto. A resposta da prefeitura apareceu em um texto, através de um vereador do partido, que disse que o dinheiro gasto retornaria à cidade com juros.

Dois textos falavam do 2º Fórum de Autoridades Locais, promovido pela prefeitura. O ponto alto da programação seria a Conferência pela Paz, que seria coordenada por Tarso. O prefeito lembrou que o espectro do Fórum de Autoridades era mais amplo que o do FSM, que estariam presentes até prefeitos de direita, e que essa pluralidade do evento era o primeiro passo para se chegar a uma globalização calcada nos direitos humanos e na autonomia nacional. Outro texto falava dos resultados alcançados, como a formação da Rede de Cidades pela Inclusão Social, que executaria as propostas aprovadas durante o Fórum de Autoridades Locais. A primeira ação da rede seria um mutirão para auxiliar cidades argentinas. Buenos Aires receberia medicamentos de cidades ricas como Genebra e Barcelona. Tarso disse que a rede era a base de uma nova relação política.

A questão agrária apareceu em três notícias que falavam das desapropriações polêmicas realizadas pelo governo do estado, que tornavam as terras objeto de interesse social do estado e destinavam-nas à manutenção de colônias ou cooperativas de trabalho agrícola.

Nos três textos apareceram acusações de produtores rurais, segundo as quais as desapropriações estavam baseadas na Lei Federal 4.132, de 1962, cuja validade estaria vinculada à Constituição da época, não mais vigente. Eles afirmavam que o estado não podia mais desapropriar terras para reforma agrária, que esta era uma prerrogativa exclusiva da União. A justificativa do governo estadual era que a lei não tinha sido revogada, que o estado já tinha desapropriado cerca de 20 áreas com base nela e que as contestações tinha sido derrubadas na Justiça. Além disso, a desapropriação acelerava o processo de aquisição de terra porque dispensava grande parte da burocracia e o pagamento era feito em moeda corrente e à vista, enquanto que o governo federal podia desapropriar pelo Estatuto da Terra e pagar em Títulos da Dívida Agrária.

Por fim, a Ford apareceu em três textos. Um deles falava que a montadora, instalada na Bahia, deveria gerar cinco mil empregos diretos e 50 mil empregos indiretos quando estivesse operando com capacidade total. Os investimentos teriam alcançado US\$ 1,9 bilhão, dos quais US\$ 1,2 bilhão da própria Ford e US\$ 700 milhões provenientes dos 29 fornecedores de autopeças que participaram do projeto. Neste mesmo texto, Olívio ressaltou que o RS não tinha motivos para se lamentar porque não precisou entrar em uma “chantagem” da multinacional para se desenvolver e destacou o êxito na revisão dos contratos com a General Motors e a Dell Computer. O governador garantiu ter buscado renegociar o acordo com a Ford até o limite da capacidade financeira do estado, que não suportaria o excesso de isenções fiscais e recursos prometidos. Duas cartas de leitores se remetiam a uma nota publicada por *Zero Hora* sobre a dispensa de 22 mil trabalhadores e o fechamento de cinco fábricas da Ford, o que provava que a decisão do governo de renegociar o acordo que se mostrava lesivo ao RS e que foi desmanchado unilateralmente pela Ford tinha sido acertada.

4.2.5 Fevereiro de 2002

Neste mês, a disputa entre os pré-candidatos esteve presente em 63 textos. A prévia de 1998 compôs o campo da presença no discurso de *Zero Hora* deste mês. Ela foi citada em 12 textos, dizendo que havia sido o mais grave confronto da história do PT gaúcho, que deixou rancores e o partido dividido; que Olívio derrotou Tarso em meio a suspeitas de fraude e pedidos de impugnação de 29 urnas – a acusação, feita publicamente por Fortunati, era de que dirigentes do partido teriam facilitado o pagamento de débitos de filiados para que estes pudessem votar, e que nessas localidades Olívio teria feito 95% dos votos; que Tarso foi pressionado para ser o vice e se negou (em alguns textos, por entender que as prévias foram fraudadas, em outros, por incompatibilidade administrativa) e Fortunati foi vetado por não ter seguido a tradição do partido de resolver os problemas internamente; que Olívio venceu Tarso por uma diferença de apenas 191 votos; que naquela ocasião, o PT Amplo, que apoiava Tarso, contava com 30% do diretório estadual e, no momento, seus aliados asseguram 45% do comando do partido; e que Olívio apresentava, em 2002, um índice de intenção de voto melhor em 1998. Também foi dito que Olívio estava em busca do apoio do MST e dos pequenos agricultores, que haviam lhe assegurado a vitória na prévia de 1998 e se encontravam divididos.

As pesquisas foram deixadas um pouco de lado. Somente oito textos faziam alusões a elas. Dois à pesquisa do Ibope, um dizendo que ela favoreceu o governador e outro dizendo que ele apontava uma situação preocupante para a sigla, com índices similares para Tarso e Olívio, e índice de rejeição elevado para Olívio. Quatro textos se referiram às pesquisas de forma genérica, três apontando menor índice de rejeição ou densidade eleitoral maior para Tarso e um dizendo que “nenhuma pesquisa mostra com clareza que Tarso Genro é um candidato muito mais forte que o atual governador. Mas todas deixam evidente que a administração de Olívio não é bem avaliada pela sociedade gaúcha”. E dois textos faziam

alusão à pesquisa do Labor, encomendada pelos apoiadores de Tarso, que indicou que Tarso ganharia no primeiro turno em todos os cenários, com índices bem superiores aos de Olívio (que perderia para Britto e Pedro Simon, só superando Zambiasi). O índice rejeição altíssimo de Olívio, bem maior que o de Britto, e a aceitação de Tarso também foram mostrados.

Quanto aos apoios à Tarso Genro, eles apareceram em 21 textos e vieram de quatro dos onze deputados estaduais – Maria do Rosário (3), Roque Grazziotin (7), Luiz Fernando Schmidt (2) e Luciana Genro (3); e de quatro dos nove vereadores de Porto Alegre – Estilac Xavier, Adeli Sell, Aldacir Oliboni (2) e Maristela Maffei. Esta última, depois que sua corrente decidiu optar por Olívio, seguiu a decisão do grupo. O apoio de nove grupos e correntes foi citado duas vezes, entre eles estavam: o Movimento de Construção Socialista (4), Força Socialista (5), Movimento Esquerda Socialista (4), Rede (2), PT Amplo (2), Tendência Humanista, Rumo Socialista, Fórum Socialista Solidário. Também apoiaram Tarso: o deputado federal Marcos Rolim, Frei Sérgio, o vereador de Santa Cruz Ari Theissing, o secretário da Indústria e Comércio de Porto Alegre Cezar Alvarez, o presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) de Porto Alegre Renato Guimarães, e a ex-chefe de gabinete do vereador José Fortunati Elaine Paz. O deputado estadual Padre Roque Grazziotin, da Articulação de Esquerda, corrente que demorou a definir seu apoio a Olívio, esteve com o prefeito desde o começo e acabou formando do Pólo de Esquerda (3), uma ramificação da Articulação de Esquerda, reunindo outros apoiadores de Tarso, como o diretor da Metroplan Jorge Branco, o prefeito de Cachoeirinha José Luis Stédile (2), a ex-vice-prefeita de Caxias Marisa Formolo e o ex-vereador Adroaldo Corrêa. Três textos falavam de um grupo de petistas que realizaria uma vigília, em frente à sede estadual do PT, em favor da candidatura do prefeito. Outros dois falavam de um encontro em Santa Maria de simpatizantes de Tarso, entre eles o vice-prefeito de Santa Maria Paulo Pimenta (5), os prefeitos Fernando Marroni (2)

de Pelotas e Daniel Bordignon (2) de Gravataí. Tarso também recebeu apoio de professores ligados ao Cpers (2) e de oito dos 12 vereadores do partido no Litoral Norte.

Já os apoios de Olívio Dutra, apareceram em 16 textos e vieram de sete dos 11 deputados estaduais (3) – Ivar Pavan (6), Ronaldo Zülke (2), Bohn Gass (2), Dionilso Marcon (4), Cecília Hypolito (3), Edson Portilho (2) e José Gomes (2); e de três dos nove vereadores de Porto Alegre – Sofia Cavedon, Helena Bonumá e Marcelo Danéris. Depois que a Ação Democrática decidiu apoiar Olívio, a vereadora Maristela Maffei, que havia optado por Tarso, acompanhou a posição da corrente. Olívio também ganhou o apoio dos mais de 70 militantes ligados à vereadora Maria Celeste, que havia integrado a corrente MCS, de Maria do Rosário. O apoio de sete correntes a Olívio foi citado uma vez, entre elas estavam: a Ação Democrática (4), do líder do governo Ivar Pavan, do secretário da Administração Marco Maia (3), do prefeito de Santa Maria Valdeci Oliveira (2), de Valdomiro Fioravante e Ricardo Giuliani; a Esquerda Democrática (2), do chefe da Casa Civil Flávio Koutzii (2) e do deputado federal Henrique Fontana; a Democracia Socialista, do vice-governador Miguel Rosseto, do ex-prefeito de Porto Alegre Raul Pont, do prefeito de Caxias do Sul Pepe Vargas e do vice-prefeito da Capital João Verle; a Unidade Popular Socialista, do chefe de Gabinete do governador Laerte Meliga e do secretário do Interior Dirceu Lopes; o Fórum de Ação Socialista, da deputada estadual Cecília Hypolito; Brasil Socialista, da ex-diretora do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre Lires Marques; e a Tendência Marxista. O caso da Articulação de Esquerda era colocado como indeciso porque alguns integrantes da tendência como o deputado federal Adão Pretto (3) apoiavam Olívio e outros como o deputado estadual Roque Grazziotin, Tarso. Roque Grazziotin formou um novo grupo, o Pólo de Esquerda, com os apoiadores do prefeito e a Articulação de Esquerda se decidiu por Olívio. A Articulação de Esquerda contava com o ex-presidente estadual do PT Júlio Quadros e a secretária de Educação Lucia Camini. Olívio ganhou o apoio do MST (2),

através dos líderes do movimento João Pedro Stédile (2), Dionilso Marcon e Adão Preto. Sobre a corrente trabalhista, formada por egressos do PDT que optaram por cargos no governo, um texto especula que eles apoiariam Olívio, e outros dois confirmam a especulação. De qualquer forma, os integrantes desta corrente não tiveram direito a voto porque lhes faltou um dia para completar um ano de filiação ao partido. No Fórum Social Mundial, Olívio foi mais saudado que Tarso pela platéia na abertura e no encerramento.

A questão do abandono precoce da prefeitura apareceu em 17 textos, falando que Tarso estaria sofrendo pressões para terminar o mandato (especialmente da direção do partido); que sua promessa seria utilizada como arma da oposição na campanha, que diria que Tarso usou Porto Alegre como trampolim para o governo do estado; que esta era uma questão “pesada politicamente”, que provocaria desgaste e que, além disso, largar a prefeitura significava trocar o certo pelo incerto, pois nada garantia a vitória do PT nas eleições de 2002, arriscar um mau resultado nas próximas eleições municipais e ameaçar a unidade do partido.

A negociação entre as correntes, assim como a crise e as discussões internas do partido também estiveram bastante presentes no discurso do jornal. As negociações foram mencionadas em 29 textos, falando da oferta da DS de dar mais espaço para os moderados no secretariado do governo em troca do apoio à reeleição de Olívio e Rossetto, o que não sensibilizou o grupo de Tarso, marginalizado nos primeiros três anos de governo; da proposta de Olívio de formar um consenso em torno de seu nome e deixar que os apoiadores de Tarso indicassem o vice; que esta proposta esbarrava nas pretensões da DS que pretendia manter Rossetto no cargo de vice; que as tentativas de negociação esbarravam na decisão de Tarso e uma parte do Amplo que queria levar Tarso à prévia de qualquer jeito; que Rossetto abriria mão da vaga na chapa pela formação do consenso; que a idéia de Tarso com sua candidatura era conquistar mais espaço para seus apoiadores, compor uma chapa que respeitasse a proporcionalidade interna, que ele não seria obstáculo à formação de uma chapa de consenso

desde que seu grupo indicasse o vice, que ele também queria o acordo mas nunca deixou isto explícito para não se enfraquecer diante dos adversários nem decepcionar as bases, no entanto, talvez não conseguisse recuar em função da pressão de militantes; que certas correntes que sustentavam a candidatura de Tarso repudiavam a tentativa de “redução do debate” através da oferta de cargos, assim como rejeitavam a negociação em torno do cargo de vice por acharem que Tarso possuía maior viabilidade eleitoral e propunham que o prefeito fosse o candidato ao governo e Rossetto, Pont ou Pepe Vargas, a vice.

Além destas questões, alguns textos especulavam que Tarso não iria deixar a prefeitura e que Rossetto assumiria o governo em abril para Olívio se dedicar à campanha; que Tarso tinha mais a ganhar desistindo da prévia, pois se perdesse a eleição de outubro carregaria o ônus da derrota e se desistisse da prévia seria apontado como o responsável pela união do partido; que uma vitória de Tarso sobre Olívio poderia ser encarada como uma má avaliação do governo pelo próprio PT, o que geraria uma campanha defensiva. Outros textos falavam do gasto de horas e horas dos dois pré-candidatos em reuniões com as correntes do partido, em vez de estarem cuidando dos problemas da cidade e do estado; e da questão do indiciamento do governador, que levava os defensores de Tarso a acreditar que o fato acabaria com as chances de Olívio e o grupo palaciano a pedir união em torno do governador, já que o enfraquecimento de Olívio acabaria com qualquer pretensão de novo mandato no Piratini.

Um episódio que esteve presente repetidamente nos textos de *Zero Hora* foi a cobertura da TVE do Fórum Social Mundial. Tarso disse que foi censurado porque seu discurso não foi transmitido e seu nome não apareceu na edição feita pela TVE com o resumo da solenidade. A emissora informou que havia ocorrido um problema técnico na transmissão. O argumento não convenceu e Tarso entendeu que houve orientação do Palácio Piratini. O caso apareceu em 14 textos. Cinco deles traziam a expressão que Tarso havia utilizado para definir a censura política da TVE: “stalinista” – dois deles com Ronaldo Zülke dizendo que

Tarso ultrapassou todos os limites toleráveis do debate ao acusar o governo de stalinista. E questionou: “A que ponto chegamos quando alguém tem que apelar para este tipo de expediente em nome de um projeto pessoal?”.

A discussão entre as correntes endureceu com o FSM e várias acusações foram trocadas através da mídia. Tarso acusou o governo de utilizar a máquina pública para divulgar a candidatura de Olívio: “Não se trata de uso ilegal da máquina pública, mas de critérios políticos para favorecer a reeleição. Isso é constrangedor”. O prefeito denunciou o uso de CCs para fazer claque a Olívio no FSM e disse que o seu nome “ninguém gritou por que os CCs da prefeitura estavam trabalhando”, mas que tinha “certeza de que não foi determinado pelo governador. Alguém foi mais realista que o rei”. Rossetto disse que o lançamento da candidatura de Tarso foi um equívoco que não contribuía para a construção da unidade. Tarso revidou dizendo que não estava fazendo nada ilegal e que o vice-governador que não tinha autoridade para fazer este tipo de comentário já que sua corrente tinha distribuído “de maneira descortês e grosseira, no Fórum, adesivos do governador com o slogan do Fórum Social”.

Estas questões geraram comentários como: “Foi rompida a discrição petista e entrou-se em clima de beligerância. O Fórum, que teoricamente serviria para aplacar o conflito, acabou acirrando-o”, ou, seguiu-se ao episódio “um bate-boca entre o prefeito e o vice-governador Miguel Rossetto por meio da imprensa”.

Depois, foi dito que Rossetto deu “um tapa de luva em Tarso Genro”, respondendo, “de forma serena e em tom conciliatório”, que não seria obstáculo à unidade do partido, referindo-se à proposta de Olívio de criar um consenso em torno de seu nome em troca de ceder o cargo de vice aos apoiadores de Tarso, “contrastando com a postura belicosa do prefeito”. Tarso qualificou a decisão de Rossetto de “gesto político respeitável”, mas acrescentou que sua atitude de se lançar candidato não era uma questão de nomes, mas de ampliação do espectro político do governo, e que o nome do vice-governador poderia ser

retomado em uma chapa plural. Afirmou que a DS tinha errado ao assumir a hegemonia do governo, que era preciso restaurar a unidade do partido e que a sua candidatura se sustentava justamente nisto, na “restauração máxima da pluralidade e requalificação do projeto político”. Tarso disse que seu diálogo com o governador era “próximo a zero” e que não tinha restrição a companheiro nenhum, apesar de sofrer restrições grosseiras “características dos espíritos pobres e ignorantes”. O prefeito ainda admitiu que houve pressão para levar adiante a candidatura, mas culpou o grupo de Olívio pela frustrada tentativa de consenso: “O consenso empacou no momento em que o campo oposto não reconheceu como legítima a minha candidatura”.

Alguns textos trataram do slogan dos pré-candidatos. O da campanha de Tarso era “Para o Rio Grande continuar mudando”, dando a idéia de que isto não aconteceria se Olívio vencesse a prévia, ou porque não venceria a eleição ou porque a experiência atual do PT no Piratini não permitia imaginar grandes transformações. Já o slogan da campanha de Olívio era um polegar com bigode fazendo sinal de positivo, acompanhado de “Pra unir!”, dando a idéia de que Tarso não unia.

Um manifesto em favor de Olívio apontou motivos para não votar em Tarso. Fora a acusação ao prefeito de “expor as bases da capital ao ridículo”, não trouxe nada que não tivesse estado presente nas páginas de *Zero Hora* até o momento, mas causou fortes reações e acusações de que o manifesto dificultava o consenso e desqualificava a disputa. A coluna de Barrionuevo publicou um tópico chamado “Motivos para não votar em Olívio”, dizendo que se o nível da campanha fosse pautado pelo tom do manifesto que apontava razões para não votar em Tarso, o grupo do prefeito poderia “enviar aos filiados três dezenas de razões para não votar no governador – do expurgo da Ford ao caos na segurança pública, passando pelo jogo do bicho”. O grupo do Tarso pediu à comissão eleitoral a suspensão de sua distribuição. Estilac Xavier chegou a dizer que o slogan de Olívio “Pra unir, pra vencer”, poderia ser

mudado “pra dividir, pra derrotar”. A comissão eleitoral do diretório estadual do PT analisou as reclamações mas não identificou ofensa ou elementos que ferissem a ética.

No primeiro debate entre os dois pré-candidatos, Tarso destacou como prioridades o combate à exclusão, a articulação do Mercosul, o fortalecimento das fronteiras do estado e a transformação da figura do governador em um interlocutor do RS junto ao governo federal. Olívio ressaltou sua atuação como defensor do pacto federativo junto ao governo federal e provocou o primeiro incidente do debate: “Pacto federativo não é coisa para advogado”. Tarso devolveu: “Não se pode só ficar falando, falando em pacto federativo sem fazer nada por ele”. Olívio ressaltou que manteria o antagonismo ao governo federal e recondicionaria os recursos públicos para o desenvolvimento, o combate à exclusão e o incentivo às exportações.

O prefeito reforçou em suas falas a necessidade de pluralismo dentro do governo, clamava “por mais humanidade e generosidade do poder constituído em ouvir todas as facções do partido, em abrir o seio do poder ao diálogo e à ternura do companheirismo” e dizia que o Estado não podia se separar do povo e os governantes dos seus correligionários, que as forças que governam não podiam “se considerar donas da revolução. São apenas donas da arrogância”. Olívio respondeu: “O prefeito poderia ter sido o vice-governador do Rio Grande. Não somos um partido fechado ao diálogo”. Olívio ainda falou da situação econômica positiva do estado nos últimos três anos, dos bons índices de exportação e lembrou: “Nós não vendemos o Banrisul. E não deixamos que o governo federal nos garroteasse por não termos cedido à privatização do Banrisul”. Segundo Paulo Santana, colunista do jornal, “foi uma disputa parelha”.

A CPI da Segurança apareceu neste mês em 14 textos. Nove ainda continham repercussões da decisão do Ministério Público Estadual de arquivar as denúncias de improbidade administrativa. O fato de haver denúncias que competiam a outras instituições apareceu em quatro textos. Em outros quatro foi mencionado o pedido da subprocuradora da

República Delza Curvello Rocha de abertura de inquérito penal contra Olívio no Superior Tribunal de Justiça em função de indícios de que o governador tinha conhecimento da contribuição de bicheiros a sua campanha, o que configuraria crime de prevaricação. De acordo com a subprocuradora Olívio teria, em tese, cometido delito ao não reprimir o jogo do bicho e o funcionamento de máquinas caça-níqueis, com o objetivo de satisfazer a interesses do Clube da Cidadania ou do PT, e grifou que Diógenes “por conhecimento próprio e direito dos fatos” perguntou a Tubino sobre o dinheiro de banqueiros do jogo do bicho.

A defesa do governo apareceu em sete textos. Duas cartas do leitor dizendo que a decisão do MPE deixou os gaúchos tranqüilos, com a certeza de que optaram por um governo sério, honesto e transparente, uma delas alegando que com isto tinha sido desmascarada parte da imprensa que buscava na criação da CPI alimento para ataques inúteis. Sobre o pedido de abertura de inquérito penal contra ele, Olívio disse que não havia nenhum inquérito que o acusasse e que “quem não deve, não teme”. Complementou ainda que o governo estava com a verdade, que isso já havia sido provado pela decisão do MPE, e que a oposição implantou suas vilanias no Ministério Público Federal, mas não iria chegar a lugar algum porque seu relatório era inconsistente, cheio de ressentimentos políticos. Também apareceu a manifestação do procurador-geral do estado, Paulo Torelly, que disse que estava convicto que haveria um novo arquivamento na esfera federal e esclareceu que não havia processo judicial instaurado nem denúncia contra o governador. O que havia era a necessidade de aprofundar as investigações e o governo tinha somente recebido um pedido de informações, uma solicitação para que o governador se manifestasse diante do pedido de indiciamento.

Outra carta não tratava exatamente da defesa de Olívio, mas atacava o editorial de *Zero Hora* que havia dito que o MPE tinha escolhido a hora errada de tornar pública sua decisão (os dias do FSM). Dizia que se o jornal pregava a celeridade da atuação do Judiciário, “querer escolher a hora para que seja prolatada uma decisão é algo incompreensível”.

Dois textos traziam pesquisas sobre a relação de Olívio com a CPI. Uma delas (encomendada por apoiadores de Tarso) dizia que, com a CPI, 36% das pessoas entrevistadas disseram que sua confiança em Olívio tinha diminuído, 36,5%, que não tinha mudado e 2,8% que tinha aumentado. Na outra, dos ouvintes da Rádio Gaúcha, 61% acreditavam que os desdobramentos davam razão às denúncias que o relatório da CPI tinha feito contra Olívio, e 39% concordavam com o governo, que a CPI serviu como palanque político-eleitoral da oposição.

Dos diversos textos sobre o FSM deste mês, somente quatro passaram pelos critérios de seleção. Em um deles Tarso afirmava que estavam “construindo um mundo novo e justo que só se faz com a derrota do projeto neoliberal” e defendia “uma utopia que é possível”. Olívio, por sua vez, dizia que o Fórum era “um desaguadouro de alternativas para os povos oprimidos e inconformados do mundo inteiro” e condenava o terrorismo e a intervenção americana no Afeganistão. Dizia, também, que a humanidade não estava à venda, atacando “a lógica neoliberal que desumaniza a sociedade”. Este texto falava que Olívio tinha sido mais ovacionado que o prefeito. Outro texto mencionava o Orçamento Participativo dos Gastos de Guerra, assembléia coordenada pelo governador, em que os participantes ouviram a defesa de seis aplicações alternativas para os gastos anuais com as guerras e votaram nas três opções que consideravam prioritárias. Outros dois textos falaram da caminhada de encerramento do FSM, a Marcha contra a Alca, que foi liderada por Tarso e Olívio.

Sobre a Ford houve duas cartas de leitores. Uma apoiando a decisão e elogiando o bom senso de Olívio em negar subsídios à montadora; outra dizendo que apesar dos milhares de desempregados, ainda havia uma grande parcela de pessoas trabalhando, o dinheiro que a Ford fazia girar, do qual todos se beneficiavam, e que era um absurdo existirem pessoas contra indústrias e desenvolvimento.

A questão agrária apareceu somente uma vez. Na 25ª Romaria da Terra, Olívio condenou a exclusão econômica e social de trabalhadores rurais, negros e índios, e atribuiu a lentidão do processo de redistribuição de terras no país ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que há quatro anos não se desapropriava terra no estado. Disse que queria que o Incra fosse mais parceiro da política agrária e agrícola executada pelo governo do estadual, que tinha adquirido mais de 60 mil hectares de terra e assentado sete mil famílias, o que somava mais do que o dobro de assentamentos efetuados nos últimos 20 anos no RS. Olívio também reafirmou a meta de assentar 10 mil famílias até o final de seu mandato.

4.2.6 Março de 2002

Nestes 17 primeiros dias de março a disputa apareceu em 49 textos. Os apoios a Tarso Genro estiveram presentes em 14 textos através: das correntes Movimento Esquerda Socialista, Movimento por um Pólo de Esquerda Socialista, Movimento Socialista de Canoas e Força Socialista; dos prefeitos de Bagé Luis Fernando Mainardi (2), de Gravataí Daniel Bordignon (2), de Viamão, Pelotas e Cachoeirinha; de quatro dos 11 vereadores de Porto Alegre, (Estilac Xavier, Adeli Sell, Aldacir Oliboni e Berna Menezes), de Luciana Genro, Jorge Branco, Renato Guimarães, de Renan Kurtz, egresso do PDT e marginalizado no governo Olívio como secretário, da presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Telia Negrão, de setores independentes do partido (prefeitos, vereadores e representantes de segmentos sociais de 12 municípios gaúchos) e da presidente do Cpers Juçara Dutra (2). Em dois textos esteve presente o apoio de mais de duzentos artistas e intelectuais, reunidos pela secretária municipal da Cultura Margarete Moraes, entre eles: o escritor João Gilberto Noll (2), o cantor Leonardo, os artistas plásticos Liana Timm e Danúbio Gonçalves e o arquiteto Maturino Luz. Na Federasul, Fiergs e Fetag a preferência por Tarso mostrou-se clara. A maioria dos moderados e os filiados que não se enquadravam nos padrões clássicos de militância do PT também estavam com Tarso.

Os apoios a Olívio Dutra estiveram presentes em 15 textos através de sete correntes, do MST (3), do MPA (2) do deputado frei Sérgio Görge, do MAB (2), MMTR (trabalhadoras rurais), PJR (juventude rural) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dois textos mencionaram que a maioria dos movimentos sociais estava com o governador. A máquina do estado também foi considerada como um apoio a Olívio em três textos. O governador também contou com o apoio dos deputados federais Ana Corso, Henrique Fontana, Adão Preto e Orlando Desconsi, do vice-governador Miguel Rossetto, do secretário de Habitação Ary Vanazzi e dos deputados estaduais Ronaldo Zülke, Cecilia Hypolito. Em dois textos foi citado um evento que reuniu quase uma centena de representantes da comunidade cultural em apoio a Olívio, sob a liderança do secretário estadual da Cultura Luiz Marques, entre eles estavam: Talo Pereira, Eraci Rocha, Werner Schünemann, Pedro Ortaça, Paulo Silva, Néstor Monastério, Neto Fagundes e Ernesto Fagundes, Paulo Mendonça, José Victor Castiel, frei Rovílio, Frank Jorge, Dilmar Messias, Dorotheo Fagundes, Paulo Betancur, Dorval Dias, Luisa Chaves Barcellos, Ida Celina, Nanci Araujo, Maria Luiza Benitez, Marlene Pastro, Bebeto Alves, Camilo de Lélis, Carijó, Luis Marengo, Leonardo e Tabajara Ruas. A maioria dos integrantes da Unidade Socialista (3), formada por 106 egressos do PDT, entre eles o secretário de Turismo Milton Zuanazzi (3), a secretária de Energia, Minas e Comunicação Dilma Rousseff (3) e o vice-presidente do Banrisul Sereno Chaise (3) também apoiava Olívio, mas não teve direito de voto. O governador também recebeu apoio de trabalhadores da educação, do Movimento de Alfabetização e de índios caingangues, em ato em que estiveram presentes a secretária da Educação Lucia Camini e o reitor da UERGS José Clóvis Azevedo. Dois textos ainda citaram um evento organizado pelo procurador-geral do estado Paulo Torelly em que mais de cem advogados declararam seu apoio a Olívio.

A prévia de 1998 novamente compôs o campo da presença do discurso de *Zero Hora*. Foi mencionada em sete textos que diziam que: a disputa de 2002 ultrapassava o tom

pesado da prévia de 1998; que Porto Alegre tinha um histórico de preferência por Tarso que, em 1998, tinha feito 200 votos a mais que o governador; que o esforço da executiva estadual para que a Unidade Socialista, formada por egressos do PDT, pudesse votar (segundo regulamento do partido eles não poderiam porque faltaria um dia para completarem um ano de filiação) podia ensejar impasses como os ocorridos na prévia de 1998; que Tarso chegou a contar com o voto do MPA, que tinha sido decisivo na vitória de Olívio na prévia de 1998, mas que o movimento repensou e decidiu apoiar Olívio novamente; que os cabos eleitorais de Tarso continuavam considerando a prévia de 1998 fraudada; que Olívio venceu Tarso por escassos 191 votos, que a apuração transformou-se numa guerra de impugnações de urnas e acusações, cujas feridas ainda não haviam cicatrizado; que as prévias de 2002 não estavam determinando uma cisão porque o partido estava separado desde 1998, que o que estava acontecendo era um debate para rejuntá-lo.

Os ataques e as defesas das pré-candidaturas, feitos principalmente por apoiadores e não pelos próprios pré-candidatos, estiveram bastante presentes. Em cinco textos foi mencionada a questão dos ex-trabalhistas, cujo direito de voto era defendido pelo grupo de Olívio e negado pelo de Tarso.

Aspectos positivos da candidatura de Tarso estiveram presentes em 13 textos. Tarso defendeu que a afirmação de sua candidatura não significava “qualquer agravo ao nosso governo ou ao governador”, que a idéia de que se Olívio não vencesse a prévia significava que o próprio partido tinha rejeitado o governo não era adequada à visão do partido porque pressupunha que o governador ou o prefeito tinha direito automático à reeleição e o PT tinha restrições à reeleição porque entendia que os indivíduos representavam o projeto, e não a si mesmo, e que a vitória de qualquer um dos dois significava a afirmação do projeto.

Tarso disse que sua candidatura estava fundamentada na restauração da pluralidade política, para ter um diálogo mais amplo com a sociedade; na atuação nacional

que o governo devia ter para levar o estado a assumir uma posição de liderança; e no seu potencial eleitoral, na possibilidade de conquista de parte do eleitorado não vinculado ao PT, que dizia não ter nada contra o Olívio, mas que “se for o Tarso, eu voto”.

Sobre a renúncia do cargo de prefeito com apenas um ano e meio de mandato, Tarso disse que os integrantes do PT tinham tradição de acolher as determinações partidárias, que o próprio Olívio renunciou ao mandato de deputado federal para ser candidato à prefeitura em 1988. Apesar de reconhecer o risco, lembrou que “apresentar pela quarta vez consecutiva a mesma candidatura” também poderia ser um risco.

A pesquisa encomendada pelos apoiadores de Tarso mostrou o prefeito em melhor posição que Olívio, tanto no que diz respeito à intenção de voto quanto à rejeição. Tarso derrotaria todos os adversários no primeiro turno, só empatando no segundo turno com Simon. Olívio perderia para Britto, Zambiasi e Simon por uma diferença de no mínimo 18 pontos, além de ter uma rejeição de 58% dos eleitores e seu governo ter uma desaprovação de 55,8% contra uma aprovação de 32%. Na pergunta sobre qual era o candidato do PT com melhores condições de vencer Tarso ficou com 68,7% contra os 17,2% de Olívio. Na pesquisa espontânea, Tarso estaria com 15,1%, Britto com 12,6%, Olívio com 7,7%, Simon com 4,4% e Zambiasi com 1,6%. A espontânea teria provocado suspeita por “mostrar Zambiasi com um índice inferior a todos os demais candidatos, incluindo Celso Bernardi e José Fortunati, só vencendo Yeda Crusius”. Outro índice foi favorável ao prefeito: 59% dos eleitores não via problema no fato de Tarso romper a palavra empenhada e deixar a prefeitura.

Tarso chamou de “incidente” a divulgação da pesquisa, mas lembrou que o grupo de Olívio também distribuiu e-mails e colocou textos em sites com a pesquisa do Ibope, sem nenhuma observação ética da parte de seus apoiadores. Garantiu que não autorizou a divulgação dos dados, mas que não achava que a pesquisa fosse um desvio ético ou uma atitude não-regulamentada. Disse que o principal objetivo era dimensionar o impacto de sua

saída da prefeitura, que o grupo de Olívio dizia comprometer o projeto do PT. O prefeito rechaçou a acusação de que a divulgação da pesquisa tenha sido uma tática para influenciar os filiados e fez um apelo para que os militantes não votassem sob a influência de pesquisas. Disse que a pesquisa era apenas um dado secundário, mas ressaltou que se ela influenciasse era porque a militância queria saber alguma coisa para tomar a decisão.

O colunista Paulo Santana escreveu um texto justificando esta pesquisa com as pesquisas feitas antes das eleições de 1998 e com a própria eleição, em que Olívio perdeu para Britto no primeiro turno. Disse que o fato dos apoiadores de Olívio classificarem a pesquisa como “golpe” deixava-o perplexo, pois se tratava de uma pesquisa “legítima e autêntica”. O colunista lembrou que a pesquisa declarava que Olívio ia para o segundo turno com qualquer um dos candidatos, e que seu negócio, como tinha se visto na eleição anterior, não era vencer no primeiro turno. Tarso, no entanto, tinha “razão para júbilo, a pesquisa disse que ele ganha no primeiro turno”.

Um comentário de um leitor de Barrionuevo, publicado em sua coluna, dizia que com os três chamamentos para a festa de aniversário de Tarso na Página 10 começava a acreditar que, no fundo, o colunista devia ser um pouco PT. Outro, fazendo parte de um concurso de slogans em que muitos participaram enviando suas frases, dizia que “Com Tarso não tem Truta. Com Olívio, o bicho vai pegar”, trazendo para o campo da presença a questão da CPI, assunto quase não explorado neste mês.

Aspectos negativos da candidatura de Tarso estiveram presentes em 22 textos. Os simpatizantes de Olívio acusaram os adversários de divulgar pesquisa com fortes indícios de manipulação e ferir a ética partidária. A suspeita de manipulação surgiu porque seus números estavam longe dos encontrados pela pesquisa encomendada pelo PT ao Ibope. Já a ofensa à ética partidária teria se dado porque a utilização de pesquisas em substituição ao debate interno não era uma tradição do partido. Elas costumavam servir apenas para consumo interno

e eram tratadas como segredo de Estado. A partir de então, passaram a ser “instrumento para cabalar votos dos filiados e se transformaram numa fonte de discórdia”. Surgiu até um verbo novo neste episódio: o chefe da Casa Civil Flávio Koutzii disse: “Não podemos roseanar o PT”, numa referência a métodos aplicados pela governadora do Maranhão para subir nas pesquisas. O deputado Ronaldo Zülke (PT) chegou a dizer que “encomendar e publicar uma pesquisa destas às vésperas da nossa prévia é um abuso do poder econômico”. A lisura dos resultados também foi questionada porque: a pesquisa foi coordenada por Benedito Tadeu César, do PT Amplo, integrante do grupo que a encomendou; ela apontava crescimento de Roseana (ao contrário das pesquisas realizadas nos demais estados) e queda de Lula, o que dava a entender que a causa era o desempenho de Olívio no governo do estado; três pesquisas de outros partidos apresentavam resultados diferentes.

A direção do partido condenou uso de pesquisas, acusou Tarso de violar as regras da disputa interna e anunciou que não reconhecia seus resultados. Koutzii disse que era “preciso alertar a militância para esse padrão inaceitável de enfiar goela abaixo uma pesquisa cinco dias antes da votação, uma coisa absolutamente violadora da cultura política do PT”, e concordou com Francisco Vicente que acreditava ser inevitável que os resultados divulgados cinco dias antes da prévia influenciassem de alguma forma os filiados.

A renúncia ao cargo de prefeito, deixando para o vice-prefeito João Verle dois anos e meio de mandato, foi bastante mencionada. Cogitou-se que Tarso seria constantemente cobrado pelas afirmativas públicas de que cumpriria todo o mandato, e que sua renúncia seria apontada como descaso com a população que tinha acabado de elegê-lo. O argumento dos apoiadores de Olívio mais agressivo foi que, na hipótese de não vencer as eleições de outubro, Tarso não poderia reassumir a prefeitura, “o que deixaria os militantes políticos e sociais expostos ao ridículo”, tendo o prefeito eleito fora do exercício do cargo. Especulou-se que, com a renúncia, o projeto de conquistar o quinto mandato consecutivo na prefeitura poderia

ficar comprometido. A oposição imaginava que o reinado do PT em Porto Alegre poderia chegar ao fim por conta da substituição do titular pelo vice por mais de dois anos. Foi dito, também, que se Tarso vencesse as prévias, a leitura externa seria de que o governo de Olívio tinha sido julgado e condenado pelo próprio PT; e que as tentativas de negociar um consenso esbarraram na decisão de Tarso de concorrer.

Estas questões foram abordadas por integrantes do partido e por pessoas de fora, mas a crítica exclusivamente externa veio da oposição da Câmara de Vereadores de Porto Alegre que denunciou abandono de cargo pelo prefeito que, mais preocupado com a prévia, deixou a cidade sem governo. As críticas não encontraram resposta na bancada governista, porque também estava mais preocupada com a prévia e porque a maioria dos vereadores do PT era contrária à candidatura de Tarso.

Aspectos positivos da candidatura de Olívio estiveram presentes em sete textos. Olívio disse que não entendia as reclamações dos apoiadores de Tarso, que pediam mais pluralidade dentro do governo, porque não tinha nenhuma corrente interna do partido que não estivesse em seu governo e que Tarso poderia ter sido o vice-governador do RS se quisesse. O governador disse, também, que colocou seu nome à disposição do partido porque tinha uma equipe com experiência em governar o estado e em “condições não só de defender o governo, mas de avançar ainda mais junto com o povo”. Olívio lembrou o respeito do governo em relação aos movimentos sociais, a luta contra o projeto neoliberal, o crescimento econômico do estado, a sua liderança na defesa da renegociação das dívidas estaduais e a necessidade de ampliação da participação popular e das políticas de inclusão social.

Sobre a pesquisa encomendada pelos apoiadores de Tarso, Olívio disse que nunca tinha dado importância para pesquisas, que nunca tinha as superestimado, que o partido nunca tinha feito isso. Disse que ela não era o principal no debate e nem ia descaracterizar a qualidade do debate que estavam fazendo sobre o governo, “projetando a possibilidade de

governar num patamar ainda mais avançado num segundo período”. A DS propôs que fosse divulgada a pesquisa do Ibope, que favorecia Olívio. O colunista Paulo Santana lembrou que, por seu histórico, Olívio não era “cavalo de largada”, era “cavalo de alcance”, que “perder no primeiro turno para o Olívio significa a reeleição” e que não tinha sentido ele se voltar contra uma pesquisa que anunciava a sua vitória, no segundo turno. Entretanto, como foi dito anteriormente, esta mesma pesquisa anunciava que Tarso ganhava já no primeiro turno.

Aspectos negativos da candidatura de Olívio estiveram presentes em sete textos. O “uso da máquina pública” através, por exemplo, da utilização de um jornal do Gabinete de Reforma Agrária para fazer críticas veladas à prefeitura de Porto Alegre e de visitas a municípios do interior, também com a finalidade de se reunir com representantes do partido nas localidades, foi o aspecto negativo mais mencionado. Muito menos enfaticamente que a divulgação da pesquisa encomendada pelos apoiadores de Tarso, também foi mencionada a divulgação por emails e artigos em sites, por apoiadores de Olívio, da pesquisa do Ibope, dizendo que ela mostrava que os dois tinham chance ou que o Olívio tinha mais chance.

Sobre a decisão da Executiva do partido de condenar o uso de pesquisas, acusar Tarso de violar as regras da disputa interna e anunciar que não reconhecia seus resultados, Estilac afirmou que os apoiadores de Olívio tentavam “mais uma vez ideologizar o debate sobre a prévia e reviver a polêmica da direita contra a esquerda”. A executiva do PT da capital aprovou uma resolução que condenava a proibição da divulgação da pesquisa e dizia que a resolução da executiva estadual caracterizava “a instrumentalização de uma instância do partido por uma maioria eventual em favor de uma candidatura às eleições”. Alegaram que esta mesma maioria havia desrespeitado o estatuto ao tentar autorizar que os militantes egressos do PDT e filiados fora do prazo pudessem votar. Estes fatos ressuscitaram as suspeitas relativas à lisura do processo de votação da prévia: “A partir da lamentável decisão da Executiva, hoje, passamos a temer sobre a imparcialidade de decisões ainda em curso na

definição dos municípios aptos a votar nestas prévias”.

Sobre o manifesto pró-Olívio foi dito que não era um manifesto de apoio à candidatura Olívio, mas um “ataque sectário, despolitizado, porque sustentado em insinuações maldosas, voltado para disseminar preconceitos e tentar manchar, publicamente, a imagem de um companheiro de partido”, e que “não seria tarefa impossível encontrar seis, sete ou mais motivos para atacar o companheiro Olívio e seu governo”, bastaria que se deixasse em segundo plano o interesse do partido em relação à luta interna e utilizasse argumentos que boa parte da imprensa e do senso comum reproduziam.

Foi dito, também, que se Olívio vencesse a prévia e não conseguisse a reeleição, seria acusado de não reconhecer o desgaste do governo, enquanto que Tarso lembrava que não havia “cadeira cativa dentro do partido”.

Sobre a expectativa de vitória, foi dito que Tarso tinha sido o candidato mais ovacionado no debate ocorrido em Caxias (especialmente porque disse que se fosse vitorioso, trabalharia para que seu vice fosse da DS, podendo ser o prefeito da cidade Pepe Vargas); que o prefeito de Gravataí prometeu a Tarso uma diferença de mais de mil votos sobre Olívio na sua cidade, sendo que Tarso tinha assegurado que se a diferença fosse de 500 votos, venceria a prévia; que quanto maior fosse a participação das bases, maior era a possibilidade de vitória de Tarso; que Olívio, missioneiro, egresso do meio rural, era um tipo carismático que empolgava no interior, tinha a sustentação dos movimentos populares e o respaldo da máquina administrativa, o que deveria dar vantagem a ele no interior, vencendo na maioria dos 400 municípios onde seriam realizadas prévias; que Tarso, homem urbano, devia vencer na capital e nos principais municípios da região metropolitana, pois contava com o apoio dos prefeitos dos municípios com maior densidade eleitoral, a exceção de Caxias do Sul; que a tendência era que fosse eleito governador um candidato de oposição, pelo desgaste normal de quem está no governo, e que o candidato que mais fez oposição a Olívio foi Tarso, “mais

sério candidato oposicionista que o Pedro Simon, o Britto ou o Zambiasi”. O colunista Paulo Santana, que escreveu estas últimas linhas, ainda lembrou que Tarso, no último debate entre os dois pré-candidatos, declarou-se “praticamente favorável à permanência da Ford no Rio Grande, quando disse que o problema da saída da montadora do Rio Grande do Sul foi mal conduzido”. A hipótese do colunista era que, dessa maneira, se Tarso ganhasse a prévia e fosse cobrado nos debates pela perda da Ford, ele teria “um argumento demolidor: ele era a favor de a Ford ficar aqui”. E continuava a fazer prognósticos: se não vencesse a prévia, qualquer candidato da oposição deveria ter chance contra Olívio no segundo turno, mas que se Tarso vencesse a prévia, seria “tão barbada” que era possível não haver segundo turno, e que só era “barbada” porque ele era “o mais forte e atuante candidato de oposição”.

Os reajustes salariais também foram tematizados neste mês. Estiveram presentes em nove textos. Seis falavam do protesto de servidores públicos estaduais, reivindicando a fixação de uma data-base para o reajuste do funcionalismo. Os servidores reclamavam que tentaram marcar audiência com o governador, mas que não foram atendidos porque ele estava envolvido com a prévia. Um destes textos ainda lembrava que os Fiscais do Tesouro do Estado estavam em seu segundo dia de greve e outro, que a categoria apresentava perdas entre 43% e 60% e que alguns servidores não recebiam reajuste a sete anos. Neste texto o governo respondeu que 92% dos servidores receberam aumento e que os que tinham invadido o Palácio eram os que tinham os maiores salários. Foi dito também que o governo havia instituído o piso de R\$ 300 para funcionários estaduais, e que Olívio não tinha cumprido a determinação da Constituição Federal de conceder reajustes anuais e gerais ao funcionalismo. Uma resposta de leitor, na Página 10, dizia que estranhava a preocupação de Barrionuevo com o funcionalismo porque não tinham tido nenhum aumento durante todo o governo Britto e não se recordava de nenhuma manifestação a este respeito, que ele inclusive tinha apoiado o PDV, e perguntava: “O arrocho do amigo Britto era menos doloroso ao funcionalismo?”.

Os outros quatro textos falavam do salário regional. Um deles apresentava um estudo do governo sobre fixação do piso entre R\$ 230 e R\$ 250 que mostrava que a economia e o nível de emprego tinham crescido e não tinha havido aumento da informalidade. Outro trazia este mesmo estudo e a proposta do governo de aumento deste mínimo de 10,8% a 14% (que aparecia em mais um). O último texto sobre o assunto trazia a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, a Federação do Comércio de Bens Serviços do Estado e a Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul rejeitando o mínimo regional por considerarem interferência do governo na iniciativa privada. Além disso, alegavam que o governo impunha às empresas regras que ele próprio não cumpria e que o piso não condizia com a realidade de seus empregados.

Por fim, três textos falaram da postura da Brigada Militar frente tentativa de invasão de agricultores à Barragem de Barra Grande. Quatro manifestantes, entre eles o frei Sérgio Görge, aliado do governo estadual e candidato a deputado estadual pelo PT, ficaram feridos. A BM acabou afastando o comandante da repressão aos agricultores porque este tinha “dificuldades de entender a necessidade de diálogo” e que por isso iriam “colocar outra pessoa no comando que esteja mais adequada ao diálogo dentro dos princípios de que a BM tem seguido no governo Olívio e da própria necessidade da instituição avançar numa democracia e não num regime ditatorial”.

As prévias foram vencidas por Tarso Genro por uma diferença de 1.058 votos. Ele obteve 18.164 votos (50,92%) contra 17.106 (47,95%) alcançados pelo governador Olívio Dutra.

5 CONCLUSÃO

A questão que tinha sido proposta por esta pesquisa era: como Olívio Dutra e Tarso Genro foram construídos por *Zero Hora*? A hipótese levantada era a de que o jornal tinha utilizado uma estratégia de deslegitimação na construção de Olívio Dutra e se calado no que dizia respeito a Tarso Genro devido ao maior choque de interesses de *Zero Hora* com as correntes internas do PT que sustentavam Olívio.

Tarso Genro, de fato, esteve muito menos presente no discurso de *Zero Hora* que Olívio Dutra. Excluindo-se a disputa entre os dois políticos, Tarso quase não foi citado. Os assuntos que foram tematizados pelo jornal, em geral, diziam respeito à administração estadual: a CPI, a reforma agrária, a questão da Ford, o funcionalismo público e a segurança. A prefeitura foi tematizada somente na sua relação com os Fóruns (da Educação e das Autoridades Locais), promovidos e organizados por ela. Na questão da CPI, Tarso esteve um pouco presente, não enquanto prefeito da cidade, mas como integrante do partido. Foi apontado em alguns textos como uma das poucas vozes sensatas do partido, que reconhecia que o PT não era “uma comunidade de anjos”, que as denúncias eram graves e que deviam ser profundamente investigadas e esclarecidas. Esta postura confirma o histórico da relação de Tarso com *Zero Hora* e, especialmente, com seus colunistas, pois foi a coluna de opinião o tipo de enunciação mais utilizado para tratar das repercussões da CPI.

As questões que diziam respeito a Olívio Dutra, por sua vez, não eram positivas, ainda que em muitos textos fosse dado a ele, ou aos seus, espaço para defesa. Esta foi uma situação que *Zero Hora* conseguiu alimentar: um governo na defensiva. Os ataques mais fortes e as defesas mais apaixonadas, em geral, apareciam em cartas de leitores e colunas de opinião, modalidades enunciativas que não precisam seguir as normas de objetividade jornalística. No que diz respeito a CPI, o governo passou todo o tempo se defendendo do bombardeio de textos desfavoráveis a ele (cujo recorde se deu em novembro, com 109 textos,

mas eles estiveram bastante presentes em todos os outros meses, com exceção de março) e tentando demonstrar as segundas intenções do caminho escolhido pela CPI – o da possível relação do PT com o jogo do bicho e não das questões referentes especificamente à segurança pública. Quanto à questão da segurança, o que foi mais pautado foi a postura de não repressão da Brigada Militar frente aos movimentos sociais, cujo maior exemplo era a postura contemplativa da BM nas ocupações dos sem-terra. No que concerne à questão da Ford, não havia nada mais que o governo pudesse fazer que apresentar os dados do crescimento do estado para mostrar que não foi preciso que a Ford ficasse, com termos onerosos ao estado, para que o RS voltasse a crescer, mas este enfoque ficou muito longe de estar bastante presente no jornal.

Se a análise tivesse sido só destes temas, poderia se dizer que a hipótese tinha sido confirmada. No entanto, com relação à disputa entre os dois políticos, a situação não foi a mesma. Olívio e Tarso estiveram presentes no discurso de *Zero Hora* com espaços bem semelhantes. Esta é uma questão que deveria ter sido levada em consideração no levantamento da hipótese: um jornal até pode deixar de cobrir ou cobrir com mais ênfase um ou outro fato, mas quando se trata de um mesmo assunto, normalmente são dados espaços equivalentes aos envolvidos, para não correr o risco de ser acusado de parcial. Entretanto, é sabido que dar o mesmo espaço não significa, necessariamente, fazer uma cobertura honesta.

Várias coisas foram ditas contra a candidatura de Tarso, como, por exemplo, que ele deixaria de cumprir a promessa de campanha de permanecer na prefeitura até o final do mandato, que a vitória da sua pré-candidatura poderia levar a uma leitura de que o próprio PT havia desaprovado o governo de Olívio, que dizia representar o desejo de uma chapa plural, que contemplasse todas as correntes do partido, enquanto que ele próprio tinha se negado a fazer parte da chapa de Olívio como vice-governador em 1998. No entanto, estes não eram argumentos utilizados somente pela mídia, eles também eram utilizados por integrantes do

próprio partido. Em compensação, a divulgação de pesquisas favoráveis a Tarso teve amplo espaço, embora em alguns momentos tenha sido questionado se sua divulgação e supervalorização destas condiziam com a ética partidária. Mas este também foi um argumento utilizado pelo próprio PT.

Sobre a candidatura de Olívio também foram ditas várias coisas. Foi dito que depois da CPI ele não teria mais força para disputar as eleições, que várias das correntes internas do partido que o tinham apoiado em 1998 estavam indecisas ou iriam apoiar Tarso, que ele estava se aproveitando da máquina pública para fazer campanha, argumento que também utilizado pelo próprio partido, inclusive por Tarso, embora tenha dito que não se tratava de uso ilegal da máquina pública, mas de critérios políticos para favorecer a reeleição. Olívio não tinha as pesquisas a seu favor e ainda tinha contra si todas aquelas questões tematizadas que foram comentadas anteriormente.

De tudo isto, pode-se concluir que, como na disputa *Zero Hora* não se calou no que dizia respeito a Tarso, a hipótese foi apenas parcialmente confirmada. Ainda sobre a questão da disputa, o que fica realmente evidente neste trabalho, embora a questão não faça parte do seu problema de pesquisa, é que o PT expõe demais os seus problemas internos, para deleite da mídia e da oposição. A coluna de Barrionuevo (como já tinha sido mostrado por dissertação citada neste trabalho) e também outros espaços do jornal, embora com menos frequência, foram utilizados como lugar de confronto entre as correntes internas do partido. A ênfase na CPI e a ampla divulgação das pesquisas favoráveis a Tarso até pode ser qualificada como uma tentativa de *Zero Hora* de interferir na política, como estratégia de deslegitimação de um e legitimação do outro, mas a maior parte do que foi dito de desfavorável sobre os dois pré-candidatos também foi dito por integrantes do próprio partido.

Um dos textos analisados por este trabalho foi uma coluna de Luís Fernando Veríssimo, que dizia que

a direita tem tanto sucesso no Brasil porque só precisa se preocupar em escolher disfarces novos para governar: a tarefa de derrotar a esquerda ela deixa para a própria esquerda. E a esquerda não tem falhado na sua missão auto-controladora. O debate político mais acirrado no país não é sobre diferenças básicas, é sobre miudezas ideológicas ou personalistas, entre partidos da mesma base ou facções do mesmo partido. Isso é “salutar” – é o que se ouve sempre –, é democrático, é estimulante. Ou seja, é bonito. A esquerda fica com os méritos estéticos do pluralismo político, a direita – cujo único compromisso estético é com uma fachada atraente – fica com o poder.

Não pareceu salutar ou bonito Tarso acusar o governo Olívio de stalinista ou o grupo de Olívio dizer que Tarso “deixaria os militantes políticos e sociais expostos ao ridículo”.

O discurso de *Zero Hora* não apresentou surpresas se considerarmos que a posição menos agressiva em relação a Tarso que Olívio vinha já de outras eleições, que o questionamento da postura de Olívio frente aos movimentos sociais vinha de tempos atrás – textos trouxeram para o campo da presença o fato de sem-terras terem matado a golpes de foice um soldado da BM e depois se abrigarem no Paço Municipal, com o aval de Olívio, e a afirmação de Olívio, em 1994, de que em uma “situação-limite” de desocupação de terras, não iria “de antemão jogar a polícia lá só porque recebemos uma ordem e porque está na constituição”. Da mesma forma, não era de se esperar que algum jornal perdesse a oportunidade de divulgar um escândalo político, porque vende e porque assim o jornal se legitima em cima da deslegitimação de políticos, especialmente um prato cheio como as denúncias de envolvimento do PT com a contravenção, um partido com fama de transparente e sério, que no governo do estado vinha boicotando os veículos da RBS ao deixar de publicar neles comunicados oficiais, além de ter uma postura em tudo diferente da linha editorial do jornal, como, por exemplo, a emblemática questão da Ford, cujos incentivos fiscais a grandes empresas para que estas se instalassem no estado e gerassem desenvolvimento eram defendidos por *Zero Hora* desde o governo Britto.

REFERÊNCIAS

- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise de discurso**. 2ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- CAPPARELLI, Sérgio. Zanzibar de novas tecnologias: imprensa regional e Zero Hora. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo (org.). **Temas contemporâneos em comunicação**. São Paulo: EDICON: INTERCOM, 1997. p.109-126
- CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível base social e projeto político (1980-1991)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CIRCULAÇÃO dos dez maiores jornais brasileiros. **Associação Nacional de Jornais**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br>>. Acesso em: 03/05/2005.
- ESTATÍSTICA RS. **Fundação de Economia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em: 24/05/2005
- FONSECA, Alexandre Leboutte da. **Jornalismo e interesses econômico-políticos – o caso das montadoras e o governo do PT em Zero Hora**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2003.
- FONTOURA, Morgana Camargo. **Cenários de representação: mídia e política nas eleições municipais em Porto Alegre (2000)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GRILL, Igor Gastal. **Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- GRUPO RBS. **Rede Brasil Sul de Comunicação**. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/rbscom/jsp/default.jsp>>. Acesso em: 21/06/2005.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- LUSSANI, Maria Alice Boelhouwer. **O CR-P nas eleições de 1998 para o Governo Gaúcho: a vitória da contra-hegemonia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3 ed. Campinas: Pontes; Editora da UNICAMP, 1997.

MARQUES, J. Luiz. **Rio Grande do Sul: a vitória da esquerda**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Stella Máris Valenzuela de. **Movimento dos sentidos: o discurso do jornal Zero Hora sobre o Partido dos Trabalhadores, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Segurança Pública, realizada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2001**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PARTIDO dos Trabalhadores: Estatuto. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder**. São Paulo: Hucitec, 1989.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

RESULTADOS e estatísticas das eleições. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 23/05/2005.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

SCHULZ, Rosangela Marione. **Enfim a “verdade”**: a construção de um discurso do Poder Legislativo na grande imprensa brasileira (1995-1998). Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, UFRGS, 2002.

SCHUSTER, Marco Antonio Franzmann. **Página 10 e o PT: jornalismo e política na sociedade de comunicação**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, UFRGS, 2002.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. Porto Alegre: A Bipolarização Gaúcha. p. 121-171. In: Flávio Eduardo Silveira (org). **Estratégia, mídia e voto: A disputa eleitoral em 2000**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

TARSO concorre pela segunda vez. **Correio do Povo**. Porto Alegre, ano 108, n.006, 6 out. 2002. Política, p.2.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. O praticamente. **Zero Hora**. Porto Alegre, ano 38, 31 out. 2001, Informe especial, p.3.

ZERO HORA. Porto Alegre, ano 38, 16 out. 2001 a 17 mar. 2002.